

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 35

Brasília, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Ordinária	3
Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Ordinária	33
Ata Circunstanciada da 4ª Sessão Ordinária	53
Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Extraordinária	63



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fábio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

Seção 3

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H04MIN	TÉRMINO ÀS 18H20MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 6 de fevereiro de 2024, às 15 horas e 4 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimento o nobre deputado Pastor Daniel de Castro, meu secretário, e o convido para secretariar os trabalhos da mesa e proceder à leitura do expediente.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Boa tarde, presidente, boa tarde deputados e deputadas. Boa tarde àqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, à galeria. Sejam bem-vindos a esta casa, esta casa é de vocês.

Sobre a mesa, expediente que será lido por este secretário.

(Leitura do expediente.)

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 1ª Sessão Ordinária, de 1º de fevereiro de 2024;
- Ata Sucinta da 1ª Sessão Extraordinária, de 1º de fevereiro de 2024;
- Ata Sucinta da 2ª Sessão Extraordinária, de 1º de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Não havendo quórum, a presidência vai suspender os trabalhos por até 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h16min.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Vou convidar o meu líder, deputado Iolando, para fazer uso da palavra. Parece que há 2 vídeos, não é isso, deputado? São 2 vídeos que V.Exa. gostaria de transmitir?

Eu quero lembrar aos parlamentares que às 15 horas e 30 minutos nós faremos as eleições para a permanência dos presidentes das comissões, conforme o acordo feito ontem na reunião com os deputados.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, uma boa-tarde a todos.

Quero pedir a preparação do segundo vídeo.

Eu estou bastante indignado com uma ação de parte do Governo do Distrito Federal – por incrível que pareça. Eu, como base do governo, vou criticar o próprio governo. É algo inusitado, até parece complicado de se falar.

Eu quero respeito às pessoas com deficiência, em especial, respeito às pessoas com deficiência aqui do Distrito Federal. Aconteceu algo inusitado no Distrito Federal e que pode ser uma situação corriqueira, que pode gerar um costume e atrapalhar a vida de dezenas de pessoas com deficiência. Nós vimos publicado nos meios de comunicação que recentemente uma jovem com deficiência passou em um concurso público do Distrito Federal. Porém, essa pessoa foi excluída pelo próprio governo, pelo próprio Distrito Federal. Isso é inadmissível vindo da parte do governo.

Nós temos a oportunidade nesta casa de trabalhar várias leis. Uma das leis foi a criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que passou por esta casa, foi aprovada e sancionada pelo Governo do Distrito Federal, pelo governador Ibaneis, e hoje é uma das secretarias de maior relevância no DF. Nós também atuamos, como deputado, em um projeto de lei criando o primeiro Estatuto da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal. Além dessa, há 22 leis que fazem com que a pessoa com deficiência enxergue e entenda todos os seus direitos. Obviamente, não só a pessoa com deficiência, mas todos os órgãos e todo cidadão que circula pelo Distrito Federal.

Entretanto, o que estamos vendo, por parte do Governo do Distrito Federal, não é o que diz a lei, e quem está descumprindo a lei tem que ser corrigido, tem que ser autuado. O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Economia, pela Subsaúde – uma subsecretaria da saúde –, excluiu uma servidora que passou no concurso público, com laudo – ela está laudada por médicos da Secretaria de Educação – dando o diagnóstico de que essa pessoa, de que essa cidadã, de que essa servidora, estava apta a entender a sua deficiência. Foi diagnosticado que essa pessoa tem autismo nível 1 e ela tem direito como qualquer outra pessoa com deficiência do nosso país, mas a Subsaúde, ligada à Secretaria de Finanças, não entendeu assim; entendeu que ela não se enquadrava como pessoa com deficiência e a excluiu do concurso público.

Isso, para nós, é uma aberração, é um absurdo, e eu, como representante da pessoa com deficiência aqui na Câmara Legislativa, com apoio de toda a bancada, de todos esses deputados que aqui militam comigo, não aceitarei essa ingerência do Governo do Distrito Federal para com as pessoas com deficiência. E nós entraremos com uma ação contra o governo para que ele atue de forma justa, igualitária e não discriminatória, porque ele está fazendo com que a pessoa com deficiência não tenha os seus direitos recebidos e atendidos.

Recentemente, houve um caso de uma jovem também, que já era servidora de carreira em outra repartição da esfera pública do país e passou no concurso público do Detran. O nome dela é Janaína. Porém, a Janaína não foi aceita aqui no Distrito Federal como pessoa com deficiência. Não foi aceita porque a banca da Subsaúde a rejeitou, a excluiu, a discriminou, e fez com que ela não fosse nomeada no concurso que ela passou por direito. Ela fez o quê? Ela entrou na justiça, que entendeu e deu ganho de causa para essa jovem. E ela, de fato, teve o seu ingresso nos quadros do Governo do Distrito Federal.

Eu não entendo porque toda pessoa com deficiência do Distrito Federal, que possui laudo médico, que é atestada por médicos da Secretaria de Saúde, vai ter que entrar na justiça para poder ter os seus direitos garantidos. Nós temos a Lei nº 840, que dá direitos. Essa é a lei que rege todos os servidores públicos do Distrito Federal e ela fala sobre os direitos das pessoas com deficiência, sobre o ingresso da pessoa com deficiência nos quadros do Governo do Distrito Federal.

Presidente deputado Wellington Luiz, não acredito que todas as vezes em que uma pessoa com deficiência passar em um concurso e for ingressar nos quadros do governo terá que entrar na justiça porque o próprio governo ignora o laudo feito pelo médico do próprio governo. Isso é inadmissível.

Eu já solicitei à Secretaria da Pessoa com Deficiência providências. Farei um encaminhamento ao secretário de finanças para que tome providências a respeito dessa servidora e dos demais servidores. Nós colocamos o nosso gabinete à disposição da pessoa com deficiência que se sentir injustificada por esta causa. Nós não abriremos mão de defendermos a pessoa com deficiência para que todos os seus direitos sejam assegurados pela Lei Orgânica, pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno desta casa, que foi criado por nós.

Muito obrigado, presidente.

Presidente, quero passar o vídeo de uma servidora, que passou em um concurso público. É o segundo vídeo sobre um autista, exatamente, para vocês entenderem.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO IOLANDO – Esse é o outro exemplo de uma mãe, servidora do Governo do Distrito Federal, que pediu redução da carga horária de trabalho para poder ter mais tempo para cuidar do filho. E o que o governo fez? O governo ampliou a carga horária dela. Não a reduziu, a ampliou, deputado Chico Vigilante! É um absurdo! Apresentamos o problema por meio de um veículo de comunicação bastante conhecido, em Brasília e no país, o Metrôpoles, que fez essa matéria. É revoltante uma mãe que tem um filho com todas as deficiências apresentadas – deficiências comprometedoras, intelectuais, motoras, múltiplas deficiências – ter a solicitação negada e, mais absurdamente ainda, ter sua carga ampliada, para que trabalhasse mais e não tivesse tempo para cuidar do filho.

Isso, para nós, é o cúmulo do absurdo, é o princípio da aberração no Distrito Federal. Nós não vamos aceitar, como base do governo, como vice-líder do governo, como uma pessoa com deficiência desta casa – e eu tenho certeza de que nenhum de nós deputados que aqui estão, deputado Pastor Daniel de Castro –, essa interferência, essa ingerência, essa imposição feita pelo Governo do Distrito Federal e seus secretários. Nós não aceitamos isso. Pedimos retratação imediata para que se cumpra somente o que está na Lei nº 840, no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas demais leis que foram criadas por esta casa. Nós atuaremos como fiscais atuantes, fiscalizando para que o direito das pessoas com deficiência seja respeitado aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado, senhoras. Muito obrigado, deputado.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, pela liderança do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero falar de um fato grave que está acontecendo no Distrito Federal. Quero falar de uma categoria de trabalhadores, de homens e mulheres profissionais que cumprem sua obrigação, todos os dias, faça chuva, faça sol, seja sábado, domingo ou feriado. Falo dos vigilantes do Distrito Federal.

A data-base dos vigilantes é 1º de janeiro. E desde que um cidadão chamado Luiz Gustavo assumiu a presidência do sindicato patronal, a vida desses trabalhadores está sendo infernizada. Cada vez que chega a data-base, ele quer tirar mais e mais direitos dos trabalhadores. Já tivemos, 2 vezes, que ir para o dissídio coletivo; tivemos que fazer greve mais de 1 vez! E, agora, o senhor Gustavo, que é um verdadeiro cafuçu, resolveu atacar a categoria novamente, inclusive os vigilantes da Câmara Legislativa.

A convenção assinada garante o plano de saúde, o pagamento de tíquete-alimentação e a jornada de 12 por 36 horas. E o Luiz Gustavo, agora, quer tirar o auxílio-alimentação dos supervisores de vigilantes, como se o fiscal supervisor não tivesse fome. Ele quer tirar o tíquete-alimentação também de quem trabalha menos que 6 horas e quer tirar o seguro de vida de quem ficar mais de 90 dias encostado pela previdência. Se um vigilante ficar doente, encostado pelo INSS e morrer, a família não vai receber seguro de vida – existe maldade maior que essa? Ele quer ainda que a reciclagem não seja mais uma obrigatoriedade.

Hoje, o trabalhador entra de férias sempre em uma segunda-feira. Ele quer que o vigilante entre de férias na sexta-feira, sendo que ele já tem o sábado e o domingo livres.

Deputado Robério Negreiros, V.Exa. entende da área de vigilância.

O Luiz Gustavo quer mais. Ele quer criar uma figura chamada aprendiz de vigilante. Aprendiz de vigilante! A lei é clara quando diz que, para ser vigilante, a pessoa tem que ter mais que 21 anos de idade, estar com os documentos todos em dia e não ter antecedentes criminais. Ele quer criar a figura do aprendiz. As empresas sérias não vão contratar aprendiz. Ele, que não é sério, vai contratar aprendiz. O aprendiz vai ganhar a metade do que ganha um vigilante, hoje. E ele vai receber da empresa o salário cheio.

Portanto, quero fazer um apelo às empresas sérias do Distrito Federal – não vou citar nomes, mas sei quais são as empresas sérias. Que elas se unam e negociem com o Sindicato dos Vigilantes do

Distrito Federal, independentemente do Luiz Gustavo. É importante que as empresas efetivamente negociem, porque essa categoria merece respeito.

Eu sei que V.Exa. não tem ingerência na empresa da sua família, mas sei que o seu pai é um homem sério e tenho certeza de que ele terá essa disposição de vir negociar, para o bem-estar dos trabalhadores.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Permita-me V.Exa. um aparte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. já estava na metade do pronunciamento quando eu cheguei.

Eu já fui do sindicato patronal, há muitos anos, e estou afastado desde o meu segundo mandato. Mas, se o atual presidente do sindicato patronal quer realmente tirar tíquete de supervisor e direitos adquiridos, lembro que – sem querer fazer média com ninguém – direito não se tira. Pode-se negociar. Uma negociação entre o patronal e o laboral tem que ser feita com os 2 lados cedendo, mas sem se tirarem direitos.

Essa questão do menor aprendiz, para mim, é novidade, porque, se existe uma lei federal que impõe a idade de 21 anos e o menor aprendiz tem menos que 21, acho que é algo que só aconteceria se a norma fosse mudada no Congresso.

V.Exa. pode contar comigo. Eu vou conversar com o presidente e os outros integrantes do sindicato para que esse acordo saia o mais rápido possível, porque é o melhor para todo mundo e acaba com essa insegurança, principalmente com relação ao vale-alimentação por causa da outra atividade.

Eu me somo a V.Exa., independentemente de questão patronal e laboral, porque lhe assiste razão nesse assunto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, deputado.

Portanto, eu reitero o apelo a todas as empresas sérias, a fim de que venham para o processo de negociação e o sindicato possa assinar a convenção coletiva imediatamente.

A categoria está intranquila, poderá entrar em greve. Está marcada uma assembleia para o dia 21. Todos os órgãos estão sendo avisados oficialmente, a partir de hoje, da possibilidade de uma greve geral dos vigilantes do Distrito Federal. A greve não interessa a ninguém.

Portanto, é importante que as empresas sérias venham para um processo de negociação, a fim de resolvermos o problema desta categoria tão importante, tão fundamental, tão honrada, que é a dos vigilantes do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos demais parlamentares que já se encontram presentes. Boa tarde aos servidores públicos. Boa tarde ao pessoal da imprensa. Boa tarde também às pessoas na galeria. Boa tarde à população do Distrito Federal que hoje nos acompanha nesta sessão.

Presidente, estamos recomeçando a nossa legislatura. Esta é a segunda sessão legislativa e eu gostaria de, em nome do PL, consagrar o nosso trabalho, que vai ser realizado aqui, a Deus e pedir que ele nos abençoe, nos dê graça, nos dê favor, nos conduza e continue a nos guiar. E que nós possamos, por intermédio dos nossos mandatos, servir a população do Distrito Federal com o nosso melhor.

Aproveito que estou pedindo a Deus que nos abençoe para exaltá-lo deste lugar, deputado Pepa, e fazer deste lugar, neste momento, um local de adoração ao nosso Deus, ao Deus dos brasileiros. Que o nome dele seja exaltado e que todos nós possamos agir de maneira digna com o Evangelho de Cristo Jesus. Esse é o meu pedido. Espero que possamos receber dele a bênção de poder atuar em favor da população do Distrito Federal e servi-los com o nosso melhor.

Falo isso em nome do meu partido, presidente, e penso que em nome dos deputados.

Que Deus nos abençoe. Boa tarde a todos. Que nosso trabalho seja profícuo e de muito êxito para o povo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Que assim seja.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores deputados. Boa tarde, servidores da casa, imprensa e todos que nos acompanham. Boa tarde a todos os nossos colegas da galeria, futuros servidores. Boa tarde, meu amigo Newton Batista, do Sindate, e Josy Jacob, também do Sindate. Saúdo as comissões que muito apanham nos grupos pedindo nomeações. Isso faz parte.

Senhoras e senhores, primeiro, eu queria falar sobre o pronunciamento do colega aqui que trabalha na Secretaria de Saúde e sabe como funciona a atenção primária, a secundária, a terciária, a quaternária.

Fico muito triste em saber que a minha voz não está ecoando onde deve ecoar, que ela não está chegando, deputado Pepa, aonde deve chegar: à Secretaria de Saúde. Afinal de contas estou parlamentar, mas sou profissional de saúde, sou técnico de enfermagem, sou enfermeiro e, por muitas vezes, subi a esta tribuna para falar sobre saúde em diversas áreas, inclusive na atenção primária.

Muitas vezes cheguei a esta tribuna pedindo para que houvesse um contingente, um número de servidores suficiente para atender todas as demandas. Fui até considerado o chato no Buriti, porque eu não ia lá pedir cargo, eu não ia lá pedir nada para mim; eu ia lá pedir nomeação de concursados e de pessoas que querem trabalhar no sistema público de saúde, que abdicaram da sua vida. Digo mais: eles deixaram até de ser ricos para prestar o serviço público. Eu sempre digo que o servidor público é o nem-nem: nem fica pobre nem fica rico, mas, com certeza, ele abre mão das suas riquezas para poder ter a maior riqueza do mundo, que é ajudar a população.

Então, por muitas vezes, vim a esta tribuna pedir nomeações, sendo chato, sendo inconveniente muitas vezes com o governador, com os secretários de saúde que passaram por aquela pasta.

Agora sou surpreendido com uma epidemia de dengue em Brasília, uma epidemia que não só eu, mas vários deputados falaram nesta tribuna que poderia acontecer, algo óbvio! Como haver uma cidade como Brasília, do tamanho que ela tem, com a quantidade de pessoas que vivem nela, e não haver dengue? Lógico que vai haver! Vamos ter dengue para o resto da vida, pois o mosquito da dengue nunca vai acabar. Todavia nós podemos conscientizar a população e, principalmente, combater o mosquito. Aí nós, nós não, mas a Secretaria de Saúde abriu mão de mil profissionais de atenção primária, em especial, de 500 agentes de vigilância ambiental.

Vejam que, para fazer qualquer tipo de serviço em alguma ação, nós precisamos de profissionais, equipamentos, materiais e medicamentos. Mas para a atenção básica e, principalmente, para a atenção no combate à dengue, nós precisamos de um protagonista, que é o agente de vigilância ambiental. Ele é aquele cara que anda com aquela mochilinha nas costas e a quem ninguém dá valor; é aquele cara, deputado Thiago Manzoni, que muitas vezes não é autorizado a entrar na casa das pessoas porque elas acham que ele é um assaltante ou algo assim; é aquele cara que anda a pé quilômetros e quilômetros para poder salvar uma vida.

Ao contrário do que muita gente pensa, o mosquito da dengue não é uma muriçoca que só pica, ele mata! Está a prova aí! Ele mata!

Então, nós podemos dizer e afirmar que o agente de vigilância ambiental salva vidas – a mesma vida que o médico salva, a mesma vida que o enfermeiro e qualquer outro profissional de saúde salva. Mas ele foi largado, jogado, discriminado e marginalizado por muitos anos. Agora, ele se tornou o principal e não se fala mais em outra pessoa a não ser o Avas. Só que eles deixaram escapar 500 Avas das nossas mãos, 500 Avas que estavam em contrato temporário – com o qual não concordo.

Sempre defendi que temos que ter servidores públicos concursados, e não contratos temporários, porque só eu e o meu gabinete sabemos das pessoas que passaram por lá chorando, porque o contrato delas iria expirar. Só eu sei dos professores da Secretaria de Educação, mais de 10 mil, com os seus contratos temporários, que, de 2 em 2 anos, têm que se reafirmar como bons, porque

têm que fazer prova. O único trabalhador do GDF que tem de mostrar que é bom de 2 em 2 anos é o professor da Secretaria de Educação, porque ele tem que fazer concurso novamente. De 2 em 2 anos ele faz concurso.

Então, não é e nunca será a solução você fazer contratos temporários, porque isso é uma precarização do serviço, é você mexer com a cabeça do trabalhador, é o trabalhador nunca ter condições de comprar nada por não saber se ele vai ficar os 2 anos ou 10 anos ou 20 anos, ou se vai embora no mês que vem. Essa é a vida do contrato temporário. Nós não podemos fazer ações...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Então, nós não podemos fazer ações constantemente trazendo esse regime de contratação, que se tornou algo assim: “A coisa pegou, vamos fazer contrato temporário”.

Diga-se de passagem, eu tenho que fazer um elogio ao Governo do Distrito Federal, que muito rapidamente entrou com os hospitais de campanha, e um agradecimento especial à minha força, onde eu servi por 6 anos, a Força Aérea de Brasília. Eu servi com o brigadeiro Braga, que está lá no comando. Trabalhamos juntos, fazendo um belíssimo trabalho, juntamente com os outros militares.

Entretanto, quem faz saúde pública não é militar, é servidor da saúde, mas, neste momento, a Secretaria de Saúde, junto com o Governo do Distrito Federal e o governo federal, todos estamos em guerra. Nós estamos todos juntos contra o mosquito.

Parabéns ao governo federal, ao governo estadual e à Secretaria de Saúde por estarem agindo rápido. Antes tarde que nunca. Isso era para ter sido feito no ano passado. Quem não sabe que, em dezembro, janeiro e fevereiro, chove? Todo mundo o sabe. Quem não sabe que os mosquitos ficam mais de um ano em uma tampa de garrafa e seus ovos eclodem em um pingar de uma gota? Quem não sabe disso? Todos sabem.

Porém, preferiram arriscar, deixando os 500 Avas irem embora. “Jorge, mas o contrato expirou.” Que fizessem outro! Por que não fizeram outro contrato imediatamente se ele é a solução? “Ah, porque havia um concurso”. Por que não os chamaram? “Ah, porque só houve a homologação em dezembro”. Por que em janeiro não chamaram pelo menos 500 servidores? Não os chamaram! Chamaram 75 servidores e chamaram os militares, o Corpo de Bombeiros. Coitados! Aqui, o Corpo de Bombeiros é o severino de Brasília. Para tudo que acontece, chamam o Corpo de Bombeiros. Esse não é papel deles, senhoras e senhores. Esse é o nosso papel de trabalhadores da saúde.

Não podemos fazer disso uma regra. Nós não podemos ampliar o Iges para mais nenhum hospital em Brasília. Neste momento, há vários outros modos de ajudar a população. Há concursados para serem chamados. Eu tenho certeza de que, se houver um acordo... “Concursado, se eu o chamar hoje, em 10 dias, você está pronto, apto para a guerra?” Tenho certeza de que eles estão aptos!

Se ampliarmos a carga horária, se retirarmos o imposto de renda do TPD, se fizermos tudo isso e, mesmo assim, não houver jeito, aí sim, nós podemos fazer contrato temporário. Mas o contrato temporário tem que ser da Secretaria de Saúde. Por que é do Iges? A Secretaria de Saúde não sabe fazer contrato temporário? Ela sabe, já o fez. Deputado João Cardoso, se a Secretaria de Saúde já fez tantos contratos temporários, por que agora ela quer que o Iges o faça? Algo de errado não está certo. Eu nunca mudei o meu ponto de vista com relação a isso. Eu não sou favorável à expansão do Iges. Os coitados dos trabalhadores do Iges estão lá passando dificuldades, em um dimensionamento ainda inadequado, sofrendo assédio moral...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eles estão lá. Nós vamos ampliar isso? Vamos colocar mais pessoas para sofrer?

Senhor presidente, já antecipando qualquer ilação, qualquer comentário, sou contra, sempre serei contra a ampliação do Iges, mas sou a favor de que nós demos condições àqueles que estão trabalhando no Iges, assim como eu estou fazendo: ajudando. Quanto mais nós o ampliamos, mais retiramos os servidores do GDF e perdemos a contribuição do nosso plano do instituto de previdência. Para quem não sabe, quando se contrata alguém, seja pelo regime celetista ou por contrato temporário, deixa-se de recolher ao instituto de previdência. Mais à frente, nós sofreremos as consequências disso. Daqui a 10, 20, 30 anos, alguém desta tribuna falará assim: “Um deputado, há 20 anos, falava que era um perigo trazer contratos temporários ou servidores pelo regime celetista para o GDF. Agora nós estamos sofrendo a consequência, não há dinheiro para pagar o aposentado.”

Senhor presidente, esta é a minha posição. Falando em números, para que os senhores

possam ter certeza, há um levantamento de um déficit de mais de 5 mil técnicos de enfermagem na Secretaria de Saúde. Mais de 2 mil técnicos de enfermagem se aposentaram de 2018 para cá. Dois mil técnicos de enfermagem se aposentaram de 2018 para cá! Nós temos um déficit de 840 enfermeiros! Esses são dados do GDF. Nós temos um déficit de aproximadamente mil Avas e ACS, para poder montar as equipes na base.

Então, gente, pelo amor de Deus, nós não podemos usar este momento para ainda tentar fazer errado! Contrate servidores públicos, governador. (Palmas.)

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, pela Minoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham. Boa tarde aos trabalhadores da saúde que lotam, mais uma vez, essa galeria com uma luta justa. Nomeie já, governador! (Palmas.)

Eu quero, presidente, falar de 2 assuntos. O primeiro, que nós discutimos ontem em uma audiência pública, é sobre o que nós estamos vivendo na saúde do Distrito Federal, que é a crise da dengue. Eu quero dizer algumas coisas que, para nós, são fundamentais.

O Governo do Distrito Federal apresenta uma tese que não tem lastro na realidade. Nós sabemos que hoje esse é um problema do Brasil inteiro, mas o que acontece no Distrito Federal não é a mesma coisa que acontece nos outros estados. O novo boletim epidemiológico da dengue mostra que, na semana passada, o DF foi o primeiro estado em número de casos, com o dobro de casos do segundo colocado. Hoje, o DF continua em primeiro, porém com o triplo de casos do segundo colocado. Então, o que acontece no Distrito Federal não é o que acontece no resto do Brasil, e nós sabemos o porquê: a crise da dengue foi construída no Distrito Federal.

Nós subimos a esta tribuna e fizemos, no ano passado, várias audiências públicas e comissões gerais para denunciar, para dizer que a suspensão dos contratos temporários da saúde, naquele momento, sem um plano de contingência, sem um planejamento para nomear os servidores, iria dar no que deu, e está dando! A crise foi construída, porque o governo demitiu mil servidores ACS e Avas, e contratou 75. A conta não fecha.

Presidente, eu disse isso aqui várias vezes, saí da tribuna, e alguns me chamaram e disseram: “É grave essa acusação”. Porém, eu disse que parecia que a construção do caos na saúde é para depois vir aqui e justificar, mais uma vez, a ampliação do Iges. (Palmas.)

Acabou de ser lido o projeto que trata da ampliação do Iges, deputado Chico Vigilante. Nós sabemos da necessidade e da urgência em abrir novos leitos no Distrito Federal, mas não é possível fazer esse debate sem dizer que esta casa não precisaria, hoje, votar a ampliação do Iges. Se o governador, se o Governo do Distrito Federal quer fazer um gesto que está de fato comprometido com a saúde da população, quero aqui, presidente, sugerir algo, porque financeiro parece que há e aqui está o dinheiro para ampliar o Iges. Orçamento há! Está aqui a lei orçamentária aprovada.

Vou chamar aqui, presidente: se o governador quiser, nomeia agora os 150 agentes comunitários de saúde. Está na LDO! Se o governador quiser, nomeia agora os 250 enfermeiros! Está na LDO! Se o governador quiser, nomeia agora os 200 técnicos em enfermagem. Está na LDO! (Palmas.)

Então, há dinheiro, há orçamento e há espaço fiscal, porque no relatório de gestão fiscal, publicado semana passada e assinado pelo governador, consta o menor índice da série histórica do Distrito Federal quando comparamos a despesa de pessoal com a receita corrente líquida: 34,8%.

Então, se o gesto é em nome da saúde da população, nomeie agora, governo!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esta casa não vai, obviamente, se negar a nenhum debate sobre atender à população.

Por fim, presidente, quero dizer o seguinte: amanhã os professores e professoras desta cidade retornam às escolas, infelizmente, com as escolas vazias para a semana pedagógica, porque o Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Educação, mais uma vez, não cumpriu o acordo com a categoria. O acordo da greve, deputado João Cardoso, dizia que os contratos temporários iriam participar da semana pedagógica, dizia que iria nomear todos os concursados da educação. Não fizeram nenhuma

coisa nem outra.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir, presidente.

Não fizeram nenhuma coisa nem outra. Amanhã os professores efetivos voltam para a escola. Hoje significa menos da metade dos professores que estarão em regência. Infelizmente, teremos, mais uma vez, um planejamento do ano letivo sem os professores e as professoras. E dessa vez porque o Governo do Distrito Federal, porque a Secretaria de Educação descumpriu um acordo feito com esta casa, um acordo feito com a sociedade do Distrito Federal e com a categoria que suspendeu a greve diante de um acordo.

Quero lamentar mais uma vez o descaso, a falta de compromisso da gestão da Secretaria de Educação do Distrito Federal com as escolas públicas, com a comunidade escolar e com os seus profissionais. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deputados e deputadas, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar todos os que estão participando desta sessão, quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital e também quem se encontra na galeria da casa acompanhando esta discussão e esta votação.

Eu estou muito preocupado com o que estamos vivendo no Distrito Federal do ponto de vista da gestão da saúde. Na semana passada, tive a oportunidade de visitar a UPA de Samambaia e a tenda de Samambaia e ver a situação da população do DF. Na UPA de Samambaia, hoje, já administrada pelo Iges-DF, é muito ruim e precária a condição do atendimento à população. E não por conta dos profissionais, porque há um esforço enorme para que o atendimento ocorra; mas porque há uma explosão grave de casos de dengue e outros tantos casos também de atendimento em saúde que chegam lá.

Então, a população não consegue atendimento. É um caos generalizado, mesmo na Unidade de Pronto Atendimento. Essa é uma questão já administrada pelo Iges-DF e isso traz para nós uma reflexão. Esse Iges, que mal dá conta de gerir as UPAs na forma como elas atendem hoje, vai dar conta de fazer aquilo a que se propõe aqui a partir do projeto de lei apresentado? Essa é uma questão que nós estamos levantando e que precisa ser debatida.

Eu estive também na tenda. A tenda, a princípio, pode ser uma ideia positiva para desafogar a rede de saúde. Por quê, deputado Chico Vigilante? Porque as pessoas, em vez de irem às unidades de saúde, quando os casos são leves, elas vão para a tenda porque lá há hidratação, exame de hemograma e de plaquetas e também o teste rápido da dengue – na maioria delas, porque em muitos lugares está em falta –, com médicos atendendo. Mas há um problema: vocês sabem quais são os médicos que estão na tenda? São os médicos que poderiam estar nas UBS fazendo o atendimento da forma adequada. São os mesmos profissionais. Isso nós podemos comprovar.

A tenda acaba tendo um efeito midiático muito forte, mas quem deveria estar nas tendas seriam outros médicos – com a ampliação da contratação –, enfermeiros, enfermeiras, técnicos de enfermagem, agentes comunitários, agentes de vigilância. São esses profissionais que deveriam estar lá, fora os que a Secretaria de Saúde já tem, visto que nós estamos enfrentando uma crise gravíssima relacionada à dengue no Brasil e agora aqui no Distrito Federal.

A nossa preocupação é grande, sabem por quê? Vamos ser bem francos aqui. Nós não estamos falando de uma crise que não era possível de ser prevista. Essa crise poderia ter sido prevista. A intervenção adequada poderia ter sido montada. Era possível fazer nomeações porque – o deputado Gabriel Magno trouxe aqui a lista – dava para nomear centenas de profissionais, tanto os agentes quanto outros profissionais de saúde para atuarem nesse contexto.

Nós sabemos que hoje há um déficit muito grave na Secretaria de Saúde de técnicos de enfermagem. Era preciso garantir as nomeações dos técnicos de enfermagem, além de outras áreas que estão aqui batalhando todos os dias.

Então, essa saída que o governo apresenta agora é uma faca no pescoço da Câmara Legislativa, porque aqui não há nenhum deputado ou deputada contra a criação de leito. Nenhum! Quando conversamos com os profissionais de saúde – porque nós visitamos e conversamos antes com eles –, nós ficamos sabendo da demanda de leito. Como não houve prevenção, para as pessoas

sobreviverem agora tem que haver leito e atendimento. Então, a solução agora é leito. A prevenção agora é mínima porque nós estamos quase no pico da doença e precisamos de leito. É muito ruim esse método. É preciso que se registre que é muito ruim esse método.

Nós estamos fazendo um debate aqui e sabemos de todas as deficiências do Iges, há discordâncias com o modelo do Iges e todo mundo sabe disso. Nós combatemos o Iges-DF porque ele não deu conta daquilo a que se propunha na criação. Acharmos que é um modelo que enfraquece a Secretaria de Saúde e o Sistema Único de Saúde. Esse método do governo de chegar aqui na hora *h* e colocar a faca no pescoço é muito ruim. Todo mundo é a favor de leito.

Por isso, o governo, além do projeto de lei apresentado, precisa apresentar aqui um cronograma, hoje, de nomeações da Secretaria de Saúde, porque sabemos que esse projeto de lei hoje vai ser aprovado. (Palmas.) Nós sabemos que já há maioria para esse projeto ser aprovado. Nós sabemos que há uma demanda social por leitos também. É importante que haja leito. Porém, nós queremos que haja um cronograma de nomeação para fortalecimento do SUS.

O governo tem que enfrentar esse problema. Nós queremos, presidente, mais servidores e servidoras na saúde para dar conta de todas as emergências, com todos os planos de contingência, com todas as dificuldades que nós enfrentamos. É preciso que haja um plano de nomeação. Esta casa só tem que votar qualquer projeto de lei desde que haja um plano de nomeação na Secretaria de Estado de Saúde. Esse dever ser um compromisso nosso. Urgente!

Essas nomeações têm que sair do papel. Esse é um compromisso que nós temos que assinar. Nós temos responsabilidade. Nós temos responsabilidade com a saúde da população. Nós temos responsabilidade com o atendimento de qualidade. Ninguém pode chamar a oposição de irresponsável. É por isso que nós queríamos ter derrubado o veto da LDO no ano passado, porque nós temos responsabilidade com a saúde, responsabilidade com o serviço público. Ninguém pode chamar a oposição de irresponsável.

Não venham com a faca no pescoço. Nós queremos um plano de nomeação também na Secretaria de Saúde para que qualquer outro plano de contingência seja aprovado nesta casa. Esse é o nosso pedido à liderança do governo, à Secretaria de Saúde e às demais secretarias de Estado.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Reassumo a presidência. Boa tarde. Obrigado, deputado Fábio Félix.

Precisamos fazer a votação das comissões.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Vamos suspender a sessão para que possamos fazer a formalização e a manutenção das comissões. Faremos a eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes desta casa, para a 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, conforme foi acordado ontem na reunião com todos os deputados.

Nos termos da convocação publicada no DCL de 6 de fevereiro de 2024 e conforme o disposto no art. 76, § 2º, Inciso II, do Regimento Interno, declaro aberto o prazo de até 10 minutos para o registro das candidaturas aos cargos de presidente e vice-presidente das comissões permanentes.

Informo aos deputados que as inscrições deverão ser realizadas no SEI/SELEG/Eleições de comissões.

Em caso de impossibilidade, as inscrições poderão ser feitas junto à mesa pelo próprio deputado ou deputada, pelo líder do partido ou bloco parlamentar – devidamente registrado junto à mesa.

Declaro suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 16h02min, a sessão é reaberta às 16h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Nos termos do art. 98-A, designo a deputada Dayse Amarilio, conforme acordo, para assumir a Procuradoria Especial da Mulher. Parabenizo o excelente trabalho desenvolvido pela deputada Doutora Jane, que muito nos orgulhou nesse papel. Obrigado, deputada. Desejo à deputada Dayse Amarilio

muito sucesso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, falta a Procuradoria do Idoso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Designo o deputado Chico Vigilante como procurador do idoso.

Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, há a Procuradoria da Juventude também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Designo o deputado Joaquim Roriz Neto como procurador da juventude.

Conforme acordo, passamos para as votações da Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Primeiro, foi acordado que nós votaríamos os projetos de lei referentes ao crédito: Projeto de Lei nº 847 e Projeto de Lei nº 891.

Solicito que o deputado Iolando secretarie os trabalhos da mesa e leia o primeiro item de pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente. Estou voltando à origem. Nos 4 anos passados, estivemos na presidência. Hoje, o primeiro-secretário, deputado Pastor Daniel de Castro, deu-me a honra de substituí-lo por alguns instantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Solicito aos deputados que registrem suas presenças nos terminais.

Item nº 244:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 847/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 49.917.200,00”.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos demais 242 vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 6 emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 847/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 49.917.200,00”.

O projeto de lei visa a abrir crédito especial para recompor as programações referentes à Câmara Legislativa do Distrito Federal afetadas pelo veto veiculado por meio da Mensagem nº 340/2023.

Foram apresentadas 4 emendas de autoria da Mesa Diretora, visando à recomposição de dotações orçamentárias à Câmara Legislativa do Distrito Federal e à ampliação dos limites de remanejamento de 15% para 25% no orçamento anual do Distrito Federal como forma de minimizar o engessamento orçamentário. Também foram apresentadas emendas que visam à realocação de recursos provenientes de emendas parlamentares dos próprios autores.

A proposição encontra-se em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2024, motivo pelo qual votamos por sua admissibilidade, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 847/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 245:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 891/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 35.000.000,00”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foi apresentada 1 emenda de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 891/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 35.000.000,00”.

O projeto de lei objetiva transcrever a parte relativa às dotações orçamentárias da publicidade do Projeto de Lei nº 847/2024, conforme Requerimento nº 1.801/2024.

A proposição encontra-se em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária de 2024, motivo pelo qual votamos pela sua admissibilidade com a Emenda nº 2.

A Emenda nº 1 foi cancelada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 891/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 246:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, apresentei uma emenda, conversei com a secretária de desenvolvimento social, Ana Paula, e ela acha por bem não incluir a emenda para não atrapalhar a questão da gestão.

Então, estou retirando a única emenda que protocolei no referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Como a deputada Dayse Amarilio não se encontra, a presidência designa o deputado Pastor Daniel de Castro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 849/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Quero agradecer ao meu presidente, deputado Eduardo Pedrosa, pela oportunidade de fazer esta relatoria.

Quero também, presidente, antes de relatar, parabenizar o nosso governador Ibaneis Rocha, um governador que tem a sensibilidade de ajudar os menos favorecidos e um governador também que gosta de potencializar, deputado Chico Vigilante, os nossos empresários locais.

Por meio desse programa, estamos potencializando mais de 300 empresas no Distrito Federal e estamos dando um auxílio para mais de 70 mil famílias. Vale a pena refletirmos e avaliarmos quanto querido e sensível é o nosso governador.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos”.

O Projeto de Lei nº 849/2024 visa a alterar os dispositivos da Lei nº 6.938/2021 para redistribuir as competências dos órgãos responsáveis pela operacionalização do programa Cartão Creche.

Esta comissão avalia positivamente essa medida, considerando que pode contribuir para a maior eficiência da implantação e fiscalização do programa e garantindo a sua adequação e execução.

Quanto à exigência constante no inciso III do § 3º do Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022, registro que considerando a temática da proposta à redistribuição de competência dos órgãos responsáveis pela operacionalização do programa Cartão Creche, não há impacto de ordem orçamentária e financeira, segundo a Nota Jurídica nº 3/2024.

Quanto aos aspectos técnicos, o projeto não encontra impedimento para sua aprovação, haja vista que estão em consonância com as normas orçamentárias e financeiras vigentes que regem o Distrito Federal.

Em relação à sua admissibilidade, restam atendidos nos arts. 71 a 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governo do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Diante do exposto, no âmbito desta comissão, manifestamos pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo.

Esse é o nosso parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputada Jaqueline Silva. Parabenizo V.Exa. pela manifestação.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, só quero fazer uma retificação. Por 2 vezes falei Cartão Creche e estamos tratando da matéria do Cartão Gás. Faço um registro que também há esse outro programa muito importante para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada. Registrada a devida retificação

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos”.

Senhor Presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 849/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CESC, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, como não estou de acordo com o projeto e não votarei a favor, vou designar um outro relator e fazer o debate.

Designo o deputado Thiago Manzoni.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

Senhor presidente, assumindo a relatoria, profiro o parecer em nome da CESC pela aprovação da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, não é para discutir. Eu peço que o projeto seja lido na íntegra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que o projeto seja lido na íntegra, a pedido do nobre deputado Chico Vigilante.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, peço só um minuto. O projeto está sendo impresso para que a sua leitura possa ser feita.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu gostaria de agradecer a presença ao secretário Thiago Conde, que muito nos honra. Trata-se de um técnico de primeiríssima qualidade, com muitas habilidades políticas.

Obrigado, Thiago. É sempre importante tê-lo aqui conosco.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolhendo o pedido do deputado Chico Vigilante, solicito ao deputado Pastor Daniel de Castro que faça a leitura do projeto na íntegra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – “A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Os limites de atuação assistencial do IGESDF passa a abranger o Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, mediante a revisão de seu estatuto, conforme preceitua o art. 1º, § 4º, da Lei nº 5.899, de 2017, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto nº 45.448, de 25 de janeiro de 2024.

§ 1º Os limites de atuação de que trata o caput se darão gradativamente, após a elaboração e apresentação de relatório de diagnóstico e plano de trabalho.

§ 2º O relatório e o plano de trabalho são disponibilizados nos sites do IGESDF e da Secretaria de Estado de Saúde, bem como o relatório mensal com receitas e despesas, contratos e termos aditivos e documentos fiscais, contendo as informações dos valores de produtos e serviços adquiridos para cada uma das unidades de saúde em que atue como gestor, sem prejuízo das regras estabelecidas pela Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Senhor presidente, esse é o conteúdo completo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço a V.Exa. que novamente espere os pareceres, que não sigamos, pois há debate e podemos segui-lo. Nós estamos apresentando uma emenda. Para a matéria não ter que voltar a todas as comissões, estamos protocolando agora a emenda. Assim, os relatores já podem se pronunciar. A nossa ideia não é protelar. O que queremos é registrar o protocolo dessa emenda antes, para que ela possa ser apreciada pelos relatores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho o pedido de V.Exa.

Permitam-me dizer que a deputada Dayse Amarilio me mandou uma mensagem dizendo: “Presidente, estou acompanhando vocês. Reforço que a minha ausência é por motivo de força maior. Licença médica. Estou para infartar, pois queria muito estar aí.”

Assim se manifesta a deputada Dayse Amarilio, que está assistindo a nós.

Deputada Dayse Amarilio, até as vírgulas eu falei para V.Exa. não dizer que eu não fui fiel.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, ontem houve uma reunião com o secretário e foi pedido para que ele apresentasse o custo desse projeto e o cronograma de contratação, e ele se comprometeu que nos informaria tudo hoje para que nós

podéssemos votar.

Eu gostaria de saber se nós temos essas informações, porque o meu gabinete ainda não as recebeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Indago à liderança do governo, ao secretário Maurício, ao Hugo, conforme solicitado pela deputada Paula Belmonte, se essas informações já estão disponíveis.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, complementando o que a deputada Paula Belmonte falou, no projeto enviado pelo governo, está dito que não há impacto. “Entretanto, a edição em si da lei não gera impacto orçamentário imediato.” Isso gera uma dúvida enorme, porque, como é que vão operacionalizar 60 leitos, contratar profissionais, contratar equipamentos para atender a população sem impacto orçamentário? Nós não temos compreensão de como é que isso pode acontecer. (Palmas.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, isso foi um acordo feito ontem com todos os parlamentares. Eu vejo que essas informações são essenciais para que nós possamos votar esse projeto. Então, eu peço o adiamento da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero apenas dirimir uma dúvida.

É claro que os nossos irmãos do Pôr do Sol, Sol Nascente e Ceilândia merecem essa estrutura lá. Todavia, no debate que foi suscitado ontem, observou-se que a dengue não está só nesses locais, mas em todas as cidades. Lembro-me da ponderação do deputado Pepa e, se não me falha a memória, da do deputado Rogério Morro da Cruz e daquela em relação à nossa querida Vicente Pires e ao 26 de Setembro.

Então, pergunto se vai se comportar algum nível de discussão neste momento para que isso seja ampliado para atendimento de toda a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perdão, presidente, houve uma ponderação também da nobre deputada Doutora Jane quanto à região do Paranoá e do Itapoã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Verdade. Obrigado, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu já vou iniciar a discussão do mérito do projeto de lei. Eu, no meu pronunciamento de líderes, já expus a minha posição, assim como ontem, também, na audiência pública que nós fizemos.

Primeiro, acho fundamental dizermos algumas coisas para alinhar as versões que vão ser ditas ao sair daqui. Não é verdade que a única forma de abrir novos leitos no Distrito Federal seja através do Iges. Isso é mentira. É possível abrir novos leitos no Distrito Federal utilizando concurso público, porque nós temos LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que autoriza a nomeação; nós temos margem fiscal, que autoriza a nomeação; e nós temos espaço financeiro para fazer isso.

Então é uma mentira a narrativa de que para se criarem leitos tem que ser pela terceirização. Esse é o primeiro ponto, porque essa chantagem não pode ser feita com esta casa.

Não houve falta de aviso, mas falta de planejamento do Governo do Distrito Federal, que passou o ano de 2023 inteiro se negando a fazer esse debate. Quantas vezes vários parlamentares alertaram sobre isso?

Esse não é um debate só da oposição. Quero deixar registrado que o deputado Daniel alertou várias vezes, e vários parlamentares alertaram, pediram e cobraram do governo o programa de

enfrentamento, porque a tragédia estava anunciada.

Repito: essa é uma tragédia construída pelo governo e não adianta agora fazer chantagem com esta casa para ampliar o Iges, porque, daqui a pouco, sabem o que vai acontecer? Chegará a esta casa mais um crédito, mais um aditivo para o Iges, dizendo: "Abrimos 60 leitos, há mais 1 hospital, precisa-se de mais 1 aditivo."

Estamos vivendo no Distrito Federal algo que é perigoso, porque o Iges saiu de 3,5% do orçamento do Fundo de Saúde do Distrito Federal para 30%. É um aumento de 1.000% nos últimos anos.

Quero perguntar para a população do Distrito Federal, que hoje está sofrendo na fila dos hospitais, o que o Iges entregou. Quais as condições das UPAs do Distrito Federal?

O Iges prometeu muita coisa. Prometeu que iria contratar com facilidade, com transparência. Eu pergunto: há profissionais suficientes nas UPAs?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O Iges prometeu que não faltariam insumos, que seria fácil contratar, que seria fácil comprar. Pergunto: faltam insumos nas UPAs?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O Iges entregou uma coisa: corrupção. O Iges entregou uma coisa: falta de transparência. Isso não sou eu que estou dizendo. É só pegar os inqueritos do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Judiciário. É só pegar a história e as notícias da imprensa. Vários que passaram pelo Iges foram presos.

Agora, chega mais um projeto sem nenhuma transparência. Quanto custa? Quantos serão contratados? Qual é a estrutura necessária? O projeto diz que depois vai fazer. Quem vai fiscalizar? Quem vai aprovar?

Repito: há uma solução. Se o Governo do Distrito Federal quer enfrentar de forma séria a crise da dengue, construída pelo próprio governo – vou repetir, presidente –, a LDO de 2024 já permite isso.

Nós defendemos no ano passado que se derrubassem os vetos, porque hoje o governo teria mais margem e seria possível atuar. Mas, mesmo sem a derrubada dos vetos, o Governo do Distrito Federal, se quiser, agora, com um ato discricionário do governador, nomeia e coloca na rede pública de saúde do Distrito Federal 150 agentes comunitários de saúde. Se o governo quiser fazer agora, por um ato a ser publicado no Diário Oficial, ele nomeia 250 enfermeiros.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Se ele quiser fazer um ato, ele nomeia, para a rede pública de saúde, 200 técnicos em enfermagem. Ele nomeia 450 servidores da carreira Gaps.

Então é possível abrir leito sem a falácia de que só dá para abrir leito via Iges, terceirizando, mais uma vez, a Secretaria de Saúde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa., líder do governo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, eu vou ser bem sucinto, com todo o respeito à fala do deputado Gabriel Magno.

Primeiramente, a reunião que houve ontem com o chefe da Casa Civil e todos os deputados, incluindo oposição e base, foi algo emergencial e temporário. Ninguém está aumentando o alcance do Iges de uma forma perene, apenas envolve o Hospital Cidade do Sol.

Quanto à dotação orçamentária, o governo tem o recurso que está no fundo de contingência, como os senhores podem ver na LOA, e não se sabe ainda se vai ser feito de uma forma escalonada ou de uma vez. Pela urgência, não há como esperar essas informações, mas elas serão prestadas a tempo para a Câmara Legislativa.

Neste caso, isso é justamente para dar esse voto de confiança para o governo para que ele atenda o clamor dessa urgência de combater a dengue de forma temporária. Passando a emergência da dengue, que já foi publicada no *Diário Oficial*, volta-se ao *status quo*, que é inicial.

Ninguém está aumentando o alcance do Iges. Que isso fique muito claro. É muito ruim politizar algo que é de urgência neste momento. Se isso é urgente, nós temos que votar e dar esse voto de confiança para o governo. Foi o que nós entendemos ontem na reunião. Eu peço aos deputados que nós votemos ainda hoje, dando o voto de confiança ao governo, para que ele possa atender à população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Então, essa é a orientação do deputado Robério Negreiros como líder.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, nós fizemos uma discussão muito séria no nosso bloco sobre esse tema.

Obviamente, temos muita responsabilidade com a saúde pública do DF. Nós conversamos com os profissionais de saúde e viemos a este plenário hoje dispostos, inclusive, a aprovar este projeto. Porém, nós temos um problema: nós temos essa disposição desde que haja algumas limitações. Uma delas é que estabeleçamos o prazo, porque não há como um decreto emergencial ficar em vigor o ano inteiro. Nós apresentamos uma emenda agora – o primeiro signatário é o deputado Max Maciel – para que seja limitado a 90 dias. A segunda limitação é que o governo apresente um plano de nomeação na Secretaria de Estado de Saúde. (Palmas.)

Nós estamos falando de uma questão perene. A saúde hoje tem uma precarização grave. Eu estou falando isso com responsabilidade. Nós não queremos politizar o debate emergencial da dengue. Nós só queremos fazer uma discussão de fôlego sobre a política pública de saúde.

Eu acho que todos os deputados elogiaram o gesto ontem do chefe da Casa Civil, que veio a esta casa muito respeitosamente e fez o diálogo com os parlamentares; mas é muito ruim não termos nenhuma noção do impacto orçamentário, porque nós estaríamos votando algo sem saber o custo.

O Iges-DF, como já foi alertado aqui, foi cenário de muitos escândalos nesta cidade. O Iges-DF hoje é cenário de uma série de auditorias. A população questiona a transparência do Iges-DF.

Todo esse contexto nos traz algumas reflexões. Não há, da nossa parte, nenhum interesse em atrapalhar o governo na abertura de leitos emergenciais. Nós sabemos da urgência disso, inclusive por irresponsabilidade do próprio governo, que não organizou a intervenção da dengue e foi alertado aqui sobre isso. (Palmas.)

Por outro lado, a população quer garantias. Nós estamos pedindo 2 garantias. Uma delas é que o prazo seja determinado, que o decreto não se mantenha eterno. Nós apresentamos uma emenda para que ele seja válido por 90 dias. A segunda é que o governo apresente a esta casa, hoje, um plano de nomeações na Secretaria de Estado de Saúde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Já pediram a palavra o deputado Ricardo Vale, o deputado Pastor Daniel de Castro, a deputada Paula Belmonte e o deputado Max Maciel, mas, antes, o líder do governo tinha solicitado a palavra para poder apresentar os números.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, trata-se apenas de um complemento.

Diante da urgência, eu pedi ao secretário da Casa Civil que instasse o Iges, e a informação é a seguinte: o preço estimado para operacionalizar o Hospital Cidade do Sol seria em torno de R\$27.000.300,00, cerca de R\$2.275.000,00 para operacionalizar 60 leitos de enfermaria sem suporte dialítico. Isso seria uma estimativa baseada no perfil do leito e dos pacientes. Essa é a informação perfunctória.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras

deputadas, senhores deputados, eu me lembro de que, em 2017, eu estava nesta casa quando nós aprovamos – nós não, eu votei contra – a criação do Instituto Hospital de Base, que foi o antigo Iges. Isso foi uma proposta do governo Rollemberg. Eu me lembro, inclusive, de que V.Exa. também votou contra. Muitos deputados votaram contra a criação, porque nós entendíamos que isso era uma privatização da saúde pública do Distrito Federal. Prontamente, nós já imaginamos que esse instituto não daria certo – e não deu.

Não deu certo, porque não melhorou em nada a saúde pública do Distrito Federal – pelo contrário. Há falta de transparência, gastos enormes. Nós até acreditávamos – e, se eu não me engano, o governador Ibaneis, na campanha, prometeu – que se acabaria com o instituto. Porém, para a nossa surpresa, em 2019, o governador Ibaneis resolve ampliar o Iges. O que aconteceu? Não melhorou nada, zero à saúde.

A solução para a saúde pública do Distrito Federal é uma saúde pública – pública! – com servidores concursados, contratados, como deve ser. Como deve ser. O SUS tem que ser fortalecido. É preciso haver pessoas concursadas e não entregar a saúde para a iniciativa privada. Foi o que aconteceu com esse instituto e agora com o Iges.

Vem essa crise agora. Muitos deputados, muitos servidores falaram: “Vai acontecer uma crise grave no Distrito Federal por conta da não renovação dos contratos do pessoal da vigilância”. Enfim...

Isso foi discutido aqui mil vezes, e o governo não fez absolutamente nada. A Secretaria de Saúde não fez absolutamente nada. O que está acontecendo hoje? A dengue tomou conta da cidade, deputada Paula Belmonte, e pessoas estão morrendo. E aí, qual é a solução agora? Correr atrás do prejuízo.

Então, o governo pode vir aqui, conversar com esta casa, assumir que errou e falar: “Olha, precisamos correr atrás do prejuízo. Nós vamos deixar as pessoas morrendo? Nós vamos deixar as pessoas agora sem atendimento?”

Esse modelo não resolve, mas também não termos a responsabilidade agora de tentar minimizar esse problema e salvar vidas é uma decisão muito arriscada nossa.

Portanto, ontem o secretário Gustavo esteve aqui conversando conosco. Eu estou disposto, juntamente com o deputado Chico Vigilante, que também estava na reunião de ontem, a votar favoravelmente, mas é preciso que fique bem claro que isso é só até o fim dessa crise. Que depois passemos a discutir isso nesta casa. Quero pedir o apoio dos deputados para que acabemos com esse Iges. Acabe! Não funciona. Não resolve.

Portanto, eu quero pedir aos deputados que nós passemos essa ação de emergência, mas, depois, logo ao final da greve, possamos discutir, de forma muito séria, o fim do Iges. E que a saúde pública seja pública, de qualidade, fortalecendo cada vez mais o SUS.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, um último complemento de informação. Para que fique claro a todos os parlamentares, a informação é de que os 27 milhões de reais é uma estimativa anual. A estimativa mensal seria de R\$2.275.000,00. Quanto à temporalidade, o governo está dizendo que vai colocar o decreto com duração de 120 dias. Nesse caso, ficaria o custo desses 120 dias em 9 milhões de reais.

Então, é só uma correção, porque não ficou muito claro. O valor de 27 milhões de reais era se fosse um ano, que não é o tempo da estimativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Informo que o deputado Jorge Vianna nos mandou uma mensagem agora – a assessoria já havia nos informado. S.Exa. se encontra em consulta médica e por essa razão não está aqui.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, como presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência, estamos acompanhando o Iges

trimestralmente. O presidente do Iges tem vindo aqui mostrar...

Eu quero deixar aqui o reconhecimento ao doutor Juracy, que tem feito um trabalho de eficiência de deixar cada vez mais os números abertos. Foi a primeira vez na história da Câmara Legislativa que o Iges veio prestar contas.

Então, é importante reconhecermos o trabalho e o esforço dele. Mesmo assim, hoje o Iges não consegue atingir as metas que são colocadas pela Secretaria de Saúde, as quais não estão sendo glosadas também.

Praticamente 20% do orçamento da Secretaria de Saúde está indo para o Iges, com um atendimento muito inferior à quantidade da Secretaria de Saúde.

Por isso, eu vejo que, com essas informações que o líder deputado Robério Negreiros traz, nós temos que ter muita responsabilidade, porque esta casa aqui representa a população, o anseio da população, e uma das importantes funções do parlamento é a fiscalização.

Eu também reconheço que nós estamos dando um passo importante. Aqui, mais uma vez, eu quero registrar que desde agosto nós destinamos uma verba de 1 milhão de reais especificamente para a dengue. O subsecretário não utilizou essa verba, ou seja, com isso ele poderia ter contratado servidores, poderia ter sido preventivo, mas não foi feito isso. Foi perdido 1 milhão de reais do povo brasileiro, e agora nós estamos tendo uma conta que, no primeiro momento, foi colocada como se fosse anual – o que nos traz aqui até uma certa, vamos dizer assim, preocupação, porque já estão fazendo conta anual, não estão fazendo conta de 120 dias. Nós precisamos ter isso claro, porque esta casa é fiscalizadora.

Então, eu quero dizer que eu compreendo a necessidade. Terá o meu voto, eu vim com o propósito de votar a favor, me comprometi, inclusive falei isso na frente do secretário; mas ele também falou que nós teríamos esses dados oficialmente aqui na Câmara Legislativa. Eu vejo que a mão dupla de confiança tem que ser cumprida, é o mínimo para que possamos ter segurança de votar um projeto. E um projeto dessa magnitude é um projeto que tem um impacto, sim, nos nossos servidores da saúde.

Nós precisamos fazer com que exista esse cronograma de convocação desses servidores, mas, principalmente, fiscalizar a utilização do dinheiro do contribuinte: onde está sendo e como está sendo colocado. Para isso, nós precisamos de uma informação concreta vinda do governo. Essa fala aqui do líder atende a nossa compreensão, mas não está aqui registrada oficialmente pelo governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito obrigado. Deixe-me tentar fazer uma fala com muito equilíbrio.

Primeiro, nesta casa, nós somos 24 deputados, todos são iguais, começando por V.Exa., que é o nosso presidente, com a prerrogativa muito mais forte e dever muito mais pesado, mas todos nós somos deputados.

Esta casa se divide em base e oposição. É natural. A oposição canta lá e a base canta aqui. Muitas vezes a base tem muito ônus ao fazer determinada defesa, mas é natural fazê-la, porque nós somos a base de governo e fazemos isso com muita responsabilidade, inclusive no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas eu não quero entrar em mérito de politização – eu gostei da fala do deputado Fábio Félix e do nosso líder de governo –, eu quero falar para o líder. Eu gostaria que ele atentasse para a minha fala porque é muito importante.

Determinadas falas da oposição têm guarida mesmo. Fazemos algumas defesas. Muitas vezes a nossa defesa não é tão compreendida, e pagamos, líder, um ônus violento. Mas, quando executam a pauta que a esquerda defende, eles vão lá acatar. Por exemplo: “O governo tem que contratar, ponto final”. E nós da base defendemos a contratação. Aí, quando vamos fazer uma defesa neste momento de contrato emergencial, nós vamos ter um desgaste de ser base do governo. Porém, amanhã vem a contratação de servidores públicos e ganha a esquerda, ganha a oposição, como, de repente, grande líder dessa discussão. E não está errado, é a pauta que eles defendem.

Nós temos que ter muita responsabilidade no que diz respeito a recurso do Governo do Distrito

Federal. Eu não vou falar de fato pretérito, passado. Eu não estava aqui e não aprovei o Iges, mas o Iges é uma realidade. E, com a devida vênia, vice-presidente deputado Ricardo Vale, eu entendo sua posição e sua fala, mas falar em acabar o Iges eu acho que é uma fala extremamente pesada. Entenda o que eu estou falando, porque até a galeria vai entender.

De que eu acho que precisamos? Eu estive esta semana com o presidente do Iges. Ele mostrou para mim a economia que ele está fazendo, inclusive com a plataforma digital, que, se fosse comprar, seria caríssima, e ele está fazendo de graça. Então, que esta casa o convide para vir aqui! Ele está fazendo isso. Todas as audiências realizadas pela deputada Paula Belmonte eu estava acompanhando, e ele tem sido um cara honrado, que vem a esta casa e que tem mostrado responsabilidade. Então, que ele venha aqui mais uma vez prestar conta, não só para a Comissão de Transparência, mas para todos nós, deputados.

Mas uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Nós estamos em um tempo de emergência, não há como! Pessoas estão morrendo, e nós somos responsáveis também por cuidar dessas pessoas, porque elas é que nos colocaram aqui. Então, no que diz respeito a isso – e há até decreto do governador para contratação de emergência para a saúde pública –, é necessário nós acudirmos essas pessoas. Nós precisamos ter essa responsabilidade!

Senhor líder, peço a V.Exa. que esta pauta também seja da base, que o governo abra conosco também o diálogo. Eu já estive com o secretário Gustavo e falei isto para ele. Falei: “Não abro mão de estar à frente dessa pauta de contratação. Nós precisamos contratar servidores públicos”. A base defende isso também, senhor presidente. Senão, nós pagamos o desgaste dessa pauta, amanhã vão contratar, e quem ganha é a oposição. E nós, da base, que nos desgastamos para defender o governo?

Nós estamos dizendo: há contrato emergencial, nós precisamos dele! E vou repetir: não é somente no Pôr do Sol e Sol Nascente, é em Vicente Pires, é na 26, é no Paranoá, é em Itapoã, é em Planaltina, é no Arapoanga. É em todas as cidades! Nós precisamos enfrentar essa matéria. E para enfrentar isso, sejamos bem sinceros, nós precisamos contratar. Essa pauta da crise está nesta casa desde meados do ano passado.

Senhor presidente, não estou jogando contra o governo, não é isso, eu não faço esse papel. Eu, toda as vezes que ocupo este microfone, falo: “Eu sou base”. Se é para pagar todo o desgaste de ser base, eu vou pagar, mas eu também sou deputado e tenho responsabilidade. Eu não entendi até hoje a demissão do subsecretário Divino. Ele é uma das maiores autoridades em vigilância sanitária desta nação, deste país.

O que precisamos fazer? Enfrentar isso de forma forte, de cara. E, sim, nós estamos no meio de uma pandemia, gente, que é nacional e agravada por Brasília ser o primeiro colocado em quantidade de casos. Então, emergencialmente, líder, é natural que base e oposição se unam nesta casa, com a responsabilidade de salvar vidas. Esse povo nos colocou aqui, ele espera isso de nós.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Em segundo passo, líder, nós precisamos abrir a discussão, também como base, como Governo do Distrito Federal, sobre a contratação de servidores da saúde, de uma maneira emergencial, rápida e urgente. Muito obrigado!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, saúdo toda a casa e todos que aqui estão presentes e que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Quero, primeiro, informar o seguinte: não dá para negociarmos, aqui, na CLDF, vida de ninguém. Não dá para, aqui, na CLDF, todas as vezes que passarmos por uma crise na saúde – e vamos passar sempre, porque essa é uma história –, decidirmos a toque de caixa como se fôssemos resolver o problema da saúde em um dia, porque não vamos resolvê-lo. Aí vai ficar parecendo que aquele que vota contra prefere que as pessoas sofram nos hospitais, e aqueles que votam a favor são os bonzinhos. Não estamos discutindo hoje. Estamos discutindo o todo.

No mês de abril, o pico no DF pode cair. E sabem o que vai começar? Os problemas respiratórios porque é cíclico. E esta casa fará outra aprovação emergencial, para contratarmos outra emergência, porque estamos em uma crise respiratória, já dada que vai ocorrer. Anotem isso.

Presidente, nós temos 250 enfermeiros e 200 técnicos de enfermagem prontos para serem

nomeados e autorizados. O que estamos pedindo, líder, é um cronograma do governo para apresentar as nomeações que já estão autorizadas, a fim de começarmos a mitigar esses problemas futuros. A saúde pública não pode ser pensada só na média e na alta complexidade. Saúde pública é qualidade de vida, é atenção básica na ponta, são as pessoas tendo acesso aos ACS e Avas, que fazem a visita, a orientação. Isso reduz casos na ponta.

O que estamos pedindo, primeiro: 90 dias é razoável para o enfrentamento porque isso pode prolongar o processo do Iges. Deputado Pastor Daniel de Castro, o Iges já toca as UPAs, antes de virar a crise da dengue. Qualquer um de nós que visitássemos a UPA, veríamos que não há condições de aquilo ter um pronto atendimento de qualidade. Ao mesmo tempo, não é acabar com o Iges, do ponto de vista tácito, mas é fazer uma transição, deixá-lo para fazer a compra emergencial, a reforma do posto, mas recurso humano, atendimento na ponta, isso é Estado. Isso é memória. São os agentes comunitários de saúde, Deputada Doutora Jane, que sabem, inclusive, onde mora aquela senhora que tem problema de diabetes e a chama pelo nome. Estamos esperando que ela vá ao hospital ser atendida, ao invés de irmos até ela e orientá-la. Isso é muito mais qualidade de vida. Custa menos do que os milhões por mês que estamos querendo colocar aqui, com a emergência do Iges.

Fica aqui esta emenda de plenário que está rodando. Queremos, primeiro, suprimir aqueles 2 parágrafos porque eles não fazem nenhum sentido. Não há relatório, não há impacto financeiro. Vamos pedir ao líder do governo que protocole esse documento ou o dado que o secretário Gustavo apresentou, para que possamos ter acesso e consigamos acompanhar e fiscalizar isso.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. Depois ao deputado João Cardoso e depois ao deputado Pepa.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Iolando, o deputado João Cardoso me confundiu. Mas V.Exa. tem prioridade.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, V.Exa. já me conhece bastante e sabe que eu não converso em uma sala aquilo que eu não falo em público. A posição que eu tive naquela sala fechada com o secretário ontem é a mesma que eu tenho em público. Brasília inteira sabe da minha posição com relação ao Iges.

Eu, V.Exa. e o deputado Robério Negreiros estávamos aqui – talvez éramos os únicos que estavam aqui – quando o senhor Rodrigo Rollemberg, do PSB, criou o ovo da serpente quando pegou um hospital que era escola, exemplo para o país inteiro, e criou o tal do Instituto Hospital de Base. V.Exa. está lembrado, não é? Nós dissemos que ia dar errado. Nós mostramos que não podia ser feito aquilo.

Veio o senhor Ibaneis Rocha e prometeu que ia acabar com o Iges. Acho que V.Exa. não estava aqui, mas eu vou lembrá-lo de que o Ibaneis enviou um projeto – está ali o Willemann, o nosso assessor, com quem debatemos bastante sobre isso – que ampliava o Instituto Hospital de Base, incluindo o Hospital de Santa Maria, mas com um agravante: houve deputados aqui que, na época, queriam ampliar ainda mais. Eles queriam colocar – está lembrado, deputado Robério Negreiros? – o Hospital do Guará, o HMIB, o HRAN e o Hospital de Taguatinga. Nós da oposição não deixamos. Hoje a situação estaria muito pior se esses hospitais tivessem passado para as garras do Iges.

Eu sempre digo que o Iges não tem jeito. Não há remédio para o Iges. Mas o que foi discutido ontem na sala – e por isso eu falei que eu ia dizer aqui – é que foi colocado o Hospital das Forças Armadas, cedido pelo governo federal, que tem o pessoal para operar o hospital, pois não há servidor na Secretaria de Saúde. A secretaria entra só com os insumos. Mas eles precisam de um lugar para internar as pessoas de imediato. Foi isso o que foi dito. Pediram que a Câmara autorizasse a liberação dos 60 leitos para que o Hospital da Aeronáutica, à medida que detectasse algo urgente, enviasse para o hospital chamado de Sol – e aquilo lá não dá nem para chamar de hospital. Vai chegar o dia em que ele vai ser derrubado, e será feito um hospital ali. Portanto, foi isso o que foi discutido ontem e é isso o que está se discutindo aqui, mas eu não posso concordar com algumas falas que dizem que, em

função...

Desculpe-me, deputado Pastor Daniel de Castro, a crise vai chegar a todo canto, mas a todo canto não pode chegar a expansão do Iges! Portanto, o governo que se prepare e comece a contratar as pessoas para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. É isso o que tem que ser feito.

Ontem, presidente, V.Exa. presidiu a reunião. O que nós cobramos do secretário Gustavo, deputado Ricardo Vale? V.Exa. estava lá também. Isso está limitado aos 60 leitos? Foi isso que ele garantiu, não é, líder do governo? Está ali restrito aos 60 leitos do tal Hospital do Sol Nascente, que não é hospital – é bom que se diga. O projeto se restringe aos 60 leitos. Isso não vai resolver definitivamente o problema. Nós temos que ter consciência. Agora eu também não vou dar oportunidade para o governo dizer que quer resolver e que eu não quis que resolvesse. Isso ele não vai ter de mim, não.

Portanto, eu estou chamando a todos nós. Isso foi dito ontem, deputado Fábio Félix. Estou chamando a todos nós. Autoriza, dizendo para o governo que não resolve, que ele se prepare para contratar mais gente. Eu passei 1 ano aqui – quem está aqui está lembrado – cantando a pedra: para que o mosquito não prolifere, tem que ir ao ninho do mosquito, da muriçoca, que é a fêmea. No Pará é carapanã, no Maranhão é Muriçoca e vai por aí. Aqui se chama de mosquito. A hora de combater o mosquito é nos meses de junho, julho e agosto.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Nós dissemos que ia proliferar, não dissemos? Não falei aqui o tempo todo? Estão os bichos agora voando, contaminando as pessoas, e o governo gastando muito mais do que se ele tivesse sido previdente e não tivesse permitido que os bichos proliferassem.

Portanto, a minha posição é: pode votar o projeto, mas não amplie nenhuma vírgula para canto nenhum. Aí eu estou com V.Exa., deputado Pastor Daniel de Castro. Se quer ampliar para Vicente Pires, Arapoanga, onde quer que seja, contrate os servidores que estão prontos efetivamente para trabalhar.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu pedi a palavra não para fazer o confronto, o embate, mas, na primeira fala do deputado Chico Vigilante, ele se vira para mim e fala parecendo que eu estou defendendo a ampliação do Iges. Deputado, por favor. Eu acho que V.Exa. é provido de muita sabedoria e inteligência para entender que esta não foi a minha fala. A minha fala foi que o problema não está só lá no Sol Nascente e no Pôr do Sol. Lá eles merecem a nossa atenção. Mas o problema está no Distrito Federal todo.

O que eu estava falando é que este governo, desde a liderança do nosso governador Ibaneis, do nosso secretário da Casa Civil, com quem eu acabei de falar – ele acabou de me ligar – é um governo antenado e um governo que trabalha para mitigar todos os problemas. Por isso está aí inclusive reeleito no primeiro turno.

Do que eu estou falando? Nós temos um problema emergencial. O secretário da Casa Civil sai do palácio e vem despachar conosco aqui, não é, presidente deputado Wellington Luiz? Ele esteve conosco demonstrando toda a necessidade. Então, nós temos uma crise – aí eu concordo com V.Exa. É o que eu falei, eu recebi aqui o Divino, eu conversei com ele, e sei perfeitamente. Eu alertei neste plenário que o problema era lá atrás, em junho, julho, agosto, porque a crise hoje é advento do passado, mas o passado passou. A crise está aí. A crise que vivenciamos hoje, presidente, a tendência dela é piorar até atingir o pico, provavelmente em março.

Então, minha palavra foi: aceitamos o que o governo está mandando – e está mandando com muita responsabilidade –, aprovamos e, se necessário, ampliamos. Foi o que eu falei. Agora, não se pode tirar disso – aí, eu peço ao secretário da Casa Civil e ao governador –, em ato contínuo, nós discutirmos a contratação dos concursados.

Foi isso que eu falei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Wellington Luiz, sei que o momento agora, para muitos, é um momento delicado e, para outros, é um palanque político. Isso é bastante preocupante para o Distrito Federal, para nós aqui nesta Casa, que representamos 3 milhões e 100 mil habitantes. Estamos em uma das maiores crises depois da covid-19, que aconteceu aqui no Distrito Federal. Estamos passando por uma situação jamais vista antes, em que não se está escolhendo o branco, o preto, o rico, o pobre, o do centro ou o da periferia.

Temos uma estatística aqui, deputado Pastor Daniel de Castro, de que 40% da contaminação de todo o Distrito Federal pela dengue, pelo *Aedes aegypti* está em Ceilândia, que tem 600 mil habitantes. Pasmem os senhores: dos 200 milhões de habitantes que há no país, nós temos a segunda maior contaminação de todo o país com quase 20% de contaminados. É preocupante, é bastante preocupante o que o Distrito Federal está passando.

Como disse o deputado Pastor Daniel de Castro, ontem tivemos a oportunidade de termos aqui o secretário da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, que nos apresentou uma proposta não de apreensão do Iges, mas da possibilidade de o hospital do Sol Nascente ser a referência no tratamento do combate à dengue. Disse aqui bem claro, apresentado pelo líder do governo, deputado Robério Negreiros: Não dá para ficar a vida inteira gastando 27 milhões. É totalmente temporário. A hora em que acabarem os 27 milhões, eles vão recorrer à Câmara Legislativa para votarmos um crédito para a prorrogação desse prazo, presidente, deputado Wellington Luiz. Então, é preocupante.

Como nós vimos, ontem na discussão, todos estavam a favor. Inclusive a oposição estava a favor de se votar esse projeto. Hoje ela faz cenário contra essa possibilidade de salvarmos vidas. Ontem o governador deu um depoimento, que saiu em todas as matérias, de que 11 pessoas já morreram. Quantas pessoas mais veremos morrerem?

Sabemos que o engessamento da Secretaria de Saúde atrapalha a contratação de médicos e de insumos. Isso prejudica a imediata ação do governo. É por isso que o governo está desviando os pacientes para o hospital de Sol Nascente.

Estou encerrando, presidente.

Então, temos que parar com os *shows* que estão sendo apresentados e votar a favor desse projeto, dessa causa imediatamente, porque são vidas que precisam ser salvas e dependem de nós.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou conceder a palavra ao deputado Pepa.

Já houve a discussão necessária ontem e hoje. Depois, entraremos em processo de votação. Os deputados que forem favoráveis votem “sim”; os contrários votem “não”.

O deputado Pepa está pedindo para fazer uso da palavra há quase 1 hora.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde.

Presidente, eu preciso só ressaltar a palavra do meu amigo deputado Gabriel Magno de que nenhum governador, nenhum deputado aqui quer essa crise. Ninguém é a favor da pandemia, ninguém é a favor da emergência. Então, responsabilizar o governador Ibaneis pelo que está acontecendo – e não está acontecendo só no Distrito Federal, mas também em outros estados do Brasil – é uma irresponsabilidade. Politizar essa questão agora é uma irresponsabilidade. Essa é minha posição.

A outra posição é que preciso ressaltar o empenho das administrações regionais, que estão na ponta. Eu preciso ressaltar as frentes de trabalho lá na ponta, da Secretaria de Governo, da Secid, do SLU, da Vigilância Sanitária, das UBS, dos hospitais. É preciso ressaltar todo o empenho no recolhimento de lixo. Diante de tudo isso, presidente, verificamos que estamos em guerra, em uma guerra contra um mosquito.

Quero ressaltar que é preciso...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Quero ressaltar que é preciso chamar os concursados da área de saúde. (Palmas.) Ninguém vai fazer um edital de concurso para não chamar os aprovados. Seguindo o cronograma desse concurso realizado e fazendo essas ações é que garantiremos que, no futuro, esse quadro que estamos vivendo não se repita.

Quero, mais uma vez, dizer que a nossa guerra é contra o mosquito e que o projeto precisa ser aprovado.

Deputado Chico Vigilante, preciso ressaltar que a dengue não está só na Ceilândia. A dengue está em todo o Distrito Federal. Eu estive acompanhando a UPA de Planaltina no fim de semana e mandei para o presidente Juracy um vídeo de lá. Peço que os tratamentos nas UPAs, que o acolhimento da população não seja feito pelo vigilante; que a gerência das UPAs dê a cara para bater, atenda o povo de forma decente, não o deixe no chão lá sem dar a devida atenção. Precisamos ressaltar isso, presidente.

Vamos votar o projeto, mas entendemos que a crise da dengue não está só na Região Sul. Somos o Distrito Federal. Quando se pede unidade para lutar contra o mosquito da dengue, a unidade tem que ser de todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, cumprimento a todos os deputados e as deputadas presentes, aos servidores, a todos que estão na galeria e a todos que assistem a nós neste momento.

Eu sou servidor de 2 carreiras públicas do DF e tenho essa pauta de defender o servidor público, e tenho recebido mais de 38 carreiras lá no gabinete, as quais eu acompanho, e exigimos do governo a nomeação dos servidores. Em novembro, depois de ter feito uma conversa muito longa com a Subsecretaria da Vigilância, da vigilância ambiental, foi anunciado em novembro... Pois eu vim aqui e trouxe esses dados e apresentei que, se não tivéssemos servidores, se não houvesse o contingente, que fossem os temporários na época que foram demitidos ou, principalmente, o necessário e o devido, que é a convocação dos ACS e dos Avas, nós teríamos uma epidemia que estava anunciada. Isso está acontecendo agora. E há vídeo meu circulando.

Eu entendo também o lado do governo, no caso, pois houve a exigência da demissão, e não houve como convocar tudo de uma vez. Mas o que importa, hoje, na minha opinião, e eu tenho a certeza disso, é a questão da epidemia que está instalada, como disse o deputado Pepa, em todo o Distrito Federal.

E, a partir de então, o governo tomou as providências junto ao governo federal também. O secretário Gustavo Rocha esteve na casa ontem, S.Exa. se comprometeu e veio aqui, e estavam os 24 deputados presentes e S.Exa. esclareceu muito bem essa questão da emergência do hospital de campanha.

E isso não tem nada a ver com a nossa exigência, que vamos continuar exigindo: que se convoquem os servidores concursados. Quando ele chegou, apresentou essa situação que não era uma expansão do Iges-DF – e eu também, quem sabe lembra muito bem, pois eu fui, em 2019, o deputado que votou, mesmo sendo da base, contra a criação do Iges-DF –, e ele deixou bem claro que não era uma expansão do Iges-DF, que era uma contratação temporária por 120 dias.

E o secretário Gustavo ficou à mercê de todas as perguntas e todos os questionamentos dos 24 deputados. E houve um acordo de fazermos essa votação para que, nesses 120 dias, esses servidores fossem contratados para irem ao hospital de campanha durante o tempo que está previsto tecnicamente por aqueles que estudam, os especialistas, para essa questão do pico da epidemia no DF. Então, nós acertamos tudo.

Agora eu fico, sinceramente, presidente, muito triste, e é uma das coisas que mais me incomoda no plenário e me incomoda, muitas vezes, de estar na política, é quando temos parlamentares que se colocam de uma forma quando está presente o governo e depois chegam ao

plenário e se colocam completamente de outra forma, jogando isso para a plateia, para o servidor público, para fazer plateia. Eu acho isso uma falta de respeito com os parlamentares; todos eles estavam presentes.

Não tiro razão nenhuma de a oposição ter falado o que falou, porque, ao observar o que aconteceu, vemos que isso fica muito ruim. Nós temos representante do governo aqui assistindo. Isso fica muito ruim porque fica parecendo que nós que vamos votar a favor desse projeto, neste momento de emergência, que nós hoje estamos falando de concurso. Que nada, estamos falando aqui de vidas! Pessoas estão morrendo lá em Sobradinho, na nossa cidade, deputado Ricardo Vale. E nós defendemos o quê? A vida. Eu defendo a vida. Simplesmente falar, jogar para a plateia e não estar aqui para comprovar, isso fica muito ruim.

Eu quero deixar registrado, porque foi uma conversa que nós tivemos, como disse o deputado Pastor Daniel de Castro, ali dentro, todos os deputados concordaram com essa situação, mas depois que a coisa muda de aspecto, de opiniões, torna-se muito ruim, mas nós temos de fazer com que as vidas sejam preservadas.

E o governo tem esse compromisso, feito pelo secretário Gustavo Rocha, em nome do governador Ibaneis Rocha. Eu confio na palavra da pessoa que veio aqui, confio na palavra do governo também. Se, por acaso não acontecer, o que eu não acredito, acredito que vão cumprir com o que foi falado aqui ontem...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Nós podemos muito bem juntar os deputados, fazer o PDL e suspender. Mas eu peço que tenhamos esse discernimento entre os parlamentares, aquilo que nós combinarmos, como a deputada Paula Belmonte falou muito bem ontem, nós temos de ser fortes aqui na Câmara da Legislativa, porque este Poder Legislativo precisa mostrar ao governo que estamos com responsabilidade junto com eles. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Solicito ao nobre deputado Thiago Manzoni que emita parecer à emenda.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 892/2024, que “Confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

A emenda, presidente, é modificativa, foi subscrita pelo deputado Max Maciel, pela deputada Paula Belmonte, pelo deputado Fábio Félix e pela deputada Dayse Amarílio, embora esteja ausente.

“Dê-se ao art. 1º do projeto de lei a seguinte redação: Art. 1º Os limites de atuação assistencial do IGESDF passa a abranger o Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, mediante a revisão de seu estatuto, conforme preceitua o art. 1º, § 4º, da Lei nº 5.899, de 2017, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, com autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Esta é a emenda, presidente, que eu acabo de ler.

O parecer que profiro pela CESC é pela rejeição da emenda, mantendo-se o texto original.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados. Houve 1 voto contrário, do deputado Gabriel Magno, e 3 abstenções, do deputado Fábio Félix, do deputado Max Maciel e da deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para declaração de voto.

Só peço que sejamos bem objetivos para que nós possamos seguir adiante.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Está certo. Senhor presidente, muito rapidamente, nós viemos a esse plenário com disposição para o diálogo, como nós mesmos dissemos, e nós apresentamos 2 questões para que nós votássemos favoravelmente ao projeto. Uma, que o prazo determinado de 90 dias ficasse muito claro, e por isso nós apresentamos 1 emenda. E a segunda condição era que o governo apresentasse um plano de nomeações na Secretaria de Estado de Saúde. (Palmas.)

Nós não estamos aqui para fazer política com vidas. Nós sabemos a necessidade de leitos, mas isso não nos coloca numa posição de concordar com a estratégia adotada pelo Governo do Distrito Federal. Nesse contexto de crise, nós vamos nos abster porque o governo não fez nenhuma sinalização com as propostas que nós apresentamos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

O parecer foi aprovado com 17 votos favoráveis.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo, que “confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências.”

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 892/2024 e pela rejeição da Emenda nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

A matéria já foi discutida amplamente. Só vou pedir a V.Exa., então, que seja bem objetivo.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu nem vou entrar aqui, presidente, no mérito, porque eu acho que nós discutimos na CESC o mérito. Eu quero, inclusive, anunciar e justificar por que eu vou votar, como votei na CESC e votarei nas comissões, em primeiro e segundo turno, contra o projeto que autoriza o Iges a administrar o Hospital Cidade do Sol.

Primeiro, porque eu já disse meu problema com o Iges. Para mim, o Iges tem que acabar. Segundo, presidente, porque nós fizemos aqui no ano passado, e eu disse várias vezes aqui, nos vários acordos, nas várias conversas com V.Exa., e eu repito: todos os acordos que nós fizemos com V.Exa. foram cumpridos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Temos plena confiança quando V.Exa. senta na mesa e coloca o seu nome. O líder do governo pediu hoje aqui, diferente do que foi conversado, um voto de confiança não ao governo, desculpe-me, deputado Robério Negreiros. Esse voto de confiança que está sendo pedido no projeto de lei que foi apresentado sem as delimitações é um voto de confiança para o Iges, e infelizmente, presidente, o Iges não é confiável.

Então, não tenho condições de dar esse voto de confiança mesmo com a palavra de vários parlamentares aqui, porque o Iges, nos últimos anos, não se mostrou confiável.

Por fim, eu não quis fazer a questão de ordem, mas eu quero dizer novamente: o que está acontecendo no DF não é a mesma coisa que está acontecendo nos demais estados. A secretária de saúde deu uma declaração ontem de manhã, que está no R7, dizendo que o Distrito Federal é

responsável hoje por 20% dos casos de dengue no Brasil inteiro.

Então, não é a mesma coisa que está acontecendo no resto do país. Por isso, eu quero justificar aqui por que votei contra na CESC, votarei contra nas comissões e votarei contra no primeiro e no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados. Houve 1 voto contrário, do deputado Gabriel Magno, e 3 abstenções: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel e deputada Paula Belmonte.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo, que “confere ao Instituto de Gestão Estratégica e Saúde do Distrito Federal – IGESDF, a gestão do equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

Presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição com a inadmissibilidade da Emenda de nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados. Houve 1 voto contrário do deputado Gabriel Magno e 3 abstenções: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel e deputada Paula Belmonte.

Em discussão o Projeto de Lei nº 892/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados. Houve 1 voto contrário do deputado Gabriel Magno e 3 abstenções: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel e deputada Paula Belmonte. Houve 17 votos favoráveis.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apresentado destaque à Emenda nº 3 do Projeto de Lei nº 847/2024.

Passa-se à apreciação, em separado, da emenda destacada.

Em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

O acordo é pela rejeição da emenda; portanto, votem “não”.

A votação é pela rejeição da emenda, o líder do Governo vai encaminhar a votação. Há acordo, viu, gente?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação pela liderança do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O voto é pela rejeição da emenda. Então, o voto é “não”. O voto para a base é “não”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, tem que ficar claro para as pessoas que estão assistindo à TV que essa emenda não é com relação ao projeto anterior, que já foi aprovado; essa emenda trata da questão de orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É outro projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É outro projeto, trata-se da questão de orçamento, e quem apresentou a emenda entende que ela não é mais necessária. Por isso, está se votando pela derrubada. Para não ficar, quem está assistindo – antigamente eram 13 pessoas, agora há mais pessoas assistindo a nós na TV, por ser ao vivo –, achando que estamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quase 1 milhão e meio de pessoas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não é? Então, isso é importante. Portanto, é uma emenda sobre um projeto de orçamento, que estamos derrubando porque não é mais necessária. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Está bem explicado.

Em votação.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários.

A emenda foi rejeitada.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.098/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro e outros, que “requer a dispensa da publicação da Redação Final dos Projetos aprovados nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias dos meses de fevereiro até dezembro de 2024, para votação imediata da redação final”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 21 deputados.

Convoco, nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato, após a sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos projetos:

- Projeto de Lei nº 847/2024, de autoria do Poder Executivo;
- Projeto de Lei nº 891/2024, de autoria do Poder Executivo;
- Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo;
- Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h20min.)

Siglas constantes deste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde
HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília
HRAN – Hospital Regional da Asa Norte
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PL – Partido Liberal
Secid – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
Sindate – Sindicato de Auxiliares e Técnicos em Enfermagem
SLU – Serviço de Limpeza Urbana
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
SUS – Sistema Único de Saúde
TPD – Trabalho em Período Definido
UBS – Unidades Básicas de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 07/02/2024, às 18:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1534190** Código CRC: **5364CCD9**.

Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 16H54MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Está aberta a sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 2ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2024;

– Ata Sucinta da 3ª Sessão Extraordinária, realizada 6 de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Passo a presidência ao nosso nobre vice-presidente, deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu volto a esta tribuna para falar desse assunto gravíssimo que é a epidemia de dengue no Distrito Federal.

Eu já falei mais de uma vez desta tribuna que isso poderia ter sido evitado se tivesse sido feito o trabalho preventivo de combate a essa infestação no tempo em que deveria ter sido feito, nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Infelizmente isso não foi feito. Quantas vezes nós dissemos que as pessoas teriam que ter sido contratadas ou mantidas aquelas que estavam contratadas para fazer esse combate? E, agora, nós estamos vendo o resultado.

A dengue é uma doença que existe no Brasil há pelo menos 40 anos. O transmissor é uma muriçoca. No Pará chamam de carapanã, no Maranhão chamam de muriçoca, aqui chamam de

mosquito e vai por aí. E vejam a realidade, a situação que vive este país, especialmente o Distrito Federal hoje. Portanto, espero que isso sirva de lição para que o governo, neste ano, combata a dengue no tempo certo para que em 2025 não estejamos vivendo a mesma situação que estamos vivendo hoje, dada a gravidade.

Pessoas estão morrendo, não são só 11. Pelo menos 40 pessoas já perderam a vida no Distrito Federal em função disso. Se uma vida vale muito, imaginem 40 vidas! As famílias enlutadas estão chorando em função dessas vidas que foram perdidas. É preciso que tenhamos noção exata do que está acontecendo.

O governo federal, o governo do presidente Lula, está liberando 194 mil doses de vacina. Mas eu quero dizer, ao vivo, na nossa TV Câmara Distrital, que a vacina não resolve, até porque ela só pode imunizar as pessoas entre 10 e 14 anos. Pessoa de idade – por exemplo, eu – não pode tomar a vacina. Portanto, vai imunizar, é bom, é o início, é o começo, mas não vai resolver. É preciso também que as pessoas, nas suas casas, ajudem nesse combate, afinal de contas 80% da contaminação se dá dentro de casa. Fica o alerta.

Dito isso, eu quero voltar a um assunto de que tratei desta tribuna no dia de ontem. Quero falar mais uma vez da campanha salarial dos vigilantes do Distrito Federal. A data-base é primeiro de janeiro, as companheiras e os companheiros estão sem o tíquete-alimentação em alguns postos, sem o reajuste de salário em todos os postos, as empresas estão ameaçando cortar o seguro de vida, tudo por birra do presidente do sindicato patronal, o senhor Luís Gustavo, que só pensa nele, não pensa no setor e que só pratica maldade contra os trabalhadores.

Os vigilantes farão uma nova assembleia no dia 21. Ontem e hoje, foram encaminhados ofícios a todos os tomadores de serviço, inclusive à Câmara Legislativa, comunicando que, se não sair uma proposta decente para ser apreciada em assembleia geral, a categoria irá paralisar as atividades. Os vigilantes fazem greve desde 1979 e só o fazem quando há um patrão insensível – que é o caso do Luís Gustavo –, quando há pessoas que não têm a dignidade de tratar a categoria com o respeito que ela merece.

A segurança privada é um dos setores mais importantes neste país hoje. Em todos os cantos existe vigilante, na Câmara Legislativa, em hospital, em indústria, em ministério, em bancos, no aeroporto, na rodoviária, em qualquer canto existe um vigilante. Ali está um homem e uma mulher integrantes da segurança privada. Eles só querem ser tratados com respeito. Espero que esse respeito venha por meio de uma proposta decente.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade ao Comunicado de Líderes, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu resolvi vir à tribuna, porque, no ano passado, nós acompanhamos muito de perto a luta e a greve dos professores da educação básica aqui do Distrito Federal.

Esse foi um movimento importantíssimo de luta, e todas as conquistas que foram feitas, no ano passado, por essa categoria, aconteceram por conta dessa luta fundamental. Então, contou com o nosso apoio. Nós acompanhamos as assembleias dos professores. Nós estivemos encampando também a mobilização para que o governo abrisse a negociação em relação à pauta da greve.

Hoje está sendo realizado um ato na rodoviária, neste momento, pelo sindicato dos professores. Trata-se de uma mobilização da base dos professores, pedindo que o Governo do Distrito Federal cumpra aquilo que foi acordado na greve! Porque o governador assinou um compromisso para que a greve acabasse, mas há alguns pontos que não foram cumpridos, e os professores começaram a me mandá-los.

Um deles: nomeação dos aprovados no último concurso, inclusive cadastro reserva. Há uma carência de 9 mil profissionais na rede pública de saúde (*sic*). Mais uma promessa não foi cumprida. Como é que um governo assina um acordo com uma categoria, algo com fé pública, ampla divulgação, e não cumpre? Há uma carência de 9 mil profissionais que seriam nomeados para vagas imediatas e não foram.

Sobre a autorização para o pagamento de pecúnia da antiga licença-prêmio – a que muita gente faz jus – também recebemos denúncia e o combinado não está sendo cumprido pelo governo.

A Semana Pedagógica para os contratos temporários estava prevista no acordo, porque hoje quase 50% dos professores que estão em sala de aula na Secretaria de Educação são de contrato temporário. Esses vão ficar fora da Semana Pedagógica ou vão estar lá fazendo serviço voluntário, porque não vão receber pelo trabalho da Semana Pedagógica. Agora o governo diz que tem um estudo e alega que o contrato não pode ser pago, mas fez o acordo lá naquele contexto, com uma argumentação da procuradoria que é péssima nesse sentido. São 16 mil professores de contratação temporária, cerca de 50% de quem está em sala de aula.

A incorporação do auxílio-saúde aos aposentados, a um segmento. Há um grupo que não recebe. Isso também estava previsto. Pagamento de acordo para aqueles de contratos temporários com formação acadêmica: o governo também ia enviar o estudo, ia ter a discussão. Então, os professores de contratos temporários ganham o pior salário da categoria, porque o governo não cumpriu aquilo que estava previsto. E o último ponto é o aproveitamento de tempo de serviço de professores de contrato temporário, caso eles sejam nomeados como efetivos. O projeto de lei não chegou à Câmara Legislativa, a discussão não foi feita aqui. Essa incorporação também estava no acordo da greve.

Então, eu queria começar hoje a minha fala lamentando a postura do Governo do Distrito Federal, que assinou um acordo com uma categoria que é a maior categoria do serviço público do DF e não cumpriu todos esses pontos acordados. Isso é muito ruim, há demora para discussão, não se presta contas daquilo que não fez. Até se você não dá conta de executar aquilo que você propôs, você chama a categoria para conversar, para dialogar, e não é o caso.

Então, hoje o sindicato e os professores estão fazendo um ato, porque o governador não cumpriu aquilo que estava previsto no acordo da categoria. Eu queria deixar esse registro, repudiar essa postura do Governo do Distrito Federal e dizer para o governo que é preciso que haja o cumprimento do acordo, porque acordo selado – especialmente com uma categoria tão importante para a cidade – tem que ser cumprido.

Presidente, eu queria tratar de um outro tema aqui também que é de grande importância e movimenta muito a economia do Distrito Federal: o Carnaval. Está chegando o Carnaval. Cada um tem o seu estilo de curtir, de pular o Carnaval. Nós sabemos que é uma festa muito importante da cultura brasileira. É a festa que mais movimenta, em nível nacional, a cultura brasileira. Há cidades já lotadas de pessoas, porque o Carnaval já começou, inclusive o de Brasília também, e ele movimenta e muito a economia local.

Há uma série de blocos de Carnaval prevista para sair em diferentes regiões do DF, especialmente na região central. Teremos executado pela Secretaria de Cultura o circuito BSB Folia, que irá da Funarte até a Biblioteca Nacional e o Museu da República. É um circuito grande, com uma participação artística enorme. Haverá outros circuitos e blocos acontecendo por toda a cidade. Serão 4 dias de festa, de movimentação da economia da cidade, de protesto, porque o Carnaval também é um momento festivo de protesto.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para concluir, presidente.

No Carnaval, as pessoas colocam uma série de pautas. Lembramos de outros carnavais em que denunciávamos processos políticos que aconteciam neste país.

O Carnaval é a festa da criatividade, é a mobilização de grande parte da juventude brasileira, que vai para as ruas se divertir e festejar a cultura brasileira.

Eu queria pedir, encarecidamente, ao Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Segurança Pública, à Polícia Militar do DF, que não use o *spray* de pimenta, este ingrediente não faz parte do Carnaval. O sorriso, a festa, a dança, o beijo na boca, a diversão fazem parte, mas o *spray* de pimenta, não! Infelizmente, o Carnaval de Brasília tem uma marca de todos os blocos serem desmobilizados com *spray* de pimenta. O *spray* de pimenta não é adereço do Carnaval. Então, eu queria pedir, encarecidamente, à Secretaria de Segurança Pública do DF que, na sua operação de Carnaval, não utilize o *spray* de pimenta da forma como utiliza contra os foliões.

Este ano, eu vi que os produtores da cidade organizaram o Carnaval mais cedo. Houve uma série de acordos com a Secretaria de Segurança. Ao final de um bloco, começa todo mundo a tossir, a passar mal, por causa do *spray* de pimenta que é utilizado. Isso sem acontecer, deputados, nenhum conflito, nenhum incidente.

As armas que os policiais utilizam – chamadas de não letais – não devem ser utilizadas para

esse tipo de desmobilização. O mais correto é a orientação, é os agentes públicos orientarem as pessoas naquele contexto; e não um Carnaval com repressão.

A marca da cidade – num movimento cultural tão importante, que tem feito a cidade crescer economicamente – não pode ser a marca da repressão, do *spray* de pimenta. Eu venho a esta tribuna, hoje, fazer esse apelo, especialmente à instituição que hoje faz a segurança mais ostensiva da cidade: a Polícia Militar.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, nós já estamos em clima de Carnaval aqui. Inclusive, quero começar meu pronunciamento também falando sobre ele.

O Deputado Fábio Félix lembrou bem que o Brasil tem muito orgulho de ser um país de um povo cultural, musical e alegre. O Carnaval talvez seja o momento mais democrático do compartilhamento dessa alegria. Por isso, é tão importante que ele também seja olhado como política pública e direito garantido.

Temos vários argumentos para defender o investimento no Carnaval. Alguns tentam distorcer, dizendo: “Vai investir por quê? Será que precisa?” Precisa. Precisa porque, primeiro, do ponto de vista econômico, faz todo o sentido.

Há vários estudos compilados da FGV, de universidades e do governo que mostram que, para cada 1 real investido na cultura – Presidente, V.Exa. é grande defensor da cultura e tem o mandato dedicado a essa causa – retornam em média 3 reais para o Estado, em forma de geração de emprego, de renda, de impostos, de várias oportunidades e de fomento à indústria criativa e a novos postos de trabalho. Do ponto de vista econômico, faz todo o sentido investir no Carnaval e na cultura.

Do ponto de vista cultural, também faz sentido investir no Carnaval, porque ele faz parte da identidade do povo brasileiro e é uma garantia de direitos. Ser alegre deve ser um direito que o Estado e o poder público precisam garantir.

No ano passado, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, fizemos o grande esforço, junto com vários parlamentares, de planejar melhor o Carnaval de Brasília porque temos uma certeza: o Distrito Federal tem potencial de realizar um dos maiores e mais potentes carnavais deste país. Para isso, o poder público precisa assumir a sua responsabilidade.

A Lei do Carnaval, aprovada por esta casa, determina a responsabilidade da Secretaria de Cultura com a festa, com os produtores culturais, com os artistas, com os trabalhadores, com os blocos e com as escolas de samba. Os desfiles precisam voltar a esta cidade, de forma organizada. A Secretaria de Cultura precisa cumprir o seu papel de discutir Carnaval e alegria como direitos culturais e não apenas sob a ótica da segurança pública.

Quero fazer mais um pedido ao Governo do Distrito Federal. Primeiro, que já iniciemos o processo de pensar nos próximos carnavais. Segundo, que daqui a 2 dias, quando a alegria tomar conta da rua, que não permitamos a tentativa, por parte do poder público, de negar o direito à alegria. Infelizmente, foi política pública durante algum tempo negar a alegria ao povo brasileiro.

O deputado Max Maciel dialoga muito sobre segurança e direito à cidade. Discutíamos muito isso, em vários fóruns. Alguns diziam o seguinte: “Para garantir segurança, é preciso tirar o jovem da rua, tirar o povo da rua”. Rebatemos essa informação. É preciso devolver a rua para a juventude. É preciso devolver a rua para o povo. É preciso devolver a rua para a alegria.

Que a Polícia Militar e as forças de segurança tenham total compreensão. Faço um apelo ao Governo do Distrito Federal, ao Ministério Público, a esta casa e ao conjunto dos atores: que possamos voltar a ter, nesta cidade, um Carnaval que também se expresse na rua, no movimento.

Neste ano, o Carnaval será um pouco diferente. Iniciativas de vários parlamentares, do nosso mandato, no esforço de criar – e é importante – as plataformas, para que possamos permitir também que, em um período curto do ano, as pessoas possam andar livremente pela rua, manifestando a sua diversidade e a sua alegria.

Eu quero, presidente, por fim, dizer que hoje visitei algumas escolas de manhã, porque os professores da rede pública voltaram. Hoje se inicia o processo de planejamento do ano letivo na rede

pública do Distrito Federal. Infelizmente, presidente, já com vários problemas. O primeiro é que vários pontos do acordo da greve...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu vou concluir.

Uma parte importante desse acordo, assinado pelo secretário da Casa Civil, pela secretária de educação, pelo secretário de planejamento, com os professores e professoras, no ano passado, não foi cumprida.

Primeiro item do acordo: nomeação imediata de todo o banco do concurso. Hoje nós temos, na rede pública de ensino, 14.917 cargos vagos de professores e professoras.

Isso significa dizer, deputado Rogério Morro da Cruz, que nós iniciaremos o ano letivo, para que não falte professor, com cerca de 15.000 professores na situação de contratos temporários. É mais da metade dos professores das escolas públicas.

Precisamos recompor isso, nomear, convocar os professores, conforme acordado com esta casa, acordado com uma categoria. O governo ainda não cumpriu isso.

Outro acordo é que esta é a semana de planejamento do ano letivo. Diante desta realidade assustadora, de mais da metade dos professores em contratação temporária, o acordo foi que os professores em contrato temporário possam, então, fazer parte da semana pedagógica, porque não se faz planejamento sem aqueles e aquelas que vão executá-lo. Não existe isso.

No último minuto, presidente, o governo usou uma manobra para dizer que não podia convocar os temporários. É mentira. Pode e já fez isso. Inclusive este governo, em 2021.

Em 2021, este governo chamou os temporários para a semana pedagógica. Então, se não pode hoje, ele cometeu uma ilegalidade no passado. Mas não cometeu não, porque é possível. Vários estados podem. Não fez porque não quis. Isso vai prejudicar, sem dúvida alguma, o ano letivo e o seu planejamento.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu vou concluir, neste próximo minuto, se me permite.

Há alguns outros problemas que nós já identificamos hoje.

Primeiro, há escolas lá em São Sebastião, meu nobre amigo, em que não há ninguém hoje. Há escolas em várias regionais em que todos os professores em regência de classe são temporários. Está só a direção. Não há planejamento para ser feito.

Segundo, o contrato de manutenção da Secretaria de Educação se encerrou no passado e não foi renovado. Várias escolas estão começando o ano letivo com problemas de pequenos ajustes e reparos de manutenção que não podem ser feitos, porque não foi paga a primeira parcela do PDAF. É mais um ano em que o governo permite que as escolas iniciem o ano letivo sem pagar a primeira parcela do PDAF e sem o contrato de manutenção.

Existem algumas escolas que não encerraram o ano letivo de 2023, porque não há profissionais na secretaria escolar. Não conseguiram fechar a nota. Várias escolas não conseguiram nem liberar o supervisor.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está acontecendo alguma coisa aí, porque estou ligando aqui... Tente de novo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse é o retrato, infelizmente, do início do ano letivo na rede pública. Por isso que agora está acontecendo um ato importante e necessário, da categoria dos professores e professoras, na rodoviária, para dialogar com a população. Porque, na escola pública, está a metade da população do Distrito Federal. Os professores estão atendendo a jovens, filhos dos brasilienses, para dialogar, pois vários dos problemas que vão acontecer, infelizmente, vamos ter que enfrentar durante o ano, de novo, e há um responsável, ou, nesse caso, um grande irresponsável: o Governo do Distrito Federal e a falta de gestão e de competência da Secretaria de Educação.

Infelizmente, presidente, vamos seguir mais um ano, deputado Rogério Morro da Cruz, cobrando todos os dias, para que a educação pública saia do discurso dos políticos. Na época da campanha, vira prioridade; na hora de (Falha na gravação.) acontecer.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, pelo PP.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, é PP e não PT.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Eu falei PP, que é da base do governo Lula.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas PP e PT se parecem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O PT é do Lula, o PP é da base do Lula.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Eu pensei em ficar calado, mas recebi de volta porque eu sabia que o senhor ia falar isso. Deixe-me falar: não é PP. Hoje é Progressistas, nº 11.

Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputada Paula Belmonte, deputado Chico Vigilante, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Gabriel Magno, deputado Max Maciel, todos os servidores que estão aqui, imprensa e aqueles que assistem a nós pela TV Distrital.

Confesso, presidente, que estou bastante preocupado. A dengue está progredindo de forma assustadora. Assustadora! Fui dormir exatamente às 2 e meia da manhã tentando ajudar 2 pastores da minha igreja. Um deles era o administrador de Vicente Pires, Gilvando Galdino, cujas plaquetas estavam em 70 mil, e o outro, o Paulo Teixeira, que é o líder de missões, cujas plaquetas estavam em 26 mil. Portanto, eles já estavam precisando de uma UTI, que é um estado extremamente grave.

Então, tive que ir à UPA de Vicente Pires. Procurei ver a UPA de Ceilândia, fui dar uma olhada nas UPAs. Recebi relatórios hoje, deputado Chico Vigilante, no meu escritório, de amigos que foram ao Hospital Brasília e foram mandados de volta para casa para esperar o hospital esvaziar. Isso significa que essa doença, que está matando, está indo para o seu pico. Não estamos no pico dela. Portanto, há necessidade premente de todos nós unirmos as nossas forças para salvar as pessoas. Fui à UPA de Vicente Pires, que estava lotada, e a maioria das pessoas estava com dengue. Isso mostra que nós temos muita responsabilidade e temos que fazer todos os esforços.

Preocupo-me – não falo contra, de maneira nenhuma; não sou católico, sou evangélico; não pulo o Carnaval, mas reconheço todos aqueles de outras religiões, de outras denominações e espectros religiosos que pulam e brincam o Carnaval – com essas atividades em que o povo vai estar em um volume muito maior no meio da rua.

Peço, encarecidamente, deputados, que o governo instale estruturas que deem apoio a todas essas atividades para que, depois delas, não venhamos a ter outra explosão de dengue nesta cidade. Porque as pessoas vão estar extremamente expostas, milhares de pessoas vão estar na rua. Essa é uma preocupação que está me passando pela cabeça. Falo isso de coração, senhor presidente, não estou jogando contra quem pula Carnaval, não é isso.

Todo mundo sabe que eu não tenho concordância e não apoio isso, a minha ideologia é outra, sou um pastor e vivo na igreja, mas reconheço que essa é uma atividade da cidade que leva muita gente para a rua.

Então, eu peço, encarecidamente, ao Governo do Distrito Federal – sei que esta voz chegará a ele – que coloque as equipes médicas do SAMU nesses locais. Não sei onde, mas será em algum canto desse Carnaval. Que lá também haja uma estrutura de saúde para orientar. Vocês já pensaram: milhares de pessoas aglutinadas com todos nós vivendo perto do pico da dengue? Essa é só uma observação.

Peço mais uma vez ao Governo do Distrito Federal, ao nosso governador Ibaneis, ao nosso secretário de governo, doutor José Humberto, à nossa vice-governadora, Celina Leão, ao nosso secretário da Casa Civil, doutor Gustavo – com quem tenho falado constantemente e com quem acabei de falar –, que redobremos todos os esforços necessários – sei da responsabilidade dos senhores –, porque, neste momento, o importante é salvar vidas, é disso que nós precisamos.

Outrossim, senhor presidente, deixe-me falar alguns nomes aqui, porque a minha voz nesta tribuna, neste momento, também é a voz dos maiores líderes religiosos desta cidade. Vou dar alguns exemplos: pastor David Nassif, em Planaltina; pastor Lourival, em Sobradinho; pastor João Adair, na Catedral do Plano Piloto; pastor Gilson Campos, em Taguatinga; pastor Valdeci, em Brazlândia; pastor Egmar Tavares, no Gama; pastor Sebastião, em Luziânia; pastor Paulo Sampaio, em Planaltina de

Goiás; pastor Elton, no Itapoã; pastor Eduardo, na Estrutural; bispo Robson Rodovalho, líder da Sara Nossa Terra; bispo JB Carvalho, líder da Comunidade das Nações; pastor Orcival Xavier, que tem nesta casa um deputado que o representa, o deputado Iolando, da Assembleia de Deus de Missão. A igreja batista, que também se reúne nesse momento, representando todos os pastores.

Querido presidente, todos esses pastores e tantos mais que ainda não foram citados – alguns deles eu tenho a honra de também representá-los na sua totalidade, posto que sou um pastor – estarão neste Carnaval reunidos também. Reunidos onde? Nas suas igrejas ou nas suas estruturas. O Rodovalho, por exemplo, estará reunido na Arena, perto da Estrutural.

Nós iremos reunir toda a juventude evangélica do Distrito Federal em um momento de louvor, de adoração a Deus, da festa do espírito, da festa da concentração do espírito, da busca pela presença de Deus.

Nestes próximos dias Brasília será impactada com a presença de Deus na cidade. Seguramente nós também estaremos lá orando por cada um dos senhores, como nós fazemos toda segunda-feira aqui, na Praça dos Três Poderes. Eu e minha família nos reunimos e, fora da política, oramos por todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente Lula, pela sua esposa Janja, pelos presidentes do Congresso, do Senado, da Câmara dos Deputados, pelo governador Ibaneis, pela vice-governadora Celina Leão, por todos os deputados.

Podem ter certeza de que Brasília estará cuidada no mundo espiritual, pois nós reuniremos, senhor presidente, milhares e milhares e milhares de jovens, nestes próximos 4 dias, em busca de Deus, em louvor e adoração a Deus, pedindo a Deus que venha com o socorro, que nos ajude, que ajude as nossas crianças que estão sendo sexualizadas, que estão sendo abusadas, que ajude as nossas mulheres que estão sendo vítimas de feminicídio, vítimas de ataque, vítimas de agressão. Como as mulheres têm sido desprezadas e desrespeitadas! Estaremos orando para que Deus cuide da família, a *celula mater* da sociedade, a família que cuida de Brasília, que cuida do Brasil e que sustenta esta nação de pé.

Deixo aqui esse recado e agradeço a todos os pastores que pediram que eu trouxesse essa palavra. Nos próximos 4 dias, Brasília será impactada com a presença do Espírito Santo. Diga-se de passagem, a igreja católica também se reunirá nesse Carnaval para realizar suas atividades espirituais. Essas igrejas preferem estar reunidas com a sua comunidade e, principalmente, com os seus jovens para um momento de adoração, de louvor e de busca da presença de Deus. Que todos eles sejam abençoados.

Que Deus abençoe Brasília, que Deus cuide de Brasília mais ainda. Eu sei que Deus tem cuidado, mas meu pedido é que as bênçãos de Deus, de forma extraordinária e abundante, sejam derramadas sobre Brasília, sobre os atores políticos, Executivo, Legislativo, Judiciário, e, de uma forma especial, sobre as nossas famílias – deputada Paula Belmonte, a senhora que tão bem representa as famílias nesta casa, mãe de 6 filhos, 1 menina, não é? Que Deus cuide de nossas famílias, abençoe Brasília e o Brasil.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, que Deus abençoe a todos nós, nos ilumine e traga luz para nossa consciência, para que cada vez mais esta casa legislativa, a casa que representa 100% da população do Distrito Federal, possa representar, trazer esperança e transformação. É por este motivo que nós estamos aqui: para auxiliar o Governo do Distrito Federal e fazer o melhor possível.

Nesse sentido, senhor presidente, eu quero externar que, infelizmente, a dengue não é só responsabilidade do governo. Nós sabemos disso, mas nós também entendemos que houve omissão de prevenção.

Estamos aqui, desde junho do ano passado, falando a respeito da necessidade de comprar reagente, de estruturar as UPAs, de fazer com que a limpeza pública do Distrito Federal seja realizada pelo SLU, mas, infelizmente, só agora estão fazendo isso! Isso evitaria mortes e mortes. Nós estamos falando de 11 pessoas, mas existem outras suspeitas de morte por dengue. Cada pessoa que morre é o amor de uma pessoa, é o amor de uma família. É muito sério, o que aconteceu.

Eu espero que esta casa legislativa, neste ano, esteja mais atenta para a prevenção da dengue – nós sabemos que, nesse período de chuva, ela sempre aumenta. A prevenção é essencial! Que

possamos auxiliar no que for preciso para estruturar as nossas UPAs e os nossos hospitais.

Agora, presidente, eu quero dar uma boa notícia a todos os brasileiros. Nós precisamos cada vez mais, em vez de incentivar a infração ou o delito, fazer com que as pessoas entendam que o caminho da prosperidade e da transformação é pela educação, é pelo trabalho, é pela ética. Ontem, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, a retirada da saidinha dos presos. Isso fará com que nós tenhamos mais segurança.

Hoje, conversando com o secretário de segurança, ele me falou que, dos 1.600 que saíram pela rodoviária esta semana, de 4% a 5% não voltaram. Nós estamos falando de quase 60 pessoas! É muita gente que não volta e fica na criminalidade. Porém, vêm o presidente da República e o ministro Flávio Dino falar que os pequenos delitos têm que ser humanizados? Meu Deus! Vejam a responsabilidade com os nossos jovens! O que é referência para o jovem? O jovem precisa ter referência para estudar! A menina precisa de referência para estudar! Ela não pode querer namorar com um traficante! Hoje esses valores estão sendo invertidos na nossa cidade e no nosso país.

Eu quero parabenizar o Senado Federal pela corajosa atuação na Secretaria de Segurança. Eles fizeram mais: colocaram esse projeto para ser tramitado em urgência, direto para o plenário. Dessa forma, nós vamos dar, sim, uma resposta à segurança do nosso país e vamos fortalecer a Polícia Militar, que, muitas vezes, está no front, com vários policiais militares sendo mortos por esses delinquentes. Porém, quando menos se espera, eles estão saindo pela mesma porta de um trabalhador policial.

Então, é uma grande resposta dizer que hoje a comandante Ana Paula, recebeu o comando geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso é muito bom, porque nós, mulheres, podemos ocupar onde nós quisermos ocupar, inclusive, podemos ser donas de casa! Inclusive, podemos fazer a opção de sermos donas de casa. Fico muito feliz quando uma mulher assume um cargo, porque a nossa responsabilidade é trazer a luz para as pessoas, para os homens, com mais humanidade, e também com a responsabilidade...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... com a responsabilidade do cuidado. Nós precisamos ter mais cuidado com o próximo. Esta sociedade está cada vez mais carente, mais só. Precisamos estar juntos.

Que Deus abençoe esta casa e contem sempre comigo para que possamos auxiliar o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estou inscrito para fazer o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ok.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale. Quero saudar a todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital ou pelo plenário. Desde já, desejo uma boa-tarde nesta primeira fala de retomada dos trabalhos legislativos em 2024.

O nosso gabinete quer fazer um balanço, entregar os números e prestar contas do que fizemos nesse primeiro ano de mandato nesta casa. Desde já, digo o desafio que foi para chegar até aqui novamente e conseguir virar esse ano com muita tranquilidade com o compromisso firmado com a população do Distrito Federal.

Quero dizer também que esse balanço nada mais é do que honrar um compromisso de

responsabilidade dos mais de 35.758 votos eleitos pelo Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, nesta casa somado à liderança neste momento do nosso grande líder deputado Fábio Félix com 5 anos nesta casa. Mais do que isso, novamente, eu gostaria de colocar a periferia no centro do debate das decisões de representar o nosso povo e a população nesta casa.

Quero dizer, presidente, que começamos o ano passado assumindo a presidência da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana e levando a missão de fiscalizar o sistema de transporte público do DF muito a sério e de ampliar esse debate, fazendo denúncias por meio de tudo isso, tentando melhorar a vida da população. Nós passamos 365 dias, 7 dias por semana, 24 horas falando do transporte. O governador esteve no lugar onde estou dizendo que é o maior desafio desta cidade. Nós estamos alertando isso a 365 dias. Isso vai piorar, porque não há saída para esse diagnóstico. Não estamos só reclamando, mas estamos apontando o futuro e caminhos que o Governo do Distrito Federal poderia fazer pelo bem dessa sociedade.

Deputado Fábio Félix, levamos o debate muito a sério. Houve mais de 3 horas de muito debate e houve muitas sessões com discursos no plenário só falando de transporte. Foram 126 ofícios enviados, solicitando informações e prestação de contas sobre os diversos temas que foram cobrados em 2014. Acompanhamos de perto a renovação da frota, hoje, da BsBus Mobilidade, da São José. Estamos cobrando e monitorando a renovação da Auto Viação Marechal e de todo o contrato do transporte público atualizado por mais 10 anos.

Realizamos 2 audiências públicas e 3 audiências pelo nosso gabinete sobre mobilidade urbana no DF. Foram 5 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, além de 614 indicações pela Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana.

Foram diversas ações realizadas pela CTMU que resultaram na criação de 24 linhas aqui no Distrito Federal e mais 15 linhas com mudança de itinerário e ampliações de horários – viagens para atender melhor à população. Isso pode parecer pouco para alguns, mas para quem roda em transporte público no dia a dia sabe muito bem a diferença que faz quando fazemos um estudo técnico.

Concluimos que às vezes é melhor esticar a linha um pouquinho mais num determinado horário para dar mais tempo e qualidade de vida para aquela pessoa chegar a sua casa, ao seu destino.

Quando se propõe a criação de linhas é exatamente porque o público mudou. Houve nova criação de cidade, houve aumento da grande massa periférica que ocupa a Universidade de Brasília, que antes não precisava de transporte público. O pátio do estacionamento de carros já mostrava muito bem a quem especificamente se destinava o uso naquela época. É melhor fazer com que as pessoas possam andar nos ônibus com menos tempo de parada.

Então, a criação dessas linhas foi fundamental. Essa ideia não surgiu da nossa cabeça, foi criada por meio da realização de audiências públicas, com a escuta ativa da comunidade, assim como foi no Sol Nascente e com os estudantes do IFB e da UnB aqui do Distrito Federal.

Nossa atuação não foi resumida só em transporte público. Nós fizemos questão de rodar cada região administrativa deste nosso quadrado e ouvir suas demandas. Quando não era eu quem estava lá, estava a nossa equipe de RA formada por pessoas dos territórios. Assim, atendemos e acolhemos as demandas da população e conseguimos destinar 24,5 milhões em emendas para a cultura, a educação, a assistência social, a saúde, o meio ambiente, a infraestrutura, a mobilidade e o transporte. Foram 71 escolas beneficiadas em mais de diversas RAs.

Isso vai ser importante. Um parlamentar não se faz sozinho, mas com a equipe. Eu quero parabenizar toda a equipe que compõe o nosso mandato, uma equipe politizada, técnica, pé no chão, que consegue mostrar os resultados, superar os desafios e que topou a missão de estar aqui conosco. Saúdo toda a equipe do gabinete porque esses números também fazem jus ao trabalho de cada um e cada uma.

Todo mundo aqui sabe o desafio que é o primeiro mandato para empenhar recursos, mas, com muita estratégia, com plano, com conversa, mandando recurso direcionado para quem tinha projeto licitado, com obra e com projeto técnico, dos 24 milhões, conseguimos empenhar 21 milhões de reais. Foi graças à competência de toda a nossa equipe que conseguimos apresentar 15 projetos de lei, dos quais 6 foram aprovados em primeiro e em segundo turnos nesta casa; 2 projetos de lei complementares; 5 propostas de emenda à lei orgânica e 7 projetos de decreto legislativo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, presidente.

Conseguimos colocar a Semana Distrital no calendário do Distrito Federal. Eu quero honrar o

Grupo Câmbio Negro, que foi um dos primeiros grupos de rap – eu estou usando o boné deles agora – que, certamente, junto com outros artistas desta cidade, exportou o território e essa musicalidade para o país e para o mundo. Além de realizar a Semana Distrital, conseguimos também fazer com que o *hip-hop* se tornasse patrimônio cultural imaterial desta cidade e conseguimos criar um edital do Fundo de Apoio à Cultura destinado só ao *hip-hop*, um prêmio destinado às batalhas de MCs e um edital focado no grafite.

Também aprovamos um projeto de lei em defesa das mulheres para que elas tenham seus direitos e dados protegidos de seus agressores. Pudemos também relatar vários projetos de colegas desta casa. Quero destacar o PL nº 141/2019 e o PL nº 2.976/2022, de autoria do nosso amigo deputado Fábio Félix e do deputado Roosevelt, da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, que estende o passe livre a moradores integrados da nossa região metropolitana, a Ride. Nós sabemos muito bem que isso faz diferença para os estudantes que estão na região metropolitana

Para concluir, deputado Ricardo Vale, 2023 foi um ano de muita luta, e muita luta pelo transporte público de qualidade e pelo fim do sucateamento do Metrô-DF, entre outras. Nós sabemos que 2024 chegou e os desafios continuam.

Eu quero reafirmar, trazer de novo um debate de uma cidade não mais pelo centro, mas, sim, um debate da cidade pela periferia. Vamos lutar eternamente para que nós tenhamos um transporte digno e eficiente para cada um e cada uma.

Encerrando, gostaria de dizer àqueles que vão curtir o Carnaval com muita festança, com muita qualidade de vida, porque nós merecemos, que nós estaremos com o PSOL na rua, com a campanha organizada pelo Setorial de Mulheres do PSOL “Ela pediu para parar, parou”, contra o assédio.

A rua é nossa, mas o corpo é delas, o corpo é nosso, vamos respeitar. Então, qualquer assédio, qualquer denúncia, liguem 180. Seguiremos firmes e fortes. Um bom Carnaval a todos. Desejamos uma boa jornada em 2024 para todo mundo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel. Parabéns pelo seu mandato. Parabéns por estar prestando conta de tudo que vocês fizeram durante esse ano. É realmente um mandato de luta em defesa do povo do Distrito Federal.

Concedo a palavra agora, nos Comunicados de Parlamentares, ao nosso deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, uma ótima tarde, uma ótima tarde a todos os servidores da casa, a todos os deputados, deputadas, a você que assiste a nós.

Gostaria de dizer, presidente, que amanhã há previsão de entrega de várias longarinas para a UPA de São Sebastião. Eu tenho feito esse pedido junto ao nosso presidente do Iges. Longarinas são os bancos, as cadeiras. Realmente, os pacientes precisam receber essa atenção.

Também destinei mais de 1,5 milhão para a UPA de São Sebastião. Graças a Deus, já estão comprando os aparelhos. Em breve, haverá muitas notícias. Tenho cobrado, também, da própria Secretaria de Saúde, a construção do nosso tão sonhado hospital regional. Nós sabemos que é uma parceria, é recurso da bancada federal. Por isso, quero mais uma vez agradecer a todos os deputados federais, ao governo federal e ao próprio governo local. Sem o empenho deles, eu tenho certeza de que esse projeto de suma importância não iria sair do papel.

Hoje mesmo estive conversando com o governador Ibaneis Rocha e, se Deus permitir, em breve será licitada e irá começar esta obra que nós esperamos há mais de 30 anos: a construção do hospital regional de São Sebastião.

Também, presidente, quero pontuar e agradecer à nossa secretária da mulher, a Gisele. A Casa da Mulher Brasileira em São Sebastião já está, deputado Max Maciel, com a obra bem adiantada, graças a Deus. A previsão de entrega dessa grande Casa da Mulher Brasileira é para ainda neste ano. Quero agradecer ao governador Ibaneis Rocha, também à vice-governadora. Quero agradecer aos deputados federais por terem destinado o recurso e por terem escolhido, lógico, a nossa tão querida e amada São Sebastião.

Também quero agradecer o empenho a nossa secretária de Justiça, que ontem esteve comigo em São Sebastião. Eu a levei para conhecer o Morro da Cruz. Subimos o morro que deu o nome ao nosso querido bairro.

Eu já fiz uma indicação, presidente, para mais um conselho tutelar dentro de São Sebastião. Hoje São Sebastião soma mais de 20 mil moradores. A cidade tem crescido, precisa avançar e receber equipamentos públicos. Então, o Estado tem que acompanhar isso.

Quero dizer que o Roberto Medeiros, administrador de São Sebastião, tem se empenhado bastante com a equipe para poder deixar a cidade limpa. Eu quero agradecer ao DER, à Novacap, ao SLU e a todas as secretarias envolvidas esse trabalho que têm feito para deixar a cidade mais limpa, mais organizada. Pegamos uma cidade que estava há muitos anos abandonada. Não estou aqui para culpar ex-administradores, nem ex-deputados. Estamos aqui como representante escolhido pela população. O problema está aí. Precisamos buscar uma solução, ver o que é que podemos fazer para poder contribuir.

Estou fazendo o meu papel, que é destinar recurso e, ao mesmo tempo, fiscalizar e servir a população do Distrito Federal.

Então, quero aqui desejar um bom Carnaval à população do DF e que brinque com muita responsabilidade.

Que Deus nos abençoe hoje e sempre.

Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde presidente, boa tarde aos parlamentares que ainda estão aqui. Boa tarde aos servidores, ao pessoal da imprensa que está aqui. Boa tarde a você que assiste a nós pela TV Câmara Distrital ou pelo YouTube.

Eu inicio, presidente, parabenizando a coronel Ana Paula Habka por ter assumido o comando da nossa Polícia Militar do Distrito Federal. Eu mando uma mensagem aos nossos policiais, a ela – coronel Ana Paula – e aos nossos policiais: os senhores são valorosos e o trabalho que os senhores realizam na nossa sociedade é muito importante e é muito admirado pela população do Distrito Federal.

Não se deixem levar pelas críticas que os senhores recebem, porque é uma minoria que critica e ataca vocês. É uma minoria barulhenta, é verdade, mas é apenas uma minoria. A maioria de nós, cidadãos de Brasília, admira e honra o trabalho de vocês. Eu parabenizo vocês desta tribuna e peço a Deus que continue iluminando o caminho e o trabalho de vocês e, em especial, o da coronel Ana Paula, que agora assume tão nobre missão de comandar a Polícia Militar do Distrito Federal.

Preciso também, presidente, abordar o assunto da dengue, que é um assunto que está infernizando a população do Distrito Federal e de algumas outras unidades da Federação.

Semana passada e esta semana nós discutimos, debatemos e ouvimos muitas soluções que o Estado pretende apresentar para a população. Eu lamento dizer o que vou dizer aqui, mas não vai funcionar. É tardio e não vai ter a eficácia que nós gostaríamos que tivesse.

Há um dado do Ministério da Saúde para o qual é imprescindível que nós nos atentemos, deputado Ricardo Vale: 75% dos focos de dengue estão dentro das casas das pessoas, o que significa dizer que a responsabilidade é mais individual do que coletiva. A responsabilidade individual das pessoas reflete no coletivo, mas é imprescindível que cada um de nós tome as atitudes que precisa tomar para que os mosquitos não se proliferem dentro das nossas residências. Há uma pessoa que pode fazer parar a epidemia que nós estamos vivendo: sou eu e é você. Se cada um de nós fizer o que está ao seu alcance para que o mosquito pare de se proliferar, nós interromperemos a epidemia a que estamos submetidos.

Como homens públicos, a Câmara Legislativa e o Governo do Distrito Federal estão fazendo o que é possível neste momento, mas é preciso que haja um agir em conjunto com a população e que cada um de nós tome as atitudes que precisam ser tomadas.

Por fim, deputado Pastor Daniel de Castro, eu preciso fazer alguns apontamentos quanto ao que se tem visto no Brasil de maneira geral.

O que aconteceu no Brasil em 2022 foi um verdadeiro estelionato eleitoral. O presidente Lula foi numa direção durante a sua campanha eleitoral e, no seu governo, ele faz o exato oposto daquilo a que se comprometeu.

Eu começo por um assunto que é importantíssimo e que toca cada um de nós, o assassinato de crianças no ventre das mães.

Lula passou a campanha inteira dizendo que era contra o aborto, e o Ministério da Saúde do Lula tirou o Brasil do pacto internacional contra o aborto e tem trabalhado para legalizar o aborto, tanto por meio de políticas públicas, quanto por meio de decisões judiciais. É uma vergonha. É assassinato de crianças.

Não é só! No governo Lula, há uma espécie de confraternização, uma espécie de união entre o Executivo e o Judiciário. E parece que há uma tentativa de apagar o passado.

Semana passada, houve 2 perdões de dívida de 2 empresas, uma delas pertencente à família Batista. Foram perdoados 10 bilhões de reais em acordo de leniência que as empresas da família Batista haviam celebrado pelos roubos que perpetraram no Brasil junto com o governo PT, nos governos anteriores. A Odebrecht foi perdoada em 8,5 bilhões de reais. É como se não tivesse havido a corrupção e como se esse perdão fosse fazer com que a população esquecesse o que aconteceu.

A população brasileira... Parece que nós somos levados a nos esquecer do que aconteceu. Não vamos.

As decisões são do ministro Dias Toffoli. As decisões me fizeram lembrar de uma capa da revista *Veja*: O amigo do amigo do meu pai. Nós nunca vamos saber se é verdade ou não.

O Brasil está submetido de novo ao mesmo governo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu vou pedir mais 2 minutos, deputado Ricardo Vale, por favor.

O Brasil está submetido, de novo, ao mesmo governo, e são as mesmas práticas. O presidente Lula acabou de dizer que, durante a campanha, os candidatos colocam o pobre no discurso e depois governam para os ricos.

Sabem o que acontece no Brasil hoje? Sabem o que aconteceu no Brasil durante os 16 anos em que o PT governou o Brasil? Eles discursavam para os pobres e governavam para os ricos. Governavam para a OAS, governavam para a Odebrecht, governavam para a família Batista. E o Brasil empobreceu. As empresas, no Brasil, fecham sem parar. Hoje, o desemprego está batendo na porta de milhões de brasileiros de novo. O Brasil freia o seu ritmo de crescimento econômico. E o que o governo faz? A mesma coisa que fazia. Pega dinheiro do BNDES e escolhe quem ficará rico.

Nesta semana, a Volkswagen, uma grande empresa, uma empresa de ricos, teve aprovado o empréstimo de 500 milhões de reais do bolso do pagador de imposto, dinheiro do BNDES. É a mesma prática que nós vimos. É o governo escolhendo quem vai ficar rico às custas do dinheiro do povo, do pagador de imposto. Não funcionou. Não vai funcionar. O caminho é a ruína. O caminho é a pobreza. O caminho é o desemprego, é a miséria. E nós precisamos interromper isso. Nós não podemos tolerar que essas mesmas práticas se repitam.

O que está acontecendo no Brasil hoje foi objeto de um livro escrito por dois jornalistas da Rede Globo: João Gomes e Miriam Leitão. O nome do livro é: *O Caminho do Desastre*. Se não é o caminho do desastre, é algo muito parecido com isso. Eles descortinaram o que aconteceu durante os dois governos da presidente Dilma, para mostrar por que o Brasil teve, naqueles dois governos, uma recessão pior do que a recessão da pandemia. E o que foi feito naqueles dois governos é exatamente o que se pretende fazer agora. É essa doutrina desenvolvimentista, como se o Estado fosse indutor da economia. Não é. Vai induzir pobreza, vai induzir desemprego, vai induzir miséria.

O Brasil foi vítima de um estelionato eleitoral. Lula continua governando para os ricos e vai continuar empobrecendo os pobres, porque precisa deles para se eleger de novo.

Obrigado, presidente.

Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Boa tarde.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu participei hoje, já que fui convidado pessoalmente aqui nesta casa, da transmissão de cargo do coronel Adão para a comandante Ana Paula Barros. Ela veio me convidar pessoalmente, e eu

compareci. Por que eu compareci? Porque ela é filha de um grande policial que houve nesta cidade, o coronel Chagas, que foi comandante da Polícia Militar em Ceilândia nos momentos difíceis daquela cidade. Ele sempre foi um grande policial.

Eu tenho certeza de que a força da mulher brasileira – a força, a coragem e a determinação da comandante Ana Paula – vai fazer com que a Polícia Militar do Distrito Federal trilhe o caminho da democracia, que é o que interessa a todos nós.

Eu quero transmitir a minha saudação a ela por estar assumindo o comando. Depois eu vou marcar com ela uma ida da nossa bancada para homenageá-la por esse cargo tão importante que ela está assumindo. Portanto, fica aqui a nossa saudação a esse momento que vive a Polícia Militar do Distrito Federal.

Presidente, eu não posso ficar calado ouvindo determinadas falas que são feitas aqui pela extrema direita brasileira. As pessoas afundaram o Brasil. Está provado que havia uma quadrilha montada no Palácio do Planalto. A Abin paralela estava ouvindo e investigando a vida das pessoas de esquerda. Mesmo seguidores do Capioto foram inspecionados e investigados.

Não há um projeto do Capioto neste país. Eu desafio, neste momento, presidente, deputado Ricardo Vale, algum apoiador do Capioto a me dizer uma universidade construída pelo Capioto no Brasil. Aponte-me uma. Só quero uma, só uma universidade em qualquer lugar do Brasil durante 4 anos. Aponte-me um hospital público construído pelo Capioto durante 4 anos. Só quero 1. Não quero mais de 1, só 1. Não há.

O que nós vimos? As montadoras, como a Ford e outras, foram embora do Brasil, durante o governo do Capioto, porque elas não acreditavam mais no Brasil. Agora estamos vendo os investimentos que estão sendo feitos por empresas multinacionais aqui, no nosso território, na geração de emprego.

Nós estamos com a menor taxa de desemprego pesquisada pelo IBGE, exatamente agora, na gestão do governo do presidente Lula. Estamos com um crescimento da massa salarial, que é o que nos interessa. As pessoas estão ganhando mais e, portanto, estão comendo mais.

Há diminuição da inflação. Quanto custava 1 litro de leite no governo do Capioto? Dez reais. Mas a extrema direita aplaudia. Quanto custava o litro de gasolina no governo do Capioto? Chegou a quase 10 reais. O que fez o Capioto para tentar engabelar o povo? Tirou o ICMS da gasolina, dizendo que era para diminuir o preço, num estelionato eleitoral. E, agora, o governo federal teve que socorrer os estados com 27 bilhões de reais para reposição do ICMS. Os governadores ainda tiveram que vir – inclusive o governador Ibaneis veio – a esta casa para tentar aumentar o ICMS, devido ao estelionato que havia sido praticado pelo Capioto.

Tentaram dar o golpe e não conseguiram. Atacam as instituições a cada momento, inclusive o Supremo Tribunal Federal. Agora, vem o representante da extrema direita nesta Casa dizer que há conluio entre o Judiciário e o Executivo. É de uma insanidade! É algo, realmente, insano o que é dito.

Nós vamos continuar enfrentando as práticas do Capioto com o nosso partido, de 44 anos de idade. Os seguidores do Capioto, a qualquer momento em que subirem a esta tribuna para mentir...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ... serão desmascarados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, estou inscrito. Vou falar daqui mesmo.

Primeiramente, quero falar do Carnaval no Distrito Federal, que começa na próxima sexta-feira, dia 9.

Eu sou um deputado, uma pessoa que gosta muito de Carnaval. Inclusive eu já fui, deputado João Cardoso, da bateria da Escola de Samba Bola Preta, de Sobradinho. Com 12 anos, 13 anos, ali eu aprendi a tocar repique e outros instrumentos. Então, eu conheço um pouco da importância que tem a cultura do Carnaval, da importância que ele tem para a inclusão social.

Infelizmente, acabaram com os desfiles de escolas de samba no Distrito Federal. Foi um grande erro do Estado parar de incentivar essas escolas de samba, porque eu conheço algumas delas e eu sei do trabalho social que ocorre nelas durante todo o ano, eu sei da geração de emprego, eu sei da importância que tem o Carnaval como instrumento de fomento à cultura, de inclusão. É uma pena que o Carnaval das escolas de samba, neste ano, não pôde acontecer, mas haverá o Carnaval de rua, que começa na sexta-feira.

Ficamos preocupados porque estamos acompanhando, no Distrito Federal, a quantidade de mulheres que são vítimas de violência, que sofrem todo tipo de assédio. Provavelmente, no Carnaval, que é uma festa popular, que é uma festa alegre, que é uma festa em que as pessoas têm o direito de ir à rua se manifestar, maus elementos, pessoas – principalmente homens que bebem demais nesses desfiles – acabam assediando e violentando as mulheres. Então, é preciso que a Secretaria de Segurança Pública tenha uma ação planejada e efetiva para evitar esse tipo de coisa. Tem de dar proteção aos foliões para que eles possam se divertir em paz.

Muitas famílias saem para rua, famílias inteiras saem nesses blocos, é preciso que o Estado se encarregue de cuidar da proteção dessas pessoas, e não faça o que eu já vi em outros carnavais. No ano passado, vi o Estado mandar a Polícia Militar reprimir os foliões, acabar com o Carnaval antes do combinado com os blocos, dispersar, inclusive, com violência, com gás de pimenta.

É preciso respeitar quem gosta de Carnaval, quem sai para o Carnaval, quem ganha o seu pão com o Carnaval. O Estado tem de dar as condições para esses foliões, para o pessoal se divertir.

Aqui no DF, só para vocês terem uma ideia, uma pesquisa do Instituto Locomotiva e do QuestionPro, feita com mulheres que querem ir ao Carnaval, constatou que 70% dessas mulheres estão com medo de sofrerem assédio, de sofrerem violência. Olhem aonde nós chegamos. As pessoas têm direito a se divertir. As mulheres têm direito de ir à rua, de curtir o carnaval, mas elas estão com medo – com medo! –, porque todo dia estamos vendo casos e mais casos de violência contra as mulheres.

A Secretaria de Segurança precisa, efetivamente, de um planejamento. Espero que a Ana Paula e o próprio secretário Sandro Avelar estejam trabalhando sobre isso para dar e garantir conforto aos foliões para se divertirem de forma muito tranquila.

Além das mulheres, a comunidade LGBT também sofre muito com a violência, com a falta de respeito, com a intolerância, por conta desses discursos de ódio que escutamos por aí, principalmente da extrema direita, que não para de inventar *fake news*, que não para de mentir, não para de tentar, a todo momento, enganar a população com uma série de mentiras. Um deputado aqui acabou de falar que o Lula quer incentivar o aborto no nosso país. Olha que absurdo! Mas depois eu falo sobre isso.

O nosso gabinete, que sempre aproveita o Carnaval para fazer ações de conscientização, vai também, deputado Max Maciel, às ruas, mais uma vez, com a campanha contra o assédio, contra a violência à mulher. Estamos com a campanha que se chama Carnaval Equivale a Alegria e Respeito. Nós vamos, já a partir de sexta-feira, fazer na rodoviária um trabalho de conscientização das mulheres que são vítimas de violência doméstica. Que qualquer mulher ou qualquer homem que saiba de uma mulher que esteja sofrendo assédio denuncie. A denúncia é muito importante para evitar o ápice da intolerância e da violência, que é o feminicídio. Vamos estar aí com o bloco do Vale, andando, participando dos blocos durante 4 a 5 dias do Carnaval. Queremos levar essa mensagem de paz, de amor, de tolerância, de respeito, principalmente para com as mulheres que gostam e estarão no Carnaval.

Para finalizar, eu falava aqui sobre as *fake news*, sobre o discurso de ódio ainda da extrema direita. Infelizmente o Bolsonaro perdeu, mas o discurso continua, a estratégia continua, as mentiras continuam. É impressionante vir falar aqui que o Lula defende o aborto, usar o plenário aqui para dizer que o Lula incentiva o aborto, que o PT e a esquerda incentivam que as pessoas usem drogas, que defendemos que todos os banheiros de todos os lugares virem unissex – tanto faz homem e mulher usar o banheiro –, que nós somos comunistas, como se comunista fosse...

Até quando? Até quando? Inclusive pessoas religiosas usam o nome de Deus para enganar outras pessoas, para desviar o foco. Usam essas pautas de costumes para desviar o foco do que é o essencial na política, que é discutir saúde, segurança, mobilidade, educação, emprego para as pessoas.

Eles insistem em mentir, em usar *fake news*, insistem em enganar a população. Nós, democratas, que combatemos esse tipo de discurso de ódio, vamos ter de intensificar, deputado Max Maciel, vamos ter de fazer um contraponto mais firme a esse tipo de coisa, porque infelizmente há muita gente ainda sendo enganada aqui nessa cidade e em todo o país.

Vamos ter de combater a todo momento, vamos ter de intensificar o combate, porque é inadmissível que esse contingente de pessoas bem intencionadas sejam enganadas nas igrejas, sejam enganadas nas escolas, sejam enganadas em tudo quanto é lugar.

Precisamos usar a cultura, o esporte, para tirar esse pessoal desse ataque que é feito do ponto de vista psicológico, principalmente nas igrejas. É impressionante como a extrema direita tomou conta

de várias igrejas. Conquistaram ou compraram lideranças comunitárias e religiosas, por incrível que pareça, para disseminar o ódio, a intolerância, a mentira, a *fake news*.

Isso é muito ruim para a nossa democracia, isso é muito ruim para o país. Então, fica aqui o meu repúdio a esse tipo de discurso de ódio, que precisa acabar de uma vez por toda em nosso país e no mundo, porque esse fenômeno não começou aqui, ele veio de fora. É uma estratégia que existe mundialmente, que chegou ao Brasil. E a extrema direita, através do Bolsonaro, se utilizou disso. Há muita gente no meio político se utilizando ainda desse discurso de ódio, e nós precisamos combatê-lo.

Era isso que eu tinha a dizer.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. Vossa excelência quer falar daí mesmo?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Peço a V.Exa. para falar daqui mesmo. Já falei da tribuna. Acho que daqui fica bacana!

Primeiro, gostaria de dizer o seguinte: eu caí na audácia de falar nesta tribuna alguns nomes dos nossos líderes que estão em seus congressos, trabalhando com seus jovens. Naturalmente o telefone aqui já tocou, e eu esqueci de alguns.

Então quero cumprimentar o apóstolo doutor Márcio Mendes, da igreja de vossa região, Planaltina – não é Sobradinho, é Planaltina –; o pastor Wellington, de Santa Maria; o pastor Amado, da Rota do Cavalo e do Café Sem Troco; o pastor Jeová de Aquino, de Taguatinga, da Igreja Batista Ebenézer; o bispo Exedito, da Igreja de Deus; o pastor Oséias, da Assembleia de Deus Gama Leste; o apóstolo Mariano, da Ceprodeus, de Ceilândia, que tem um trabalho extraordinário, uma história de vida maravilhosa; o pastor Keison Batista, da Filadélfia de Taguatinga; o pastor Josimar, do Conselho de Pastores. Há um pastor aqui importante, presidente, ouça-me aqui só um minutinho. Olha o nome desse pastor: pastor Ricardo Vale Vasconcelos, do Ministério da Graça. O pastor Ibi, do Núcleo da Fé; o pastor da Mundial do Poder de Deus.

Presidente, pensando nisso e até analisando a fala de V.Exa. e dos deputados da esquerda que fazem uma defesa sobre a questão do Carnaval – o que é por vocês muito justa também –, eu fico olhando o quanto o Carnaval recebe dinheiro do estado. São milhões e milhões.

Não estou dizendo aqui que eu seja contra não. Só que, quando, presidente, falamos de evangélico ou de católico, ou de evento cristão – deixa eu falar a V.Exa. –, somos proibidos de receber dinheiro por uma falácia chamada “o Estado é laico”. Mas para o Carnaval pode, para outras coisas pode. Eu acho que todos somos iguais, pode todo mundo.

Nesse quesito, eu quero trazer para todos – e fiz questão de falar os nomes dessas lideranças – que eles terão em mim um defensor árduo. Eu protocolei um projeto de lei nesta casa que declara o gospel como patrimônio cultural do Distrito Federal – o gospel também é cultural –, para que possamos liberar recursos para esses eventos, porque esses eventos salvam vidas.

Então é muito importante, muito importante mesmo.

Outrossim, presidente, não querendo polemizar a fala de V.Exa., e nem vou falar isso aqui, porque estamos chegando no final de semana, mas falar de *fake news*, falar de discurso de ódio...

A extrema esquerda também tem um discurso de ódio pesado. Jogavam bola com a cabeça do Bolsonaro, presidente. Jogavam bola com a figura da cabeça do Bolsonaro. Eles pediram a morte do Bolsonaro. Bolsonaro “era genocida”. E olhem que, entre a declaração da covid-19 e a vacinação da primeira pessoa brasileira, foram 45 dias! Deixem-me falar uma coisa: não é este um governo genocida também? Em março do ano passado, a Anvisa liberou a vacina da dengue. Cadê a vacina da dengue, que não chega?

Discurso de ódio, *fake news*, presidente? Com a máxima vênia, deixe-me falar: o maior *fake news* do Brasil trabalhou para o PT! Mindy8, Choquei, 400 *influencers* digitais que tinham acesso a 1 bilhão e meio de pessoas, propagando *fake news* do governo que aí está!

E pior, presidente, não esqueçamos: a Jéssica se suicidou por causa de *fake news* do Choquei. Fico estarecido! Foi ela para o processo de *fake news* do Supremo Tribunal Federal? O dono das *fake news* e do Choquei foi, por acaso, figurar no inquérito das *fake news*, que começou em 2019? Houve mandado de prisão preventiva contra esse povo?

Eu penso assim, presidente: sou contra qualquer tipo de *fake news*, qualquer tipo de discurso de ódio dessas extremas... Mas deixe-me falar: o que vale para um vale para o outro também, presidente. Há muito ódio na extrema esquerda.

Olhe a fala do seu presidente, o presidente Lula: "O amor venceu o ódio". Pegue a fala dele com relação ao que está acontecendo com crianças hoje no Brasil. Até ele se contradiz. É que, vira e mexe, o presidente Lula faz umas falas que discriminam as mulheres, os menos favorecidos. Então, temos que ter muito equilíbrio quando falamos nesta casa também.

Eu discordo do radicalismo. Não quero entrar nesse radicalismo, mas, de coração, há 1 ano e 2 meses, o presidente Lula é presidente desta nação. Há 1 ano e 2 meses, o Lula fala mais em Jair Messias Bolsonaro do que em Luiz Inácio Lula da Silva.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – O presidente está governando, está viajando – ele gosta de viajar muito –, mas não podemos esquecer: 280 bilhões de déficit em 1 ano de governo, e pegou o governo com 55 bilhões de superávit. Acho que existem algumas coisas erradas que precisam ser pensadas.

Temos que ter equilíbrio na fala. Admiro V.Exa., que, para mim, é um dos deputados mais equilibrados desta casa, mas fica aqui o meu repúdio a essa extrema esquerda de ódio, de "o amor venceu o ódio". Que amor é esse? O amor que mata? O amor que...

Eu estava olhando uns vídeos. Há ameaças de morte, "Bolsonaro tem que estar morto", "Bolsonaro tem que estar preso". Estão investigando o Bolsonaro há 6 anos. Por que não o prenderam ainda? Porque não há crime, não é, presidente?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, demais colegas, vim a esta tribuna hoje porque, ao longo desta semana, vimos um caso, no Distrito Federal, que muito me chamou a atenção: pessoas com autismo não conseguiram tomar posse em um concurso do Distrito Federal. Elas passaram, estudaram, conseguiram as notas necessárias... Minto. De fato, alguns conseguiram tomar posse, mas, depois, tornaram sem efeito a posse dessas pessoas.

Eu queria, publicamente, pedir para que tenhamos mais sensibilidade. A Subsaúde e o governo precisam ter essa sensibilidade, esse olhar, para que consigamos garantir o direito para essas pessoas. Não podemos mais ver isso no Distrito Federal, na capital do Brasil, num lugar que queremos que seja referência em acolhimento, em atendimento a todos, em respeito ao próximo, esse tipo de situação acontecendo.

Eu mesmo faço questão e vou protocolar nesta casa um projeto de lei, com a alteração da Lei nº 840/2011, para que isso não aconteça nunca mais. E para que não exista dúvida com relação à situação de as pessoas com autismo poderem tomar posse nos concursos no Distrito Federal.

Hoje, existe uma dificuldade muito grande de as pessoas – que não entendem sobre essa causa, não entendem o que essas pessoas passam – aceitarem a condição ou a dificuldade que os autistas podem ter e, também, as condições que elas têm de realizar os seus trabalhos.

Eu queria deixar essa minha fala, esse pedido especial, trazendo à tona esse assunto. Hoje, o TJDF, por unanimidade, garantiu posse a uma dessas pessoas, sendo justo, fazendo justiça, mas é importante que não tenhamos que chegar a essa esfera e que as pessoas não tenham que judicializar, brigar na justiça por esse direito. É um direito natural, que já deveria ter sido atendido pelo governo. São pessoas que estudam, se dedicam e merecem oportunidades, como todas as outras.

Nós não podemos excluir as pessoas com autismo das políticas de inclusão, nem do trabalho, da condição de produzir e de poder cuidar da sua família e do seu lar no Distrito Federal. Quero deixar essa minha fala nesse sentido, pedindo para que o governo tenha mais sensibilidade e que possamos sempre trabalhar nesta casa em respeito às pessoas, buscando a igualdade para todos.

Obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra o deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, cumprimento V.Exa., todos os deputados e deputadas presentes, aqueles que assistem a nós e as assessorias.

Presidente, eu venho falar também sobre a questão do concurso público do GDF para provimento do cargo de professor da Secretaria de Educação. Logo que começou a convocação, todos aqueles que me procuraram eram PcD, pessoas com deficiência. Eu achei muito estranho estarem me procurando, dizendo que a Subsaúde da Secretaria de Planejamento, a Seplad, não estava considerando os laudos deles como pessoas com deficiência.

Como eu achei estranho aquilo, pedi os laudos, eles os mandaram para mim, várias cópias, e pedi para pessoas técnicas verificarem esses laudos, eles falaram: "Realmente essas pessoas são PcD". São pessoas que têm carteirinha, inclusive emitida pelo GDF como PcD. Por quê? Porque o laudo foi apresentado, e o GDF emitiu a carteirinha deles como PcD. Eles passaram pela banca examinadora, passaram pela pré-seleção em que foram considerados PcD. Passaram pelo psicossocial: PcD.

Tudo bem. Fizeram o concurso e na cota. Só que, quando foram se apresentar à Subsaúde, da Seplad, os técnicos médicos que lá estavam simplesmente disseram que muitos não eram PcD. São pessoas com visão monocular, pessoas com problemas de audição, pessoas autistas e por aí vai. Vários tipos de pessoas com deficiência.

Pedi para montarem um grupo. Esse grupo, presidente, cresceu e simplesmente chegou a mais de 120 pessoas na mesma situação. O que foi orientado inicialmente, obviamente, foi que eles iniciassem o processo judicial. O que eu fiz, paralelamente a isso? Entrei em contato com a Secretaria de Educação. De fato, a Secretaria de Educação não tem nada a ver com essa questão. Por quê? Porque o exame admissional daqueles que passaram no concurso público é feito na Seplad, na Subsecretaria de Saúde. Muito bem, agradeço ao pessoal da Secretaria de Educação, que realmente não tem nada a ver com isso, e entrei em contato com a Seplad, sob o comando do secretário Ney, como também da subsecretária Ledamar, que sempre nos atendem muito bem. "Olhe, deputado, é um parecer médico e nós não podemos contestá-lo." Exatamente. Só que essas PcDs chegaram lá com laudos médicos. Isso está acontecendo dentro da Subsecretaria de Saúde, e eu não vou culpar x ou y, porque é uma questão de entendimento médico.

Orientamos essas pessoas a entrarem com ação judicial, porque há um detalhe incrível. Pasmem! Professores, deputado Max Maciel, que fizeram concurso, foram aprovados, não estão sendo admitidos porque estão dizendo que não são PcDs. Eu pergunto a V.Exa., deputado Ricardo Vale, existem os contratos temporários de professores, não existem? Neles, estão sendo admitidos como PcD. Como é que, para contrato temporário, o candidato professor é admitido como PcD e, como efetivo, aprovado no concurso, ele não é PcD? É algo muito estranho.

Eu peço que o Governo do Distrito Federal e a Seplad verifiquem o que aconteceu, o que está acontecendo na Subsaúde, porque essas pessoas chegam lá com laudos, com documentos de que são pessoas com deficiência, e não estão sendo admitidas. Eu também questiono por que, no contrato temporário, a Secretaria de Educação aceita o professor como PcD e agora não o aceita. É o mesmo professor, vai dar aula para o mesmo aluno.

Peço que o governo verifique isso, faça justiça a esses que possuem a condição de pessoa com deficiência, e os respeite. Agradeço a V.Exa., agradeço a todos aqueles que nos escutam.

Presidente, quero anunciar que acontecerá agora, neste final de semana, que é o final de semana do Carnaval, o 38º Rebanhão. O que é o Rebanhão? É um ato de evangelização que uma das vertentes da Igreja Católica, por meio da Renovação Carismática Católica de Brasília, realiza todos os anos, no período do Carnaval. Todos são convidados a participar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – A entrada é franqueada, é grátis. É feita uma evangelização durante 3 dias: no dia 11, domingo; dia 12, segunda-feira; dia 13, terça-feira de Carnaval. As pessoas que querem realmente receber uma palavra de vida, receber uma palavra de alegria, podem participar rezando.

Agradeço muito à Igreja Católica por ter mantido isso. Agradeço também ao Governo do Distrito Federal. Tivemos algumas divergências, algumas dificuldades. Agradeço ao secretário José Humberto, ao secretário Cristiano Araújo – secretário de turismo – e também ao governador Ibaneis Rocha, porque o Rebanhão, mais uma vez, vai ser realizado e, graças a Deus, com uma magnitude bem diferente, porque eu pude aportar a emenda parlamentar que vai fazer esse Rebanhão acontecer de uma forma muito boa por meio da Oassab, que é uma organização social da igreja católica aqui em Brasília.

Sabemos que aqueles que estiverem lá receberão uma palavra de vida. O tema é um tema até

parecido com o Carnaval. Dizem que o Carnaval é para se alegrar. Bom, espero que se alegrem e que encontrem na vida também uma forma de se divertir, de se alegrar. O tema é: "Alegraram-se ao ver o Senhor", João 20:20. Ao ver o Senhor ressuscitado... E que Senhor é esse? Esse Senhor que aqui está presente, Jesus Cristo, de braços abertos, vivo, amando a todos nós, aos foliões que estarão nos blocos, àqueles que estiverem nos carnavais de rua e também àqueles que estarão procurando a palavra de Deus no Rebanhão.

Parabenizo aqui o Toninho, que é o responsável hoje pela renovação carismática católica de Brasília, por ter se dedicado tanto. Foi muito trabalho para chegarmos a realizar esse Rebanhão, que recebeu emenda parlamentar. Teremos 3 dias de evangelização. Você que me escuta está convidado a participar e receber essa palavra, que é água viva, que dá a vida, que é Jesus Cristo na sua vida e na minha vida.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero falar só porque, antes da minha fala, houve uma fala aqui, e eu tenho um compromisso que carrego na minha história. Fiz questão de ficar até aqui para fazer esse contraponto.

Nós assistimos aqui, durante a CPI, parlamentares virem a esses microfones e defenderem, por exemplo, que vários presos que atentaram contra a democracia no Distrito Federal, no Brasil como um todo, não deviam estar presos. Tinham que estar respondendo em casa ou sequer deveriam estar lá, porque a situação do presídio era degradante e eram pais de família.

Nós temos hoje no Brasil uma onda de parlamentares que são contra as saidinhas. A saidinha não foi invenção da cabeça de ninguém. A saidinha, em 1984, foi criada exatamente para aqueles detentos que já cumpriram o regime fechado, estão no semiaberto e estão próximos de serem liberados à rua. É um teste para saber se aquela pessoa de fato tem condições de conviver em sociedade e – detalhe – com o controle mínimo do Estado.

Para quem não sabe, a pessoa fica um final de semana em casa, e um órgão da secretaria vai à casa dela em um determinado horário para saber se ela está lá. Não quero dizer que eu estou concordando com o crime que ele cometeu, mas essa é a forma de sabermos se aqueles ali têm condição de sair.

O Brasil não tem prisão perpétua. A maior punição do Estado democrático nesse país para uma pessoa que cometa um delito é sua privação de liberdade. Garantir sua condição de retornar é papel do Estado, que deve ressocializá-lo e devolvê-lo à comunidade.

Presidente deputado Ricardo Vale, eu tenho um problema com quem abandona a racionalidade, com quem perdeu o compromisso com dado, com informação, com quem não traz um apontamento. Há 1.800 pessoas que são soltas no Distrito Federal, 23 não voltam.

Eu não estou dizendo que 23 na rua é uma coisa boa, não, mas há mais de 1.700 que voltam para o inferno. Porque a pessoa sabe que, se for achada de novo, ela não garante mais esse tipo de benefício. Ela vai ter que cumprir, sim, exatamente o regime fechado. Vai cumprir pena na mesma prisão em que estavam aqueles detidos que parlamentares vieram dizer aqui que tinham que ser soltos.

Não podemos ter fala contraditória. Ou vai para todo mundo ou não vai somente para o meu bloco de interesse. Aquele que cometeu um delito que pague, mas pague dentro do que está estabelecido em lei.

Esse projeto contra saidinhas é só para jogar para a plateia, isso não educa nada. Cerca de 42% dos presos brasileiros sequer foram julgados. Estão pagando pena e nem sabem se são condenados ou não. Quando falamos sobre menor potencial ofensivo, é porque a maioria dessas pessoas que estão detidas não cometeu crime hediondo, latrocínio. São pessoas que foram flagradas com 50 gramas de um entorpecente, deputado Ricardo Vale, ou que cometeram pequeno furto, cuja reparação do dano à vítima daria muito mais resultado do que custar 3 mil, 4 mil reais por mês para o governo brasileiro.

Há um juiz da Vara de Execuções Penais do Amazonas que diz que o jovem, por uma série de problemas capitalistas, de descentralização de renda, por consumo exacerbado, por ausência de escola,

comete uma burrada. Queremos botar o jovem na escola, mas não há escola. Há professor, mas não foi nomeado. A mãe quer ter tranquilidade, sai de casa para poder cuidar do filho dos outros e deixa o dela sem ninguém, porque não há creche, não há nada. Essa é a realidade do país e do Distrito Federal como um todo.

Um burrão faz isto: rouba um Samsung. E nós pagamos um iPhone por mês para mantê-lo na cadeia. Não conseguimos pagar um iPhone para ele frequentar uma escola boa, para ter acesso a inglês, para poder usar uma vila olímpica, para aprender música, informática. Isso não conseguimos garantir para ele. Só quando ele cai no sistema penal é que o Estado o reconhece e começa a lhe garantir direito, porque não conseguimos garantir direitos aqui fora.

Eu quis fazer esses apontamentos só para termos compromisso com a verdade e com o Estado que queremos apresentar, porque, se a saidinha não vale, então, todos aqueles que estavam lá, cometendo delito, não deveriam ter saído, ter ganhado liberdade. Não era para haver tornozeleira eletrônica. Era para todo mundo continuar comendo a carne de monstro dentro do sistema, passando o perrengue dentro de uma sala e aguardando o bom tempo da justiça brasileira de julgá-los.

Só queria fazer esse comentário para termos isso no radar, porque eu tenho um compromisso. Eu vim aqui para defender que benefício tem que ser para todo mundo, e não seria neste momento, que estão apresentando uma proposta dessa ao país, que eu faria o contrário.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, desculpe-me interromper, mas há uma informação importante que acabou de sair aqui no *Metrópoles*. O DF vai vacinar contra a dengue nesse final de semana em 36 locais.

Teremos 36 pontos de vacinação contra a dengue, aqui no Distrito Federal. Então, os que assistem a nós, entrem nas redes sociais e encontrem a relação. Serão 194 mil vacinas para a primeira dose. É muito importante a comunidade saber disso para se vacinar e se proteger contra a dengue.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

Boa noite a todos.

Não havendo quórum para votação e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h54min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
GDF – Governo do Distrito Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OAS – Grupo OAS: Olivieri, Araújo e Suarez
Oassab – Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília
PcD – Pessoa com deficiência
Seplad – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do**

Ata Circunstanciada da 4ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H01MIN

TÉRMINO ÀS 16H31MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, dia 8 de fevereiro de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 3ª Sessão Ordinária, de 7 de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada, que já é de conhecimento de todos os deputados e deputadas.

Retificação:

Onde se lê, na 111ª Sessão Ordinária: “PL 1.551/2019” e “PDL 22/2020”, leia-se “PL 1.551/2020” e “PDL 22/2023”.

Onde se lê, na 31ª Extraordinária: “PL 1.551/2019” e “PL 2.554/2021”, leia-se “PL 1.551/2020” e “PL 2.554/2022”.

Submeto a retificação ao plenário. (Pausa.)

Não havendo ninguém contrário à alteração, solicito ao setor de taquigrafia e ao setor de ata e súmula que proceda à retificação lida neste plenário.

Estando em plenário o deputado Chico Vigilante, o deputado Max Maciel e o deputado Gabriel Magno, já tendo passado por aqui o deputado Pepa e o deputado Pastor Daniel de Castro, que me falaram que foram socorrer umas pessoas que estão muito mal na UPA, suspendo a sessão por 30 minutos, ou até que se complete o quórum para os debates.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h10min, a sessão é reaberta às 15h42min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Convido o deputado Ricardo Vale para presidir os trabalhos.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao nobre deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e todas.

Presidente, esta semana ficou marcada com uma frase que tem dois significados bastante diferentes para o povo do Distrito Federal e para o povo brasileiro. O famoso “Toc, toc, toc”. Para o povo do Distrito Federal é uma tragédia. É a ausência desse barulho, desse sinal, já que o governador Ibaneis mandou embora e não contratou os ACS, os agentes comunitários de saúde, que deveriam estar agora batendo nas casas das famílias para prevenir e combater a dengue. Para o povo brasileiro, o “Toc, toc, toc” desta semana é o sinal de que não passarão impunes aqueles que atentaram contra a democracia brasileira.

Presidente, é curioso como alguns são muito apressados. Esta semana, nesta casa, nós chegamos a escutar, inclusive de alguns parlamentares, deputado Chico Vigilante, que a esquerda deveria pedir desculpas porque estava sendo arquivado o inquérito civil, por exemplo, do golpista que atentou contra a democracia: o senhor Anderson Torres, ex-secretário de segurança do governo Ibaneis, ex-ministro da justiça do inelegível. Pois bem, hoje, este mesmo foi alvo de mais uma operação da Polícia Federal.

Nós alertamos todos sobre isto, deputado Chico Vigilante: o arquivamento do inquérito civil não significava salvar ninguém. Primeiro, porque o Ministério Público, diferentemente do que eles estavam acostumados, não absolve, não julga, não condena ninguém; e o inquérito criminal ainda está acontecendo no Supremo Tribunal Federal. Ainda estão acontecendo as operações da Polícia Federal.

Vejam bem, hoje foram 4 mandados de prisão: Filipe Martins, ex-assessor especial do inelegível – e agora também inviável (*sic*) –, Bolsonaro; Marcelo Câmara, coronel da reserva do Exército; Rafael Martins, major das Forças Especiais do Exército; e mais um coronel, o Bernardo Romão, que não está no Brasil, está nos Estados Unidos.

Diante das buscas e apreensões de várias pessoas do núcleo duro, da extrema direita, dos bolsonaristas, dos golpistas, dos criminosos, Valdemar Costa Neto, o corrupto, o presidente do Partido Liberal, deputado Chico Vigilante – partido do inelegível Bolsonaro –, recebeu mandado de busca e apreensão e foi preso. Porque essa turma, além de atentar contra a democracia, não tem nenhum apreço pelas leis. Ele tinha uma arma ilegal, presidente. Uma arma ilegal! É a turma da morte, a turma que defende, inclusive, armar a população. É a turma que é responsável por milhares de mortes neste país. Foi preso o presidente do Partido Liberal.

Anderson Torres. O general Heleno, defensor de torturador, esteve aqui nesta cadeira, na CPI, aquele que defende a tortura, que defendeu a ditadura, defendeu o assassinato de pessoas por divergir politicamente delas.

A operação da Polícia Federal, hoje, presidente, é um passo importante para desnudarmos a verdade dos fatos e do que aconteceu no Brasil no último período. Tentaram um golpe de Estado. Isso é muito grave porque os relatos, a transcrição das conversas, os vídeos, os áudios vazados hoje mostram uma coisa, presidente: se o golpe tivesse dado certo, não estaríamos aqui. Essa turma era capaz de qualquer coisa.

Se o golpe tivesse dado certo, nossas vidas estariam em risco. Se o golpe tivesse dado certo, este parlamento estaria em risco. Se o golpe tivesse dado certo, a vida do povo brasileiro estaria em risco. Ainda bem que a democracia resistiu, que vários se levantaram e não permitiram o golpe de Estado...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ...que estava sendo gestado, dentro do Palácio do Planalto, infelizmente, com a conivência de um setor das Forças Armadas que negou e traiu o juramento de defender a República.

Presidente, quero terminar a minha fala com uma preocupação. Já estamos vendo a cidade um pouco esvaziada, talvez por conta do Carnaval. Espero que, após o Carnaval, possamos voltar a ver todo mundo, porque uma turma já começou a fugir. Hoje, depois das operações, a ex-primeira-dama foi a primeira a vazar. Ela picou a mula e foi para os Estados Unidos, talvez com medo de ter o seu passaporte também apreendido, porque o ex-presidente inelegível, agora inviável, será preso. Bolsonaro será preso! Por justiça de transição, por respeito à memória e à verdade deste país e para dizer: ditadura nunca mais! Os golpistas, aqueles que atentaram contra o direito do povo brasileiro, não de pagar.

E quero encerrar mais uma vez elogiando... Eu não tenho a grandeza, obviamente, do

presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje, mais uma vez, mostrou como é um estadista de uma grandeza moral inigualável, de desejar e respeitar o cargo de presidente da República, que o Bolsonaro, que o ditador Heleno...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir, senhor presidente.

Que o ex-ministro da justiça, ex-secretário de segurança do Ibaneis, Anderson Torres, e todos aqueles que estão sendo investigados por tentativa de golpe possam ter o que ele não teve: a presunção de inocência, o rigor da lei; o que o Lula – a história mostrou –, infelizmente, não teve. Foi preso injustamente, ao arrepio da lei, do processo legal. Mas, como grande estadista que é, como grande homem que é, pronunciou-se hoje, publicamente, dizendo que espera que justiça seja feita e que o devido processo legal seja respeitado. E que a presunção de inocência, que é um direito de todos brasileiros, também seja.

Eu não tenho essa grandeza, senhor presidente. Eu vou para o carnaval gritar: “Toc, toc, toc”, cadeia para a golpista, Bolsonaro na prisão!

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós estamos acompanhando, desde cedo, essa operação da Polícia Federal contra um grupo de golpistas que estava encastelado dentro do Palácio do Planalto. É importante que digamos isso.

Não foi pouca coisa que eles tramaram. Eles tramaram a prisão do ministro Alexandre de Moraes, a prisão do ministro Gilmar Mendes, que seria feita através de um decreto presidencial, e a prisão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco.

Eles achavam que o golpe iria triunfar, mas há um ponto importante, que sempre falei aqui durante as atividades da CPI – há até gente que não gosta que eu diga isto –: a democracia triunfou em função da posição firme do ministro Alexandre de Moraes, mas também do Estado Maior do Exército Brasileiro. São 17 generais, todos de 4 estrelas, e, na hora da decisão, cada um tem um voto. Quando dá empate, o comandante desempata. Mas não precisou desempatar, pois a maioria se posicionou contra o golpe, o que mostra que as Forças Armadas, como instituição Exército, estava ao lado da democracia. Entretanto, o comandante da Marinha, o Garnier, ficou do lado do golpista, dizendo que a Marinha estava pronta para ajudar no golpe.

Eu sempre disse aqui, durante a CPI que investigou os atos antidemocráticos, quando alguém falava do ministro Alexandre de Moraes, que o ministro é a pessoa mais bem informada deste país e que, se as prisões estavam sendo mantidas e mais prisões estavam acontecendo, era porque ele sabia de muita coisa. E continua sabendo.

Portanto, eu acho que é hora – e, aí, não é uma questão de esquerda ou de centro – de todo mundo que ama a democracia se unir em defesa da democracia deste país. Eles continuarão tentando atacar o Estado democrático de direito.

Há um ponto também: por que o tenente-coronel Cid gravou isso? Há pouco eu disse aqui ao deputado Ricardo Vale que o comandante e chefe dele era o presidente da República. Portanto, ele gravou para se defender. Ele sabia que daria errado e gravou exatamente para se defender.

Outro dia eu gravei um vídeo falando para o Valdemar Costa Neto, presidente do PL, que havia passado pela Papuda, que era bom ele desembarcar daquela canoa furada, porque estava a caminho da prisão novamente. Ele não me ouviu, está novamente preso! A cada momento, eles afrontam a lei. Aí, alguém diz: “Não, a prisão do Valdemar não está ligada aos atos.” Está ligada, sim. Houve o mandado de busca e apreensão porque a prisão está ligada aos atos. Descobriram uma arma clandestina, ilegal, e por isso ele está preso preventivamente.

Portanto, é fundamental que todos nós estejamos unidos em defesa da democracia. O único soberano das decisões é o povo brasileiro, que decidiu pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que está recolocando este país nos eixos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e quem nos acompanha pela TV Câmara Distrital, sem dúvida, hoje é um dia histórico. A operação da Polícia Federal chama muito a nossa atenção.

Nós não estamos falando de uma operação sem materialidade, sem informação. A pessoa que provoca a operação que acontece agora era o ex-ajudante de ordens de Jair Messias Bolsonaro, Mauro Cid. Ele estava dentro das salas do poder. Ele estava dentro das principais articulações palacianas que aconteceram no Brasil, nos últimos 4 anos. Ele era o homem de confiança do presidente da República. Ele resolveu falar. Ele resolveu não só falar, como mostrar os documentos. Ele tinha tudo planejado, organizado. Um fichário com todos os documentos. Ele mostrou as mensagens de WhatsApp da trama que se desenhou neste país contra a democracia brasileira.

Sabem os ataques contra a urna eletrônica, a descredibilização do TSE? Isso não era aleatório. Era coordenado. Onde era coordenado? Dentro do Palácio do Planalto. Sabem a atuação deliberada de autoridades civis e militares? Não era aleatória. Era coordenada para gerar o caos institucional no Brasil e promover as condições para um golpe de Estado e o não reconhecimento do resultado das eleições.

Muitas vezes, eu falei aqui na CPI, deputado Ricardo Vale, que é difícil investigar o crime de golpe quando ele não se consolida, porque depois todo mundo diz que não tinha nada a ver, que atuaram tecnicamente. O ex-secretário de segurança e ex-ministro da justiça, Anderson Torres, falou aqui: “Eu atuei tecnicamente”, sendo que havia a minuta do golpe, sendo que o celular dele foi jogado no mar. Ele não trouxe seu celular de Miami e o entregou às autoridades, mostrando que queria que as coisas fossem investigadas.

Estão certos os parlamentares que se preocupam com aqueles vândalos do dia 8, porque eles são a ponta do *iceberg*. Eles – eu até li um artigo agora – são o problema menor. Eles têm suas responsabilidades e têm que ser condenados, mas nós queríamos que a operação chegasse aonde chegou agora: na cúpula, na elite política, palaciana, que organizou essa tentativa de golpe.

No dia 9 de janeiro, nós, parlamentares, reunimo-nos aqui em sessão extraordinária. Antes, fomos àquela sala ali atrás e lá, deputado Chico Vigilante, todo mundo falava – autoridades civis – que esse processo era resultado do afrouxamento de alguns da cúpula militar. Todo mundo sabia disso, todo mundo sabia. Agora, os militares não têm nada a ver. Essa operação da Polícia Federal comprova o que nós dizíamos. Um setor da cúpula das Forças Armadas atentou contra a democracia neste país. Armaram um golpe de Estado. Não há como relativizar isso, não dá mais para passar pano.

Bolsonaro é o mentor intelectual. Ele fez emenda na minuta do golpe, que era para prender o presidente do Congresso Nacional, 2 ministros do Supremo Tribunal Federal. Está dado, está claro, é fato que houve uma trama de golpe neste país, o que é intolerável. Não dão conta de ganhar a eleição, querem tudo no tapetão!

O ascenso de Michel Temer foi num golpe parlamentar contra a Dilma. Não tem coragem. E tem que ser dito que bom de eleição é o Lula, porque a única eleição que eles ganharam, deputado Chico Vigilante, foi a que o Lula não disputou. Quando o Lula entrou na eleição, ele ganhou. Por isto prenderam o Lula em 2018, para que ele não fosse candidato naquele contexto do ano de 2018, pois enfrentar o Lula e ganhar na urna, no voto, eles não dão conta, têm que dar golpe. E queriam dar golpe em 2022. Intolerável!

Aqueles que se dizem patriotas, aqueles que o tempo inteiro usam verde e amarelo, com a bandeira do Brasil – e eu não digo todos, porque eu não confundo os bolsonaristas, não confundo toda a direita ou quem confiou no Bolsonaro, com o próprio Bolsonaro, com a cúpula, com aqueles que formulam e que têm esse plano de golpe na cabeça –, aqueles que se dizem patriotas são os verdadeiros traidores da pátria e da Constituição de 88.

E nós, deputado Chico Vigilante, que estivemos na CPI, temos que olhar, porque a fala do general Heleno e do Anderson Torres aqui, nesta tribuna, onde falaram que diriam a verdade, sentados na frente dos parlamentares, não se confirma por aquilo que está nos áudios e no vídeo, que está para sair, sobre a trama do golpe com a cúpula militar, a participação de uma série daqueles que vieram aqui como depoentes na comissão parlamentar de inquérito.

Eu termino reforçando uma coisa: não é da cabeça do Alexandre de Moraes – que é o terror de alguns –, não é da cabeça dele! Tudo que está sendo deflagrado a partir da operação de hoje sai de um lugar: Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, com provas na mão, entregando a gangue que tentou dar um golpe neste país.

Nós, como parte do parlamento, parte de uma instituição legislativa, todos aqui que passaram pela urna eletrônica, que passaram pelo processo eleitoral democrático, deveríamos ter a dignidade de defender a democracia e defender que esses criminosos sejam presos e condenados por aquilo que cometeram.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, cumprimento todos os parlamentares presentes, a assessoria, bem como todos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Presidente, hoje eu venho falar sobre a questão dos concursos públicos, dos servidores públicos que continuam a me procurar, uma vez que nós acompanhamos 39 carreiras aqui no Distrito Federal. Nós não estamos entendendo o que está acontecendo, porque há servidores concursados, com curso de formação pronto, e não estão sendo convocados.

No BRB, vamos tentar marcar uma reunião com o presidente, Paulo Henrique – que sempre me atendeu muito bem –, porque hoje há mais de 600 servidores prontos para assumirem como técnicos. Como foi colocado em reunião passada, com o próprio presidente, Paulo Henrique, o BRB cresceu e está em vários estados, então, precisa mobiliar com servidores essas agências. Dizem que há muito estagiário. É claro que é preciso estagiário, porque ele está estudando e se preparando, é preciso dar oportunidade para esses jovens, mas tem que haver o servidor público efetivo nessas agências.

Venho aqui pedir ao governo e ao presidente Paulo Henrique que verifique essa situação e que procure uma forma de se resolver isso. Já que o BRB está indo tão bem financeiramente e está crescendo, segundo o que foi passado para nós aqui na Câmara Legislativa, que ele convoque esses servidores. Essas pessoas querem ser servidores do BRB, elas querem incorporar esse banco, que é o Banco de Brasília, que também nos orgulha por estar praticamente em quase todos os estados. Então, é muito importante essa convocação.

É importante também a convocação dos Avas e dos ACS, de que nós estamos falando aqui o tempo todo. Hoje, mais uma vez, eu me deparei com os Avas entrando em contato comigo para falar sobre a questão dos PcDs – Pessoa com Deficiência que estão sendo barrados na Subsaúde da Seplad. Eu não sei o que está acontecendo e estou pedindo ao governo para que veja o que está acontecendo na Subsecretaria de Saúde.

Hoje, uma das moças que falou comigo, que tem uma deficiência na perna, recorreu. Olhe bem, deputado Max Maciel, se a pessoa tem um problema na perna e recorre, subentende-se que quem vai examiná-la para saber se ela é PcD ou não, na próxima avaliação médica na Subsaúde, é um ortopedista. Mas ela me informou que foram 2 cardiologistas e que a reprovaram. Eu falei: “Olhe, minha filha, procure agir judicialmente”. É assim que temos falado.

É preciso que tanto a Seplad quanto a Subsaúde verifiquem isso para saber o que está acontecendo. Eu estou narrando um fato que me passaram e que é esquisito, se for verdade como ela me colocou. Mas isso tem acontecido. Então, peço também que essa questão dos PcDs seja bem verificada. Outros concursos serão homologados, mais aprovados serão convocados e vão passar também pela Subsaúde, que é a porta de entrada para se tomar posse.

Quero falar também sobre a convocação dos PPGGs. Há inúmeros concursados prontos com curso de formação feito, tudo direitinho. Há mais de 200 vagas esperando e mais de 600 no cadastro reserva. Todos os órgãos do GDF, do Executivo, podem receber os PPGGs. Então, peço novamente à Seplad que dispare isso.

Eu conversei hoje com o deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, que também vai somar força conosco. Tenho certeza também de que todo o Plenário, todos os parlamentares pensam da mesma forma. Que possamos ver isso junto ao governo, para que ele convoque esses servidores.

Em relação à homologação do concurso de auditor fiscal de atividades urbanas, que é uma das minhas carreiras, nós fizemos uma solicitação ao Tribunal de Contas pedindo que, quando fosse homologado, se fizesse o cadastro reserva com os outros servidores aprovados, que passaram no concurso, mas não estão dentro do número de vagas, e que não fizeram ainda o curso de formação. Isso porque a diferença de nota entre esses servidores é mínima. Ou seja, eles também estão técnica e intelectualmente aptos para assumir. Só que a Seplad entendeu que isso não seria possível.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – A Seplad entendeu que não seria possível homologar por conta dessa manifestação do Tribunal de Contas. Eu não entendi.

Semana que vem nós estaremos junto com o doutor Michel, presidente do tribunal; já marcamos também com o conselheiro Inácio, que vai nos receber, para que possamos desenrolar essa situação.

Antigamente, nós fazíamos concurso aqui no DF e havia o cadastro reserva. Para que fazer outro concurso se há pessoas aprovadas com notas próximas? E a pessoa, às vezes, recebia um telegrama em casa sendo convocada para um concurso que ela nem lembrava mais que tinha feito. Ou será que nós temos uma indústria de concursos aqui em Brasília? Como eu criei a Subcomissão de Fiscalização aos Concursos, eu vou fiscalizar isso, do edital até o servidor tomar posse.

Então, o que aconteceu em relação aos auditores foi isso. Não foi nossa intenção fazer com que a homologação não fosse feita; a nossa intenção foi fazer com que as demais pessoas que estão no cadastro reserva também ficassem aptas, caso o GDF quisesse fazer um novo curso de formação e uma convocação.

É isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, presidente, parlamentares e a todos os servidores desta casa e assessores. Que Deus nos abençoe e que cada dia traga mais luz a este parlamento, que representa – como gosto de dizer – a nossa população. Este parlamento é responsável pela transformação e pela esperança da população. Então, é muito importante que a população acompanhe, que ela fiscalize, que ela contribua e que ela possa reclamar para os 24 parlamentares. Estamos aqui a serviço dessa população.

Nesse sentido, presidente, quero dizer que hoje tive uma oportunidade muito legal de passar a manhã, logo cedo, no Paranoá e no Itapoã. Nós estivemos com uma comunidade no Paranoá Parque, onde existe um instituto que apadrinha crianças. Esse instituto entregou mais de 100 cestas – duplas cestas, porque, em janeiro, elas não foram entregues – à população. Ele forneceu um *kit* de material escolar de ótima qualidade com mochila. Eu fiquei encantada de começar o dia com o sorriso das crianças.

Isso é muito bonito de se ver. É muito bonito mostrar para a população que precisamos auxiliá-la. A realidade do Plano Piloto e de algumas regiões administrativas é muito diferente de muitas regiões que são, economicamente falando, muito precárias, que estão precisando de tudo: de um chinelo de borracha, de alimentação. Quando vamos a algum lugar, deputado Ricardo Vale, ouvimos crianças falando: “Tia, a senhora trouxe um pão?” Trata-se de uma criança pedindo um pão. Então, essa é a responsabilidade que temos aqui: a responsabilidade de cada parlamentar trazer melhores condições para as nossas crianças e para os nossos jovens.

Na sequência, eu fui à escola que foi inaugurada no Itapoã Parque. Trata-se de uma escola lindíssima, a Escola Classe 502 do Itapoã Parque, que está precisando de auxílio para poder se estruturar. A escola tem uma estrutura maravilhosa, mas está sem armário, está sem laboratório de informática e de artes e está ainda faltando muito a se estruturar. Então, peço aos parlamentares um auxílio: que coloquem emendas parlamentares para a diretora realizar essa estruturação. Por coincidência, ela é uma xará minha – Paula – que está fazendo um trabalho excelente, atendendo mais de 1.200 crianças do ensino infantil e fundamental.

Que possamos fortalecer a escola! Que se ofereça café da manhã quando a criança chega; almoço quando a criança sai; almoço quando a criança chega; jantar quando a criança sai, porque as nossas crianças precisam desse atendimento. Além do conhecimento escolar educacional, elas precisam da alimentação. Isso é fundamental! Precisamos, cada vez mais, fortalecer as escolas e que haja mais escolas integrais. Que as escolas que não sejam integrais forneçam pelo menos 2 refeições por dia para as nossas crianças.

Um outro lugar a que eu fui, também, foi o CIL do Paranoá. Trata-se de uma escola que ensina 4 tipos de línguas para os nossos jovens. Eu fui estudante do CIL e lá havia inglês, espanhol, francês e japonês. O CIL é uma escola extremamente estruturada, mas ainda está em um prédio que não consegue atender mais jovens por conta exatamente da estrutura, que é um prédio alugado. Sabemos que a Secretaria de Educação tem espaço no Paranoá para construir. A comunidade precisa desse

espaço. A partir desses cursos bilíngues, o jovem se torna formado. É uma forma de profissionalização, é uma forma de ele se tornar professor, é uma forma de conseguir um trabalho mais adequado. É isso que nós temos que incentivar. Por meio da educação, nós transformaremos o nosso Brasil.

Eu quero registrar, secretária Hélvia, todos as regionais do Distrito Federal, contem com o nosso mandato. Nós queremos estruturar as escolas para que as nossas crianças sejam recebidas com dignidade.

É isso, presidente. Que Deus abençoe vocês. Estamos juntos em prol de um país e de uma cidade melhor.

Presidente, eu posso falar mais um minutinho?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pode.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu vi muitos parlamentares falando do Carnaval. Há um período de Carnaval agora, que começa oficialmente sábado. Eu mesma não sou muito de dançar. Eu vou pular o Carnaval na fazenda, deputado Chico Vigilante. Porém, eu quero dar um conselho às pessoas.

Esta é uma época em que, infelizmente, as pessoas bebem demais. As pessoas estão sujeitas a determinadas violências. Então, eu quero fazer um pedido como mãe. Primeiro, se puder não beber, não beba. Porém, se beber, tenha cuidado no trânsito, tenha cuidado com a sua família, cuidado com as crianças.

Houve uma reportagem agora trazendo que o abuso sexual de crianças aumentou. Que nós tenhamos cuidado com as famílias, para que possamos ter um Carnaval familiar. Para um lugar ser familiar, não é necessário só haver criança, não. É preciso haver adultos, mulheres e homens responsáveis pelo que estão fazendo.

Eu peço que Deus abençoe a todos.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu peço que as famílias que vão pular o Carnaval tenham cuidado com as suas crianças.

É isso, presidente. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Ricardo Vale, nesta sessão do dia de hoje. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham no plenário e pela TV Câmara Distrital.

O motivo da minha fala hoje é o acontecimento do dia. Primeiro, para nós, não há nenhuma surpresa – não é, deputado Chico Vigilante? –, devido à capacidade com que essa turma atentou, deputado Fábio Félix, historicamente enquanto comandou o Brasil, contra o Estado democrático de direito. Muitas pessoas somem. Talvez o discurso possa se evaporar durante a próxima semana por causa do Carnaval, mas nós vamos manter vivo esse debate.

Vamos dizer que o golpe não aconteceu por questões objetivas e não porque algumas pessoas das Forças Armadas não quiseram. Isso não é uma verdade. Eles não deram o golpe, porque não tinham apoio internacional, não tinham apoio da imprensa, não tinham apoio dos setores da economia e não tinham apoio na sua maioria popular. Se eles tivessem esses 4 pontos, possivelmente, deputado Ricardo Vale, com base nas informações com as quais acordamos no dia de hoje, tendo acesso aos documentos da operação do então chefe de ordens deles, o Mauro Cid, nós nem deveríamos estar aqui, deputado Chico Vigilante. Teríamos sido buscados em casa, como em 1964 foi feito e como eles tentaram fazer.

Eles se reuniram várias vezes e tramaram contra a democracia deste país. No dia 8, foi o ápice para tentar fazer um ato legal a partir de uma GLO para o Exército e o comando militar todo terem a autonomia de continuar com o seu processo de golpe. Para nós, isso não é surpresa nenhuma, mas

que bom que a Polícia Federal e a justiça estão atentas para perseguirem cada um e cada uma – não e nada além daquilo que não for de direito ilegal. Nós não queremos que ninguém seja perseguido se não deve nada, mas nós sabemos o que cada um deve. Primeiro, devem explicações – documentais, registros.

Nós estamos todos ansiosos para chegar a hora do jornal da noite, para conhecermos o vídeo do momento da reunião golpista, quando eles não vão poder negar, com a imagem da fala colocada, na sala colocada, que tentaram atentar contra nós. Guilherme Amado, do portal Metrôpoles, trouxe a informação de que eles, em reunião, definiram, inclusive, que deveriam tomar uma decisão antes da eleição. Eles sabiam que, se fossem derrotados, seria tarde demais. “Tarde demais para perseguir pessoas e instituições.” Palavras do então general Heleno, que estava aqui dizendo que não combinou nada de golpe e que isso era uma ilusão da nossa cabeça; dizendo ele que era o momento de tomar uma decisão e não poderíamos esperar, porque senão eles iriam se complicar. Estou mudando a palavra, porque a palavra lá era de baixo calão, coisas que não se fala nesta tribuna.

Nós precisamos varrer isso do Brasil de uma vez. Essas pessoas não têm projeto de país, como não tiveram. Negaram, além da democracia, a saúde pública, o respeito ao povo, o respeito à educação, o respeito às pessoas. Negaram absolutamente e nos afundaram numa crise sistêmica.

E agora quem ainda não foi pego está, como diz deputado Gabriel Magno, em Miami, partindo para as suas ilhas. Mas o Brasil tem acordo de cooperação, para quem não sabe, com os Estados Unidos. Então, podemos deportar, caso na investigação se constate também que essa pessoa fez parte desses atos que atentaram aqui na ilicitude do processo – e vai se comprovar.

Então, não tem mais o que justificar: minuta de golpe, reunião do golpe, tentativa do golpe. Armaram, inclusive, os comandos para dar o golpe. Colocaram a Polícia Rodoviária Federal para impedir a eleição justa e democrática. Fizeram a reunião para difundir – e o deputado Fábio Félix falou muito bem aqui – e colocar, inclusive... “Nós temos que pulverizar as *fake news* dizendo que as urnas não são seguras.” Nós não podemos achar isso natural.

Encerramos a fala do dia de hoje dizendo que nós estamos aqui muito interessados em acompanhar passo a passo o que a Polícia Federal tem feito, sobretudo nesta capital do país, onde eles culminaram, nos seus acordos palacianos ou em determinados locais de hotéis, um golpe. Mas a democracia sairá fortalecida, sem dúvida nenhuma. E continuaremos firmes e fortes contra todo e qualquer golpismo.

Para encerrar, quero dizer com muita tranquilidade, deputado Ricardo Vale, que, desta vez, desta vez, nós não podemos permitir nenhuma anistia. Então, é sem anistia para golpista neste país.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Eu estou inscrito aqui, mas vou falar daqui mesmo, até porque eu não poderia deixar de lamentar esse episódio triste da nossa história, que foi essa tentativa de golpe. Um golpe militar com generais participando, juntamente com a cúpula do governo Bolsonaro, de implementar uma ditadura militar no nosso país. É muito triste, depois de tudo que este país passou nesses anos de chumbo, em que pessoas foram mortas, pessoas foram detidas por aquele regime, como o país perdeu grandes anos de prosperidade, de crescimento, por conta daquele golpe, nós assistimos a isso no dia de hoje.

Eu estava preocupado, deputado Chico Vigilante, porque sabíamos que houve essa tentativa de golpe, mas estavam querendo transferir tudo o que aconteceu aqui, naquele quebra-quebra, para aquelas pessoas que foram usadas, para aquelas pessoas que estão respondendo, muitas delas estão presas, e que ficavam aqui no quartel-general orando, rezando, fazendo uma série de ações com a cobertura e com o apoio de generais do Exército Brasileiro. Inclusive, foram financiados para ficar ali aquele tempo todo. Tudo já fazia parte de uma estratégia.

Então, está bem claro que, desde que o Bolsonaro assumiu o governo e trouxe um monte de militar para o governo, eles já queriam fazer esse golpe. Eles passaram o mandato inteiro tentando dar um golpe neste país. E, com a derrota das eleições, eles intensificaram isso ao ponto de vermos o que aconteceu aqui em Brasília no dia 8.

Felizmente, para a nossa alegria, chegou-se à cúpula, chegou-se aos responsáveis. Então, está claro. As gravações e as filmagens que eles mesmos fizeram vão mostrar isso. Os responsáveis por essa tentativa de golpe têm nome, têm cara, têm funções.

Primeiro, o mor, o ex-presidente Bolsonaro, ele sempre quis e trabalhou para esse golpe militar no país; esses generais do Exército – alguns presos; para alguns, inclusive, houve busca e apreensão

–; o ex-ministro e ex-secretário de segurança, Anderson Torres; e o Valdemar Costa Neto, presidente do PL, esse partido que foi criado para trazer tudo o que é ruim da política para dentro. E como esse PL cresceu! Como ele cresceu, trazendo um monte de fascistas, um monte de deputados e senadores que não têm compromisso nenhum com a democracia do nosso país! Como conseguiu eleger, como essa bancada é grande! Pessoas que nunca foram da política, militares, ex-militares, ex-secretários de segurança, enfim, pessoas que não têm compromisso com a democracia e foram eleitas. Estão aí as pessoas.

Eu estava muito preocupado, achando que não iriam chegar a esses camaradas, mas chegaram. Eu espero que haja todo o rigor da lei, que eles sejam presos o mais rápido possível. Não podemos vacilar, não tem conversa. Tem que ir para a cadeia quem tentou atentar contra a nossa democracia.

É um dia triste para o nosso país, para a nossa história. Não é de se comemorar, é de se lamentar que ainda, no nosso país, existam, no meio político, pessoas com essa visão antidemocrática, de querer que o país vire uma ditadura.

Espero todo o rigor da lei. Cadeia para o Bolsonaro, cadeia para esse Valdemar Costa Neto, cadeia para esses generais do Exército e cadeia para todo mundo que quiser e pensar, ainda, em nosso país, atentar contra a nossa democracia.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Algum deputado gostaria de fazer uso da palavra?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito rapidamente. Não é um pronunciamento.

Ontem, a deputada Paula Belmonte falou sobre a questão das saidinhas e o deputado Max Maciel também.

Eu acho que existe uma sanha hoje, no Brasil, que me preocupa muito, que quer fazer uma discussão totalmente açodada e que não me parece técnica sobre o sistema penal brasileiro. Esse é um debate que eu acho que nós temos que fazer com muita calma.

Foi protocolado um projeto de um parlamentar distrital, também, querendo cassar o direito, que é hoje um benefício dentro da lógica de ressocialização do sistema penal, que são as saídas temporárias.

A questão – que é um fato concreto – é que todos que estão cumprindo pena por cometimento de crime no Brasil vão voltar para a rua. Isso é um fato. E nós temos um sistema prisional falido, que não garante educação, que não garante o direito à ressocialização, não possibilita, não oportuniza a ressocialização, não garante a profissionalização, que é uma questão fundamental, é o objetivo do sistema prisional.

As saídas acontecem para quem já está no regime semiaberto. São 9 saídas por ano, no caso de quem está nesse período de saídas, geralmente vinculado a estudo, a profissionalização. Há duas opções: ou as pessoas saem gradativamente até saírem do sistema, ou elas saem de uma vez, sem nada.

O problema, hoje, não são as saídas ou as saidinhas; o problema é um sistema completamente falido, que não responsabiliza e não oportuniza da forma correta, garantindo ali a ressocialização, a ressignificação daquelas trajetórias, dando oportunidade para a educação, para outras possibilidades àqueles indivíduos que estão no sistema prisional.

Para mim, esse é um debate absolutamente demagógico! Que haja parlamentares no Brasil, lá no Senado Federal, que queiram ganhar votos com isso, aprovando essa medida, é lamentável, porque nós estamos tratando de vidas. São vidas de pessoas, e pessoas, muitas delas, em situação de extrema vulnerabilidade. Eu não falo isso para passar pano para bandido, não – eles gostam de usar esse termo. Se a pessoa cometeu um crime, ela deve ser responsabilizada pelo crime cometido, mas existe uma lógica na política pública penal – que deveria existir e funcionar – de ressocialização.

As pessoas não vão virar fumaça, elas não vão sumir. Elas vão voltar para a sociedade. Qual é o nosso objetivo? O que nós queremos? Que as pessoas voltem melhores ou piores do que quando elas

entraram no sistema prisional?

A saída é uma metodologia gradativa de desligamento do sistema prisional. O que ela precisa é de acompanhamento, de supervisão, de acompanhamento técnico, para ver se ela funciona. Agora a suspensão, jogar para o público esse tipo de projeto de lei, aprovar algo que não vai ter resultado nenhum, só vai gerar mais revolta e não haverá impacto na melhoria da segurança pública.

Essa é a minha opinião e acho que nós temos que fazer esse debate com muita seriedade e com dados.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Ótimas observações sobre esse tema.

Indago se algum deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo quórum para deliberar e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h31min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
BRB – Banco de Brasília
CIL – Centro Interescolar de Línguas
GDF – Governo do Distrito Federal
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
PcD – Pessoa com Deficiência
PL – Partido Liberal
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental
Seplad – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 09/02/2024, às 13:06, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1538215** Código CRC: **0507862A**.

Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024.

INÍCIO ÀS 18H19MIN

TÉRMINO ÀS 19H12MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão extraordinária de 6 de fevereiro de 2024.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Ricardo Vale para secretariar os trabalhos da Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 847/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 49.917.200,00”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente,

de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 847/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 49.917.200,00”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 891/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 35.000.000,00".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 891/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 35.000.000,00".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

(Intervenção fora do microfone.)

Item nº 4:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder

Executivo, que “Confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

Houve 1 voto contrário do deputado Gabriel Magno e 3 abstenções – do deputado Fábio Félix, do deputado Max Maciel e da deputada Paula Belmonte.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lidas e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 849/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos” e do Projeto de Lei nº 892/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal IGESDF a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol, no caso em que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

Os projetos vão a sanção.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, solicito a inclusão do PDL nº 62/2023, de minha autoria, que trata da indicação do título de Cidadão Honorário do ex-presidente da República Michel Temer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de V.Exa.

Pergunto aos deputados se todos concordam. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não concordo com a votação deste título no dia de hoje, ainda mais sendo um item extrapauta. Vamos deixar para outro dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero registrar meu apoio ao deputado Iolando. Vejo que Michel Temer foi um presidente que trouxe liberdade econômica para o nosso país, iniciou um trabalho seriíssimo, conseguiu recuperar aquela

insanidade que a ex-presidente Dilma fez no nosso país. Então, acho um título muito bem-vindo e parabênzo o deputado Iolando por essa indicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, concordo em votar o projeto hoje.

O ex-presidente Temer é um homem que tem uma história no Brasil, é um homem educado, um homem polido e agregador. Tive a oportunidade de conversar com ele diversas vezes. Assim como tenho admiração por pessoas da esquerda, também tenho por pessoas do meu partido, como é o caso do ex-presidente Temer.

Vamos votar hoje. Ele merece o título de cidadão honorário de Brasília.

E outra coisa: se não fosse o Joesley, ele teria sido eleito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. Logo em seguida, usará a palavra o deputado Fábio Félix.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para dizer que, como líder do PL, há acordo para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de nossa parte – bloco PSOL/PSB –, não há acordo para votar esse projeto de decreto legislativo que sequer foi objeto de discussão do Colégio de Líderes. Acho que, se o parlamentar tem interesse em votá-lo, que seja pautada para outra sessão a discussão desse tema. Então, não há acordo para a votação hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero dizer também que da nossa parte não há acordo para votar hoje. A inclusão desse PDL surgiu agora. Em nenhum momento isso foi tratado, então, não há acordo para votar a indicação de título de cidadão honorário de Michel Temer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, aqui neste plenário foi travada a maior guerra contra a concessão do título de cidadão honorário de Brasília para o Alexandre de Moraes – uma pessoa da mais alta responsabilidade e respeitabilidade – e contra um título apresentado por V.Exa. e por mim, do então ministro, atual senador, logo ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino. Só que essa indicação nós pautamos antes. Todo mundo se preparou para o debate.

Portanto, não é correto, no final de uma sessão – porque isso aqui não estava programado, não está na pauta –, apresentar esse pedido. Está errado. Vamos fazer o debate com a matéria em pauta. Que ele seja incluído na próxima reunião do Colégio de Líderes e que seja pautado para que seja discutido e possamos votá-lo! As coisas não podem ser escondidas. Estão com vergonha de quê? Assim, quem quiser votar a favor dele vota. Eu vou votar contra e no dia vou explicar porque sou contra.

Não acho correta essa maneira como está sendo apresentada a indicação. Mesmo eu sendo contra, acho que o Michel Temer não merece isso – sua indicação ser colocada dessa maneira que está sendo colocada aqui, escondida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que nós precisamos decidir é se vamos definir pela maioria ou se há consenso. De fato, existe um acordo nosso de que as matérias precisam ser deliberadas antes no Colégio de Líderes e, nesse caso, seria por maioria. No caso, agora, na sessão, o ideal é que houvesse consenso.

A proposta do deputado Fábio Félix é que se não foi entregue agora, que seja.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós ficamos chocados com tanta situação que acontece nesta casa.

Quando querem, há um favor imediato. Há inúmeros projetos de lei, PDLs que são colocados aqui e votados. Entram agora e já são votados à tarde. Estou sendo bem sincero. Nós já conhecemos a história do ex-presidente da República Michel Temer. Todos do Brasil inteiro conhecem a integridade desse homem. O que avaliarão? As suas certidões negativas? Outros projetos como o do Omar Aziz, que não tem certidão positiva, foram votados por esta casa. A vida ilibada do Michel Temer garante isso para qualquer um ver. Por que discutir, colocar em colégio de líder, votar em outra sessão, se há a oportunidade de votarmos essa matéria hoje?

Senhor presidente, solicito a V.Exa. que coloque hoje essa matéria em votação. Quem não quiser votar, não vote. Quem quiser votar, vote a favor; quem quiser votar contra, vote contra. Peço a V.Exa. que coloque o projeto na pauta esta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se formos contar, a maioria pediria isso. O correto é: aqueles que são favoráveis votem “sim” e os que são contrários votem “não”. Até porque essa dinâmica não mudará.

Lembro que são necessários 13 votos favoráveis. É bom que verifiquem isso antes de iniciarmos o processo de votação. Isso é possível? Há 13 votos? (Pausa.)

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, há 13 deputados, podemos votarmos a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Iolando, levanta aí a questão de que o MDB é base do governo.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Exatamente. Há 13 deputados, o suficiente para votarmos esse projeto. Só precisamos de 13 votos. Quem não quiser votar, fique à vontade.

Está presente o deputado Pepa, o deputado Rogério Morro da Cruz, o deputado Martins Machado, a deputada Doutora Jane, o deputado Eduardo Pedrosa, o deputado Hermeto, a deputada Jaqueline Silva, o deputado Thiago Manzoni, a deputada Paula Belmonte, o deputado Roosevelt, o deputado Pastor Daniel de Castro, eu e o presidente deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, de autoria do deputado Iolando, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”.

Aprovado o parecer favorável da CAS.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, de autoria do deputado Iolando, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu ainda não terminei.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estou solicitando vista do projeto na CCJ, e o prazo regimental é de 5 dias.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – O deputado Chico Vigilante está ansioso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou solicitando vista, na CCJ, no prazo de 5 dias. Isso é regimental. Eu não abro mão disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Segundo informação da assessoria, regimentalmente o pedido de vista pode ser de até 2 horas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – São 5 dias. Duas horas se a matéria estivesse em regime de urgência, e não está.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos checar para dar a V.Exa. a informação verdadeira. Enquanto isso...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – São 5 dias, presidente. Duas horas em caso de regime de urgência, e não é o caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou pedir para que chequem o regimento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Se eu puder continuar a proferir o parecer...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não estou entrando agora na polêmica, nós estamos fazendo questão de ordem sobre o pedido de vista.

Nos projetos em regime de urgência, a vista tem uma contagem de período. Agora, com relação ao pedido de vista do deputado Chico Vigilante, o nosso regimento não é tão claro. Há uma série de contradições, mas ele tem direito a 5 dias de vista em relação à matéria. Acho que é importante que seja respeitado esse prazo, até porque não foi aprovado o requerimento em regime de urgência nesse caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, na solicitação do pedido de vista, o prazo é de até 2 horas. Porém, o presidente da sessão tem o poder de encerrar a sessão a qualquer momento. Portanto, o prazo é de até 2 horas, segundo o Regimento Interno.

V.Exa. é quem está com o poder de decidir essa questão. Eu estou jogando a batata quente para V.Exa., porque o prazo é até 2 horas, e V.Exa. poderá encerrar as discussões até em 2 minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, V.Exa. tem conduzido as sessões na maior harmonia, na maior democracia. Portanto, eu não jogo a batata quente nas mãos de V.Exa. Eu quero o cumprimento do regimento. E o regimento diz que, em não sendo tramitação em regime de urgência, são 5 dias. Portanto, eu só quero o cumprimento do regimento. Daqui a 5 dias, quando a matéria voltar ao plenário, eu voltarei para debater e discutir novamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, não tenha dúvida de que respeitarei o regimento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deputado Wellington Luiz; nobre deputado Hermeto, peço que V.Exa. espere 2 minutos, porque se trata de um assunto de interesse do seu partido.

Presidente, eu gostaria de ler o que diz o art. 95, VIII, do nosso Regimento Interno.

“Durante a discussão, é assegurado o direito de vista do parecer a qualquer membro da comissão, por prazos determinados pelo Presidente, que, correndo em conjunto para vista solicitada por mais de um Deputado Distrital, não excedam...”

Então, o prazo que será conferido a seguir é o máximo. O presidente pode determinar qualquer prazo, respeitando o prazo máximo.

“a) cinco dias, para matéria em tramitação ordinária;”

É o caso. O prazo não é de 5 dias; é de até 5 dias, a critério do presidente.

“b) duas horas durante o período da reunião em que houver sido requerida, para matérias em regime de urgência ou de prioridade.”

Isso é o que prescreve o art. 95, VIII, do nosso Regimento Interno.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Todos sabem que eu, na medida do possível, procuro ser o mais imparcial possível.

O art. 163, § 2º, diz o seguinte: “Considera-se urgente a matéria incluída na Ordem do Dia de sessão extraordinária”.

Então, a matéria é bem clara. Não cabem interpretações. Ela é considerada de urgência em razão da inclusão na sessão extraordinária. Quanto a isso, não há mais o que se discutir.

Obrigado, Jeferson.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, temos embasamento suficiente para fazer essa votação, de acordo com o art. 163.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Foi isso que eu acabei de ler.

DEPUTADO IOLANDO – Pronto. Então, V.Exa. está de acordo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero votar, porque preciso sair. Mas quero rememorar a memória do deputado Chico Vigilante. Por favor, deputado! O regimento não pode ser a bel prazer.

V.Exa. conduziu a CPI, apresentou um recurso que não tinha guarida constitucional, e ele foi do mesmo jeito na CPI dos Atos Antidemocráticos. Reconsidere a posição do deputado Iolando e vote contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Depois da fala do deputado Chico Vigilante, faremos um encaminhamento. Não resta dúvida.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estou querendo somente o cumprimento do Regimento Interno. A matéria não é urgente. O Michel Temer está com bastante saúde e não vai morrer daqui a uma semana. Ele é um homem saudável. Portanto, podemos, perfeitamente, esperar 5 dias. Caso V.Exa. decida por 2 horas, tudo bem. O que não se pode é não acatar o pedido regimental que eu fiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O art. 163 é claro, deputado Chico Vigilante. Nesse caso, a matéria é considerada de urgência. Precisamos definir a questão do pedido de vista de até 2 horas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é importante nós enfrentarmos as matérias. O plenário é soberano. Se o propositor está dizendo que é

para enfrentar e se a grande maioria vai enfrentar, eu acho que nós temos que enfrentar a matéria. Por exemplo, já houve matéria que eu fui supercontra, do título de cidadão horário de Brasília do Omar Aziz, mas foi enfrentada. Nós precisamos enfrentá-las.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, a deputada Paula Belmonte é uma deputada que, em geral, defende as prerrogativas regimentais. Há algumas prerrogativas do Poder Legislativo – isto é histórico e constitucional – que são da minoria. Uma delas é o pedido de vista. Outro exemplo são os requerimentos de comissão parlamentar de inquérito. Há algumas prerrogativas que são de minoria, para que a maioria não trate, para que haja mais tempo de discussão. O que, neste caso, está sendo requerido – parece-me – é que consolidemos aquilo que é uma prerrogativa de minoria. Nós sabemos que, nesse tema, não somos maioria, e esse tema, eventualmente, vai ser enfrentado pela casa. Mas é uma prerrogativa regimental da minoria. Essa é a lógica de funcionamento do Poder Legislativo.

Eu acho que o mais prudente, nesse caso, é garantir a vista. V.Exa. já esteve na oposição. Há alguns parlamentares hoje que estão na base do governo, querem votar e atropelar a minoria, mas amanhã esses parlamentares podem ser parte da minoria e ser oposição. Então, consolidar esse instrumento, hoje, da vista no plenário, eu acho que é parte importante da democracia dentro do parlamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu e V.Exa. fomos minoria no tempo do governo Rollemberg. Nós enfrentamos todos os debates e sempre exigimos o cumprimento do regimento. Esta casa sempre se pautou pelo cumprimento do regimento. V.Exa. sabe que há determinados assuntos que, quando são de interesse geral da população do Distrito Federal, muitas vezes não usamos as questões regimentais. Mas esse assunto não é de interesse geral da população do Distrito Federal. É um assunto que foi trazido à baila nesta casa e que ninguém sabia. O próprio autor estava até distraído na hora.

Portanto, o que eu estou pedindo a V.Exa. é que o regimento seja cumprido. O autor está nervoso. Eu sei que V.Exa. é um homem que cumpre o regimento. Esta não é a sessão do fim do mundo e não vai ser a última. Nós vamos continuar fazendo uma série de sessões. Portanto, hoje nós cumprimos o regimento por no mínimo 2 horas e voltamos depois do Carnaval. O Michel Temer vai até ficar sabendo que vai ganhar um título de cidadão honorário e pode até vir aqui no dia da aprovação. A matéria não é urgente. Não sei por que esse desespero todo. O cara tem que buscar o mínimo de unidade. Peço a V.Exa. que cumpramos as 2 horas, e vai ficar tudo tranquilo.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, está com V.Exa... É claro que o termo "jogar a batata quente" não é a expressão. V.Exa. está como presidente justamente para ser o voto de minerva em decisões.

Nós não estamos ferindo o Regimento Interno. O art. 163 e outros artigos da Lei Orgânica do Distrito Federal estão sendo respeitados. Ninguém aqui está faltando com respeito com ninguém, muito menos faltando com respeito com o Regimento Interno.

Eu peço a V.Exa. que ponha a matéria em pauta. Todos os deputados estão esperando para votá-la. Ninguém saiu. Todos querem votar e ir embora porque têm compromisso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

DEPUTADO IOLANDO – Peço a V.Exa. para colocar a matéria em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, trata-se de um memorando da liderança do PT à Mesa Diretora, indicando os líderes:

“Senhor presidente da Câmara Legislativa, nos termos do Regimento Interno, informamos a V.Exa. que o deputado Chico Vigilante continua como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores e o deputado Ricardo Vale como vice-líder.

Comunicamos, também, que a bancada do Partido dos Trabalhadores declara-se como oposição ao Governo do Distrito Federal e, como consequência, indicamos o deputado Gabriel Magno como líder da Minoria.”

É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Essa é uma situação, obviamente, que acaba nos colocando em uma posição um tanto ruim. Eu sei do sentimento de cada um dos deputados, mas eu tenho que tomar uma decisão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço-lhe apenas 10 segundos. Eu sei que V.Exa. vai terminar.

Só lembremos: Ricardo Cappelli, Flávio Dino e Omar Azis. Quero que só se lembrem disso, porque 2 pesos e 2 medidas não dá para aguentar nesta casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu fico até muito à vontade, porque, em todos esses que foram citados, eu votei. Inclusive, fui autor de 2 deles, dos quais eu tenho, inclusive, muito orgulho. O deputado Chico Vigilante sabe bem disso. Acertamos tanto na escolha do senador Flávio Dino, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal, quanto na do secretário Cappelli, que fez um trabalho espetacular, além de outros que foram aqui citados.

Diante disso, deputado Chico Vigilante, com a tranquilidade de tentar ser imparcial, inclusive nas minhas escolhas ideológicas, eu queria pedir licença para V.Exas. Eu entendo que o regimento está sendo respeitado, que nós não o estamos atropelando, com base na consulta que eu fiz a todos os nossos assessores, sejam assessores de deputados da base, sejam de deputados da oposição.

Portanto, respeitando o sentimento de todos os colegas, mas tomando a decisão, o PDL será colocado em votação. Aqueles deputados que forem contrários a ele votem contrariamente, votem “não”, e os favoráveis votem “sim”. Mais uma vez, digo que respeito a posição de cada um dos meus colegas, em especial a do deputado Chico Vigilante. Ele sabe que é, para mim, um conselheiro, um amigo pessoal, no qual eu sempre me norteio.

Porém, neste caso, eu tenho que tomar a decisão com base naquilo que eu entendo que seja o mais correto. Então, retorno a palavra à Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, de autoria do deputado Iolando, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”.

Senhor presidente, o homenageado, além de tratar-se de figura de elevada estirpe na atuação da política brasileira, bem como na seara jurídica, sendo inclusive doutor e professor em direito constitucional, preenche cumulativamente todos os requisitos exigidos pela Resolução nº 334/2023, razão pela qual, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é pela aprovação do PDL nº 62/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer obteve 13 votos favoráveis. Houve 5 votos contrários.

Está aprovado.

Registro os votos contrários do deputado Max Maciel, do deputado Chico Vigilante, do deputado Gabriel Magno, do deputado Fábio Félix e do deputado Ricardo Vale.

Solicito ao Relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, de autoria do deputado Iolando, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”.

O parecer é pela admissibilidade da proposição, com especial destaque em razão do presidente Michel Temer ter recolocado o Brasil na rota da prosperidade.

Recebeu um país numa recessão grave, mais grave que a recessão da pandemia, fez reformas estruturantes, em especial a Reforma Trabalhista, que gera milhões de empregos até hoje, e colocou o Brasil na rota da prosperidade.

Portanto, o parecer é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu até iria ficar quieto, mas não dá para ouvir determinadas coisas.

O Michel Temer era vice-presidente da presidenta Dilma no primeiro mandato. Ele estava lá. No primeiro mandato ele já era vice da Dilma.

No segundo mandato, ele se tornou um golpista com um documento chamado Passaporte para o Futuro, que era a cartilha do golpe. Tramou um golpe contra uma mulher honesta, correta, uma das brasileiras mais corretas que eu conheço. Além de tudo, foi um macho tramando contra uma mulher, que era a primeira mulher presidenta do Brasil.

Fez a reforma trabalhista, que lascou com a vida da maioria dos trabalhadores brasileiros. É só olhar o desastre. Depois ainda teve o orgulho de passar a faixa para o Capitão Capioto, que terminou na desgraça deste país.

Felizmente, os eleitores brasileiros, homens e mulheres, colocaram o Brasil, efetivamente, nos trilhos com a eleição do presidente Lula, tomando o poder da mão dos golpistas e fazendo com que este país voltasse para a legalidade e para o crescimento econômico.

Eu tenho orgulho, inclusive, de ter o PMDB na base do governo com 3 ministérios. Lá também está o União Brasil, lá também estão ministros do Republicanos, do PP. Só falta o PL, mas já tem umas bordas por ali entrando também.

Portanto, esse é o verdadeiro governo da união nacional.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados. Houve 5 votos contrários dos seguintes deputados: deputado Ricardo Vale, deputado Chico Vigilante, deputado Max Maciel, deputado Fábio Félix e deputado Gabriel Magno.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, em turno único.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, essa matéria, de fato, não é uma matéria que tem importância para a sociedade. A população do Distrito Federal não tem expectativa nenhuma em conceder o título de cidadão horário de Brasília para Michel Temer.

Michel Temer é o tipo do nome que não agrada, nem a lado *a* nem a lado *b*, porque, no meu ponto de vista, a história perdoa muita gente, mas a história não perdoa gente desleal e gente traidora.

Ele foi eleito na chapa da ex-presidenta Dilma Rousseff, foi vice-presidente da República por 6 anos. Depois, ele se aliou à oposição da ex-presidenta Dilma e tramou um golpe parlamentar neste país que, para mim, foi uma subversão constitucional. Ele foi um professor anticonstitucional e não um professor que entende da Constituição brasileira. Naquele momento, ele se aliou aos lavajatistas – um setor que estava no poder – contra a ex-presidente Dilma e, depois, foi o responsável por dinamitar o lavajatismo neste país. Esse é o processo que esse senhor viveu.

Então, ninguém se anima com o nome de Michel Temer. Michel Temer sequer conseguiu ser candidato à reeleição, sequer conseguiu ser deputado federal, porque nem lado *a*, nem lado *b*, nem direita, nem esquerda aplaudem Michel Temer. A população não sente saudade de Michel Temer, que aproveitou uma não eleição para colocar em vigor um programa que não era o programa escolhido pelas urnas no Brasil. V.Exas. hão de convir que a presidente Dilma foi eleita com o programa junto a ele e ele colocou em prática um outro programa depois do golpe que deu. A sociedade não perdoa pessoa desleal.

Eu estava vendo uma pesquisa, presidente, entre os atores políticos brasileiros, em que ele é uma das pessoas com a menor popularidade do Brasil.

Nem Brasília, nem a Câmara Legislativa do Distrito Federal merece passar essa vergonha e dar esse título de cidadão honorário a ele.

O meu voto é contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero concordar com meus colegas deputado Fábio Félix e o deputado Chico Vigilante, primeiro, porque o Michel Temer é reconhecidamente um notório golpista. É assim que ele entrou para a história. É assim que ele vai ser lembrado nos livros de história, como um notório golpista.

O Michel Temer, além de ser um golpista, alguém que não é confiável, também é o responsável por parte da crise que nós estamos vivendo. O Michel Temer aplicou o programa – que foi derrotado nas urnas, naquela eleição, com a eleição vitoriosa da Dilma Rousseff –, deputado Chico Vigilante, Uma Ponte para o Futuro, que foi a ponte para o abismo. Foi o Michel Temer que instaurou o PPI, o programa que mudou os preços da Petrobras, que levou a Petrobras à falência, que quebrou a empresa. Quem pagou a conta disso foram os brasileiros. O preço da gasolina. O preço da gasolina nas bombas explodiu, a inflação explodiu. O responsável tem um nome: Michel Temer.

Foi o Michel Temer que rasgou a carteira de trabalho neste país, retirando direitos dos trabalhadores, dizendo que isso iria gerar mais emprego, mas que levou o Brasil a uma crise histórica, à maior taxa de desemprego da história. A retirada dos direitos não gerou um emprego! Ela foi muito boa para os empresários, para aqueles que ajudaram a financiar o golpe.

Michel Temer foi o idealizador do teto de gastos e quem o aprovou, senhor presidente. O teto de gastos retirou do Sistema Único de Saúde 70 bilhões de reais até o final do ano passado – e estamos vivendo agora mais uma crise no SUS –, retirou outros bilhões de reais da educação, quebrou o país. Agora há um novo governo de reconstrução, que está reconstruindo o papel do Estado, garantindo direito para as pessoas.

Michel Temer é o responsável pela tragédia nacional de eleger o genocida, aquele que destruiu, que matou muita gente neste país, que está inelegível e que vai ser preso também: o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Por isso, é um lamento esta casa dar o título de cidadão honorário para aquele que ficou conhecido como golpista e vampirão, porque sugou do povo brasileiro os seus direitos e a sua capacidade de reagir a um golpe injusto contra uma presidente honesta.

Aqui eu quero fazer uma moção de louvor e dar aplausos a quem merece de fato: a ex-presidenta Dilma Rousseff, que encarou ditadores, que encarou a ditadura e que encarou de cabeça

erguida até mesmo um congresso golpista que elogiava torturadores.

É isso, senhor presidente. Eu voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não ia entrar nessa discussão, porque, nessa discussão, eu não entro, mas vou falar de uma situação em que a esquerda vai elogiar o presidente Temer, querem ver? Olhem para mim, deputado Gabriel Magno, deputado Chico Vigilante, deputado Fábio Félix! O presidente Temer indicou ao Supremo Tribunal Federal aquele que V.Exas. tanto dizem que preservou a democracia, que pôs o Brasil onde está agora, senão teria havido um golpe: foi ele quem indicou o nosso Xandão! Então, uma salva de palmas para vocês! Pelo menos uma coisa boa ele fez, não fez? V.Exas. concordam – concordam? (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Hermeto, agora V.Exa. matou a pau, encerrou a discussão. Depois dessa, poderíamos fechar a tampa do caixão. (Risos.)

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, isso é verdade. O deputado Hermeto foi muito feliz em sua colocação e trouxe muita coerência. Nós ouvimos muitos discursos aqui, discursos que não têm a mínima coerência.

Nós estamos discutindo a concessão de título de cidadão honorário ao ex-presidente Michel Temer. Porém, acabou se levantando o nome da ex-presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o nosso país, aquela que sofreu um *impeachment* dentro de um processo legítimo, que tramitou nas 2 casas – na Câmara dos Deputados e no Senado Federal –, que teve a oportunidade de fazer sua defesa.

O grande legado que a ex-presidente Dilma verdadeiramente deixa ao nosso país são os vídeos de *meme* no YouTube e nas redes sociais. Ela é uma comédia para o nosso país. Foi uma vergonha, a primeira mulher a presidir o nosso país é uma vergonha. Ela não consegue construir um discurso coerente. A incoerência dela começa no discurso. Qualquer um de nós que estiver deprimido ou triste é só abrir o YouTube e as redes sociais e buscar um vídeo dela que vai morrer de rir.

Finalizo a minha fala, pedindo que possamos votar e desejar vida longa ao nosso ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Quería fazer uma pergunta para o deputado Hermeto: Hermeto, isso aí foi criatividade sua mesmo? Foi? Eu vou rezar pela sua alma, infeliz. (Risos.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni, depois vamos entrar em processo de votação.

Gente, vamos falar das coisas, sem falarmos nos nomes, senão vocês me arrebatam.

Deputado Thiago Manzoni, não fale o nome de ninguém.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não me contive, aqui, porque me lembrei dos *memes* que foram produzidos por ocasião do governo da presidente Dilma Rouseff. É, realmente, triste que tenhamos tido como a nossa primeira presidente eleita, de 1988 para cá, a presidente Dilma, porque, realmente, ela tinha dificuldade até de concatenar o raciocínio e acabou produzindo peças que são trágicas para a nossa história. Nós rimos hoje, porque ficou para trás, mas desde... deixa para lá!

É “presidente” que se fala. O substantivo é comum de 2 gêneros. É a gerente, não é a “gerenta”. É a cliente, não é a “clinta”. Um dos legados que ela deixou também para o Brasil foi esse péssimo histórico para a língua portuguesa. É um mal que ela fez à língua portuguesa, porque ela se autointitulava de presidenta.

Continuando, tudo que foi dito, aqui, pelo Partido dos Trabalhadores, em relação ao presidente Michel Temer é digno de elogio. Ele salvou a Petrobrás, que estava arruinada, por causa do PT.

O PT destruiu a Petrobrás, arruinou a Petrobrás. Quem reergueu a Petrobrás foi Michel Temer.

O teto de gastos salvou o Brasil da falência. Quem implementou o teto de gastos foi o presidente Michel Temer. E, sim, milhões de empregos são gerados até hoje, porque ele teve a coragem de enfrentar a reforma trabalhista – e venceu. Só não fez mais, porque foi vítima de um golpe, esse, sim, um golpe do Partido dos Trabalhadores para minar o trabalho dele, que foi aquele famigerado áudio do Joesley.

Era isso, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

O deputado Chico Vigilante foi citado. Portanto, tem direito a falar. Após o deputado Chico Vigilante falar – vou pedir para que seja bem objetivo –, vou colocar em votação e não vou mais abrir para falas, senão vamos ficar nessa discussão.

Prometo que amanhã, quarta-feira, vamos reabrir com toda essa discussão novamente.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para lembrar ao nosso nobre bacharel...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ele é advogado mesmo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Que chamar de presidenta e de presidente foi criado pela Academia Brasileira de Letras, que é uma entidade fundada em 1800, cujo primeiro presidente foi Machado de Assis, uma das pessoas mais extraordinárias deste país.

Portanto, essa mulher guerreira enfrentou a ditadura, enfrentou o golpe e, hoje, é presidenta de um dos maiores bancos do mundo pela capacidade e pela dignidade que tem. Essa mulher tão odiada pela extrema direita é uma mulher que orgulha a todos os homens e a todas as mulheres deste país. Ela é uma pessoa fantástica, extraordinária.

A extrema direita espuma com raiva da Dilma porque ela enfrentou o Brilhante Ustra, não se acovardou, não entregou um companheiro – e era uma menina praticamente –, passou pela tortura e foi firme em todos os momentos da vida dela. Portanto, se há uma pessoa que tenho orgulho de ter como companheira, chama-se exatamente Dilma Rousseff.

O Vampirão, daqui a uns anos, vai acertar as contas dele lá com o capeta pela traição que ele fez com a Dilma.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Falando de orgulho, quero registrar e agradecer a presença da ex-deputada Arlete Sampaio, uma das mais brilhantes deputadas que já passaram por esta casa. É com profundo respeito e admiração, deputada, que digo a V.Exa. muito obrigado.

Eu tive a alegria e a felicidade não só de trabalhar com a senhora, mas também de aprender com a senhora. Ficamos muito feliz com a sua presença. Seja sempre muito bem-vinda. A nossa sempre gratidão por tudo o que a senhora fez pelo povo de Brasília. É motivo de muito orgulho mesmo.

Eu vou votar, mas não poderia deixar de agradecer à ex-deputada Arlete Sampaio, que é uma figura ímpar, um ícone para todos nós do Distrito Federal, independentemente de partidos. Só quem teve a oportunidade de trabalhar com ela sabe o que estou falando, aliás, não precisa trabalhar com ela para saber disso, não.

Vamos lá. Já, já, eu desço para dar um abraço na ex-deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2023, de autoria do deputado Iolando, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Agora o início do grande expediente (sic).

Alguém deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h12min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PPI – Preço de Paridade de Importação
SUS – Sistema Único de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 08/02/2024, às 10:25, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1534192** Código CRC: **A99DC22A**.

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL